



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CAMPUS CERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

SULENY MARIA SILVEIRA

ESTUDO DE CASO SOBRE UMA APROXIMAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO
NOTURNO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CERES-GO

2021

SULENY MARIA SILVEIRA

**ESTUDO DE CASO SOBRE UMA APROXIMAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO
NOTURNO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa

CERES-GO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

S587e Silveira, Suleny Maria.

Estudo de caso sobre uma aproximação do novo Ensino Médio Noturno com a Educação Profissional e Tecnológica. / Suleny Maria Silveira. – Ceres, GO: IF Goiano, 2021.

106 f. : il.

Orientador: Dr. Marcos de Moraes Sousa.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Goiano Campus Ceres, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2021.

1. Ensino profissional. 2. Ensino médio. 3. Educação para o trabalho. I. Sousa, Marcos de Moraes. II. Instituto Federal Goiano. III. Título.

CDU 373.5

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

• Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;

• Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;

• Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local

/ /

Data



Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 57/2021 - DREPG-CE/NPG-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

ESTUDO DE CASO SOBRE UMA APROXIMAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NOTURNO (NEMN) COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

Autora: Suleny Maria Silveira
Orientador: Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano - Campus Ceres como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

APROVADO, em 04 de novembro de 2021.

Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Profª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

Profª. Dra. Michelle Castro Lima
Avaliadora Externa
Universidade Federal de Goiás

Documento assinado eletronicamente por:

- Sangelita Miranda Franco Mariano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 16/11/2021 09:26:06.
- Michelle Castro Lima, Michelle Castro Lima - Professor Avaliador de Banca - Universidade Federal de Goiás (01567601000143), em 06/11/2021 08:31:59.
- Marcos de Moraes Sousa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 04/11/2021 16:11:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/08/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 300232
Código de Autenticação: 401666fa79



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, None, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 56/2021 - DREPG-CE/NPG-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

O MUNDO DO TRABALHO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO OMNILATERAL

Autora: Suleny Maria Silveira
Orientador: Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

APROVADO e VALIDADO, em 04 de novembro de 2021

Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Profª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos

Profª. Dra. Michelle Castro Lima
Avaliadora Externa
Universidade Federal de Goiás

Documento assinado eletronicamente por:

- Sangelita Miranda Franco Mariano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 16/11/2021 09:25:23.
- Michelle Castro Lima, Michelle Castro Lima - Professor Avaliador de Banca - Universidade Federal de Goiás (01567601000143), em 06/11/2021 08:31:12.
- Marcos de Moraes Sousa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 04/11/2021 16:09:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/08/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 300233
Código de Autenticação: 044b4db81b



INSTITUTO FEDERALGOIANO
Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, None, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100

Dedico este trabalho ao meu esposo, aos
meus filhos, minha nora e netos.
Dedico aos estudantes e professores que
contribuíram com esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por não me deixar desistir nos momentos em que as minhas forças se exauriam.

Agradeço à minha família, base de tudo que faço e o suporte para todas as ações que realizo.

Agradeço a paciência de meus familiares e amigos íntimos que compreenderam o meu momento e a necessidade de alcançar este objetivo.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa, por suas intervenções e orientações importantes e bem-vindas no decorrer do trabalho.

Agradeço à Prof^a. Dra. Cinthia Maria Felício por todas as sábias intervenções durante o período de qualificação, que me encaminharam a esta pesquisa.

Agradeço aos professores do Mestrado que, com dedicação, apoio e conhecimentos compartilhados em aula, enriqueceram minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos melhores, meus 23 colegas de mestrado, que, mesmo em meio a tantas turbulências, permanecemos juntos e parceiros nesta caminhada.

Agradeço a oportunidade de realizar um trabalho que é fruto de reflexões e vivências de uma longa caminhada.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

*O professor disserta
sobre ponto difícil do programa.*

*Um aluno dorme,
cansado das canseiras desta vida.*

O professor vai sacudi-lo?

Vai repreendê-lo?

Não.

*O professor baixa a voz
com medo de acordá-lo.*

(Carlos Drummond de Andrade, 1988)

RESUMO

A presente dissertação contempla uma análise do Novo Ensino Médio Noturno (NEMN), que foi implantado no estado de Goiás no ano de 2018, objetivando analisar como os docentes e discentes dessa modalidade de ensino percebem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mais especificamente a formação omnilateral. A base da investigação sobre o NEMN balizou-se nos pressupostos de novos tempos/espços e oportunidades que abarcam a educação na perspectiva de desenvolvimento de todas as dimensões do educando. A pesquisa foi realizada com docentes e discentes de uma escola estadual na cidade de Piracanjuba-GO, em uma turma de 3º ano do NEMN. Foi desenvolvido um produto educacional, no formato de *e-book*, com a finalidade de apresentar e discutir com os discentes o conceito de formação omnilateral. O percurso metodológico utilizado neste trabalho tem abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com revisão bibliográfica, utilizando questionários com perguntas objetivas e subjetivas a respeito do NEMN e do produto educacional *e-book*. O produto educacional foi apresentado por meio de uma roda de conversa e desenvolvido por meio de um questionário semiestruturado, de forma que os docentes e discentes pudessem desenvolver novas práticas educativas, visando trabalhar todas as dimensões do conhecimento, humanizar as relações educacionais e contribuir para a adoção de valores e atitudes comprometidas com uma sociedade plural. Resultados: concluiu-se que o NEMN, no que tange à EPT, parcialmente consegue se relacionar com a formação omnilateral, no que diz respeito ao material humano, havendo ainda uma considerável discrepância entre o proposto e a prática. O produto educacional foi aceito por docentes e discentes, nesse sentido e comparando com o questionário de avaliação do NEMN aplicado, pode-se dizer que a inclusão de materiais pedagógicos atrativos pode ser um incentivo para os envolvidos no processo educacional, fazendo com que a educação omnilateral tenha eco na prática.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio Noturno. Educação Profissional e Tecnológica. Educação Omnilateral.

ABSTRACT

This dissertation contemplates an analysis of the New Night High School (NEMN), which was implemented in the state of Goiás in 2018, aiming to analyze how teachers and students of this type of teaching perceive Professional and Technological Education (EPT), more specifically the omnilateral formation. The basis of the investigation of the NEMN was based on the assumptions of new times/spaces and opportunities that encompass education from the perspective of developing all dimensions of the student. The research was carried out with teachers and students of a state school in the city of Piracanjuba-GO, in a 3rd year class at NEMN. An educational product was developed, in the form of an e-book, in order to present and discuss the concept of omnilateral training with students. The methodological approach used in this work has a qualitative approach, of the case study type, with literature review, using questionnaires with objective and subjective questions about the NEMN and the educational product e-book. The educational product was presented through a conversation circle and developed through a semi-structured questionnaire, so that teachers and students could develop new educational practices, aiming to work all dimensions of knowledge, humanize educational relationships and contribute to adoption of values and attitudes committed to a plural society. Results: it was concluded that the NEMN, with regard to EPT, partially can relate to the omnilateral training, with regard to human material, with a considerable discrepancy between what is proposed and what is practiced. The educational product was accepted by teachers and students, in this sense and comparing with the NEMN evaluation questionnaire applied, it can be said that the inclusion of attractive teaching materials can be an incentive for those involved in the educational process, making education omnilateral resonates in practice.

Keywords: New Night High School. Professional and Technological Education. Omnilateral Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Preparação para uma profissão: alunos	88
Gráfico 2 – Preparação para uma profissão: professores	88
Gráfico 3 – Preparação para a universidade ou faculdade: alunos	89
Gráfico 4 – Preparação para a universidade ou faculdade: professores	89
Gráfico 5 – Integração da teoria com a prática nas disciplinas de formação geral: alunos.....	90
Gráfico 6 – Integração da teoria com a prática nas disciplinas de formação geral: professores.....	90
Gráfico 7 – Direcionamento dos conteúdos para o mundo do trabalho: alunos	91
Gráfico 8 – Direcionamento dos conteúdos para o mundo do trabalho: professores	91
Gráfico 9 – Direcionamento dos conteúdos para o vestibular, ENEM: alunos	92
Gráfico 10 – Direcionamento dos conteúdos para o vestibular/ENEM: professores	92
Gráfico 11 – Material didático utilizado: alunos	93
Gráfico 12 – Material didático utilizado: professores	93
Gráfico 13 – Infraestrutura física: alunos.....	94
Gráfico 14 – Infraestrutura física: professores.....	94
Gráfico 15 – Estrutura física da biblioteca: alunos	95
Gráfico 16 – Estrutura física da biblioteca: professores	95
Gráfico 17 – Mobiliário: alunos	96
Gráfico 18 – Mobiliário: professores	96
Gráfico 19 – Acervo de livros da biblioteca: alunos.....	97
Gráfico 20 – Acervo de livros da biblioteca: professores.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Avaliação sobre preparação para profissão	56
Quadro 2 – Avaliação sobre preparação para a universidade ou faculdade	57
Quadro 3 – Avaliação sobre a integração da teoria com a prática nas disciplinas de formação geral	58
Quadro 4 – Avaliação sobre o direcionamento dos conteúdos ao mundo do trabalho	58
Quadro 5 – Avaliação sobre o direcionamento dos conteúdos ao vestibular/Enem ..	58
Quadro 6 – Avaliação sobre o material didático	59
Quadro 7 – Avaliação sobre a estrutura física.....	59
Quadro 8 – Avaliação sobre os espaços físicos e material educativo complementar à sala de aula (Biblioteca)	60
Quadro 9 – Avaliação sobre os espaços físicos e material educativo complementar à sala de aula (Mobiliário)	60
Quadro 10 – Avaliação sobre os espaços físicos e material educativo complementar à sala de aula (Acervo da biblioteca)	60
Quadro 11 – Avaliação sobre os espaços físicos e material educativo complementar à sala de aula (Sala de vídeo).....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRE	Coordenação Regional de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFG	Escola Técnica Federal de Goiás
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFG	Instituto Federal Goiano
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
NEMN	Novo Ensino Médio Noturno
OMS	Organização Mundial de Saúde
PPP	Projeto Político Pedagógico
Profen	Programa de Fortalecimento do Ensino Médio Noturno
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Reanp	Regime Especial Aulas Não Presenciais
Seduc	Secretaria de Educação e Cultura
Seduc	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEG	Universidade Estadual de Goiás

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 A formação omnilateral	21
2.2 A alienação do homem	23
2.3 Panorama histórico sobre o Ensino Médio e sua dualidade com a Educação Profissional e Tecnológica	26
2.4 Programa de Fortalecimento do Ensino Noturno (Profen)	39
2.5 O trabalho na sociedade capitalista	42
2.6 Reflexões acerca do mundo do trabalho	47
3 MÉTODO	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	54
4.1 Avaliação do Ensino Médio Noturno por professores e alunos	55
4.2 A percepção dos participantes sobre a integração do Novo Ensino Médio Noturno e a formação omnilateral	62
4.3 Produto educacional	63
4.3.1 Análise do produto educacional.....	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	79
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES	86
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES	87
APÊNDICE D – GRÁFICOS DAS RESPOSTAS (DOCENTES E DISCENTES)	88
ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE	99
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	100

APRESENTAÇÃO

Olá! Eu, Suleny Maria Silveira, Tia Su, nasci em 13 de agosto de 1961, na cidade de Anicuns, situada na Mesorregião do Centro Goiano. Nascer em 1961 significa que sou uma idosa, o que muito me contraria, pois tenho planos para muitos anos, uma vez que ser idosa no Brasil esbarra no ageísmo¹ voltado às pessoas nessa minha atual condição.

Primeira de seis irmãos, tive passagem pela cidade natal muito rápida, mudei para Goiânia para morar com minha madrinha Isa, onde descobri o mundo do saber sistematizado. Na casa havia uma imensa biblioteca, meu local preferido. Com minha mãe normalista e grande alfabetizadora, aprendi as primeiras ‘letras’; com meu pai, agricultor e exímio comerciante, aprendi cálculo mental e geografia, com brincadeiras de memorização e ludicidade, o que me levou ao Curso Normal e, posteriormente, ao curso técnico profissionalizante em Agrimensura pela antiga Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), como única mulher na turma, reforçando o estreito laço que me une a essa instituição.

Graduada em Letras (Inglês), pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) - 2003, especialista em Educação Especial pela Faculdade Apogeu (2012), e em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Salgado de Oliveira (2006), servidora da Rede Estadual de Goiás desde 1986, mudei-me para Piracanjuba-GO no início da década de 90 para trabalhar na área da educação, como professora nas séries iniciais e Ensino Médio. Passei por quase todas as funções da educação básica e perpassei por várias instituições de ensino de Piracanjuba-GO, porque me considero uma servidora da Rede Estadual e não de uma unidade educacional.

Lecionei na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e EJA Prisional, Professora no Cárcere, Projeto Se Liga², todos voltados para alunos com distorção idade/série ou que apresentassem dificuldades de aprendizagens. Atuei, também, no curso técnico de Agroindústria no Colégio Ruy Brasil Cavalcante.

¹ Ageísmo – Visão negativa, aversão e preconceito direcionado a pessoas mais velhas, aos idosos, também se pode efetivar pela criação de estereótipos que desvalorizam a dignidade humana dessas pessoas; preconceito por idade.

² O “Se Liga” surgiu em 2001 em função da necessidade de atender uma grande parcela de alunos com distorção idade/série que cursavam a solução educacional Acelera Brasil, mas não conseguiam acompanhar o programa, pois não sabiam ler e escrever. Foi incluído pelo MEC, no ano de 2009, no Guia de Tecnologias Educacionais.

Atualmente, estou no cargo de supervisora do GoiásTec³ e do Ensino Médio da Coordenação Regional de Educação (CRE), polo Piracanjuba-GO. Essa função tem como objetivo subsidiar a mediação tecnológica do Ensino Médio, o programa visa ao atendimento com aulas transmitidas por mídias com a presença de um mediador, nos lugares de difícil acesso.

Em uma juventude militante junto a movimentos ligados à Teologia da Libertação, hoje me defino no poema 'Traduzir-se', de Ferreira Gullar (1980, p. 346):

Uma parte de mim é todo mundo; outra parte é ninguém: fundo sem fundo.
Uma parte de mim é multidão; outra parte estranheza e solidão. Uma parte de mim pesa, pondera; outra parte delira. Uma parte de mim almoça e janta; outra parte se espanta. Uma parte de mim é permanente; outra parte se sabe de repente. Uma parte de mim é só vertigem; outra parte, linguagem. Traduzir uma parte na outra parte — que é uma questão de vida ou morte — será arte?

Concluída essa breve apresentação, inicio, de fato, a exposição da minha dissertação de mestrado, a qual nasceu de uma pesquisa que muito se relaciona com as experiências pessoais e profissionais aqui expostas.

³ O programa propõe ampliar o atendimento no Ensino Médio com metodologia inovadora por meio de aulas transmitidas em tempo real, via satélite. O projeto integra os esforços do Governo de Goiás em promover o fortalecimento e a expansão do Ensino Médio para todos no Estado.

1 INTRODUÇÃO

Fruto de uma demanda histórica, o Ensino Médio no Brasil foi constituído por meio de resultados de políticas públicas educacionais voltadas para a qualidade da escola pública e a luta pela diminuição das desigualdades nas condições de acesso, permanência e aprendizagem na educação escolar.

O Ensino Médio é a etapa final da educação básica, sendo constituído pelo período de três anos, em que se busca consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, compreendendo fundamentos dos conteúdos aprendidos, mediante a relação existente entre a teoria e a prática de cada disciplina, dando prosseguimento aos estudos superiores. Porém, problemas e deficiências do sistema educacional são um entrave para a modernização da qualidade de ensino, principalmente o ensino público. Nesse cenário, o Ensino Médio não consegue preparar de maneira adequada os alunos para o ingresso na faculdade e no mundo do trabalho.

A educação básica no Brasil tem por finalidade, conforme o artigo 22 da Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “[...] desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, n. p.). Essa última finalidade é essencial para o Ensino Médio, uma vez que entre as suas finalidades específicas inclui-se, conforme artigo 35, inciso II (BRASIL, 1996, n. p.), “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando [...]”, a ser desenvolvida por um currículo que poderá destacar a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania (SOUSA; OLIVEIRA; LOPES, 2008).

Nesse sentido, diante da complexidade e da urgência das demandas pedagógicas que dialogam com os processos sociais, o Novo Ensino Médio Noturno (NEMN) surge para assumir o desafio duplo: educação e trabalho, inclusive, em pesquisa realizada no Ministério da Educação (MEC), há indicação de que o “[...] Ensino Médio deve propiciar a formação geral e também a profissionalização do aluno”, apesar de ser notório que “[...] profissionalização, em qualquer etapa da

escolarização, não é garantia de inserção no mercado de trabalho, uma vez que os postos existentes são bastante insuficientes” (SOUSA; OLIVEIRA; LOPES, 2008, p. 98). Desde então, tem-se ampliado o atendimento aos alunos trabalhadores ou que tem como única opção o estudo noturno, por causa das atividades laborais, cabendo à educação garantir os parâmetros de qualidade e indicar alternativas e perspectivas pedagógicas centradas na educação, escola, cultura e gestão educacional, que incitariam uma nova postura por meio de processos formativos permanentes.

Essa busca pela compreensão sobre o propósito da educação do NEMN implica, então, considerar várias questões e variáveis de tempo e espaço com referência aos territórios em que cada escola está situada. Trata-se de tempos e zonas escolares reconhecidos, graças à vivência das novas oportunidades de aprendizagem para apropriação pedagógica de espaços, sociabilidade e de diálogo com a educação politécnica. Afinal, o que se pretende é formar cidadãos autônomos e críticos em relação à realidade em que estão inseridos. E a formação omnilateral é um meio bastante significativo que contribui para um modo de pensar a realidade da escola e do mundo do trabalho. A referida formação busca entender o ser humano em sua complexidade: intelectual, física e tecnológica, no sentido de uma formação integral, de modo que as relações sociais possam ir além da técnica e se tornar mais humanizadas. Assim, “[...] com a mediação do professor, poderá edificar o conteúdo, da parte para o todo e vice-versa, diante da abrangência e complexidade do conhecimento a ser estudado e apreendido” (MENEZES JUNIOR; BZREZINSKI, 2015, p. 783).

Esta pesquisa dedica-se à análise de formação omnilateral e educação profissional e tecnológica a estudantes do NEMN, apontando a relevância do poder emancipador da educação e do trabalho quando pensados, apresentados e discutidos criticamente em relação à formação integral do ser humano.

Para tal, foi feita uma pesquisa bibliográfica em artigos, teses e dissertações disponíveis em bases de dados, como Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e Edubase, sobre formação omnilateral, alienação, além de um apanhado histórico sobre o Ensino Médio no Brasil e sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), acrescida de suas bases conceituais.

Como forma de obtenção de dados, foram aplicados questionários com docentes e discentes de uma escola pública estadual de Piracanjuba-GO, que

ministraram/cursaram as disciplinas 'Fundamentos do Trabalho' e 'Introdução ao Mundo do Trabalho'. Eles responderam a um questionário que serviu de base para a construção de um produto educacional, com o tema 'O mundo do trabalho na perspectiva da formação omnilateral', apresentado durante uma roda de conversa e avaliado posteriormente.

Esta investigação acadêmica tem por objeto, então, o estudo do NEMN com a EPT, com a exposição do conceito de educação omnilateral, em um colégio estadual da cidade de Piracanjuba-GO.

O NEMN é um programa recente, conforme alteração na legislação educacional em 2017, que apresenta uma proposta de formação integral. Dessa forma, o problema consiste em analisar e desvelar o seguinte questionamento: há no NEMN uma educação profissional e tecnológica que se relaciona na perspectiva dos docentes e discentes com a formação omnilateral?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como professores e alunos do Novo Ensino Médio Noturno percebem a Educação Profissional e Tecnológica, mais especificamente relacionado à formação omnilateral.

Dessa maneira, os objetivos específicos foram:

- Discorrer sobre a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil nos últimos 112 anos e sobre a criação do Novo Ensino Médio Noturno;
- Abordar sobre o conceito de formação omnilateral e sua inserção no NEMN;
- Desvelar a percepção da EPT pelos docentes e discentes do NEMN;
- Verificar, na perspectiva dos estudantes e professores, como se deu essa integração no NEMN;
- Analisar a aplicabilidade do produto educacional *e-book* sobre formação omnilateral para docentes e discentes.

Para esta pesquisa, foram analisadas algumas turmas. Dentre elas, a que mais chamou a atenção foi a turma de 3º ano do NEMN de um colégio estadual situado em Piracanjuba-GO. Essa turma possui características pertinentes a serem analisadas, pois a maioria dos alunos já se encontra no mundo do trabalho, alguns com carteiras de trabalho devidamente registradas e outros que se submetem à subempregos, tais como fabricação de palheiros ou cultivo do fumo, prática comum na cidade.

Com as novas mudanças voltadas para a formação para o mundo do trabalho, percebe-se que, por falta de orientação, alguns educandos encontram-se sem perspectiva de futuro, aceitando qualquer proposta de emprego ou subemprego precocemente, diminuindo a importância da formação escolar básica. Isso porque, “[...] no Brasil, a juventude já tem uma taxa de participação muito alta. Taxa de participação é a quantidade de pessoas em idade de trabalhar que está trabalhando ou procurando emprego” (SOUZA, 2019, n. p.). Daí a relevância de se apresentar conceitos pertinentes e aprofundados sobre o mundo do trabalho.

No ano de 2020, o Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE) anunciou a autorização da continuidade do Regime Especial de Aulas Não Presenciais (Reanp), ensino esse realizado na modalidade a distância, ou seja, aulas não presenciais mediadas por tecnologia. Isso em função da pandemia da Covid-19, por que passava o Brasil e o mundo. Nota-se que os estudantes tiveram aulas presenciais apenas em 2019, retornando no segundo semestre de 2021 para o sistema de ensino de forma híbrida.

O estudo desenvolvido envolveu pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados ocorreu por meio de observação dos participantes na roda de conversa, aplicação de questionários aos alunos e professores, seguindo os pressupostos sócio-históricos de Vygotsky (1930/2001). A escolha da abordagem sócio-histórica justifica-se pelo fato de se considerar que os sujeitos participantes da pesquisa são possuidores de uma história e, portanto, estão inseridos em um contexto social.

Dessa maneira, a ‘Introdução’ apresenta a proposta de pesquisa, seus objetivos geral e específicos e a delimitação do problema a ser elucidado. Na segunda seção, por nome ‘Referencial Teórico’, discute-se a formação omnilateral agregada às bases conceituais da EPT com um histórico do Ensino Médio Noturno no Brasil.

Já a terceira seção, intitulada ‘Metodologia’, traz toda proposição da pesquisa qualitativa desenvolvida, desde a elaboração, desenvolvimento e conclusão do processo de entendimento do Novo Ensino Médio Noturno com a preparação para o trabalho.

A quarta seção, ‘Resultados e Discussões’, reflete e analisa os achados da pesquisa, trazendo também uma explanação do produto educacional desenvolvido e

utilizado na pesquisa.

Fechando o trabalho, as 'Considerações Finais' reúnem os aspectos relevantes deste estudo, respondendo sua questão norteadora. Espera-se que os resultados discutidos e apresentados nesta dissertação possam contribuir para o entendimento do NEMN e da formação omnilateral.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são discutidos temas como a formação omnilateral e o conceito de alienação do ponto de vista marxista, junto com as bases conceituais da EPT. Além disso, faz-se um apanhado histórico do Ensino Médio no Brasil e, em seguida, discute-se sobre o fortalecimento do NEMN.

2.1 A formação omnilateral

No estado de Goiás, o Programa de Fortalecimento do Ensino Noturno (Profen), iniciativa criada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (Seduc) para fortalecer o ensino no turno noturno, abrange o Novo Ensino Médio Noturno e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Criado por meio da Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, o Programa está em funcionamento em toda a rede pública de Goiás. Seu objetivo é melhorar os índices de aprendizagem e fluxo no turno noturno, ampliando as oportunidades para os jovens/adultos e combatendo a evasão escolar.

Especificamente sobre o NEMN, com amparo no referencial do materialismo histórico-dialético, percebe-se que suas práticas educativas encontram apoio nos fundamentos da pedagogia histórico-crítica, acrescidos de um olhar mais apurado do conceito de politecnicidade⁴ que precisa ser entendido em suas perspectivas pelos professores que atuam na educação básica. O conceito de politecnicidade, na esteira da concepção marxiana de educação, é:

Por educação entendemos três coisas:

- 1) Educação intelectual.
- 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
- 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção [...] (MARX, 2011, p. 85).

De acordo com Maciel, Jacomeli e Brasileiro (2017), Marx indica três elementos fundamentais na educação, porém, posteriormente substituiu o termo

⁴ Buscou-se conceituar o termo politecnicidade, suas aproximações com terminologias como tecnologia e polivalência, isso exigiu um apanhado histórico caminhando desde o surgimento por Karl Marx, no século XIX, sua maturidade e chegada ao campo da educação brasileira nos séculos posteriores pelas mãos de Demerval Saviani.

tecnológico por politécnico: “[...] deve corresponder um curso graduado e progressivo para sua educação intelectual, corporal e politécnica” (MARX, 2011, p. 85), isto é, conceber habilidades em diversos ramos industriais.

Como arcabouço teórico que auxilie na compreensão das práticas educativas no NEMN, com perspectiva na formação politécnica, dialogou-se com autores que tratam de investigar a dimensão tecnológica ou politécnica como união entre a educação e o trabalho, em seu lócus de excelência em todo processo educativo, sob a ótica do ensino profissional e o tecnológico (CIAVATTA, 2005, 2014; FRIGOTTO, 2001; KUENZER, 2005, 2007; SAVIANI, 2007).

Nesse sentido, a concepção marxiana visa ao desenvolvimento omnilateral do homem. A formação omnilateral possibilita às pessoas uma formação intelectual, corporal e tecnológica, no sentido de uma integralidade do ser humano, de modo que as relações sociais possam ir além da técnica e se tornar mais humanizadas. Dessa forma, a escola não deve ofertar uma educação com cargas horárias reduzidas e muito menos rebaixar a formação humana. Mas será que o Novo Ensino Médio implantado no Brasil está realmente preocupado com a formação omnilateral?

Segundo Moura (2007), a educação brasileira foi marcada pela dualidade, de modo a estar situada em uma dinâmica de confronto entre distintos projetos sociais, em que a formação profissional está atrelada a demandas de capital, tendo como finalidade oferecer um ensino instrumental para as classes populares.

Ramos (2014) faz uma relação direta, em consonância com o autor acima, demonstrando o dualismo educacional existente no Brasil e a luta de classes existente no capitalismo, sendo aquele resultante desta, de modo que a dualidade educacional é vinculada à luta de classes dentro do contexto capitalista, o que justifica a cisão existente entre a educação que é destinada àqueles que produzem a riqueza, com ênfase no uso de sua força de trabalho, e a educação destinada à elite, responsável por conduzir os rumos da sociedade.

A partir das reflexões de Kuenzer (2007b), temos que a efetividade de uma educação omnilateral está inevitavelmente condicionada à superação da divisão social de classes gerada pela divisão do trabalho, mediante uma ação popular revolucionária capaz de suplantando o modelo societal capitalista e instituir um novo modelo de sociedade que não se baseie na luta de classes e na exploração econômica.

Dessa maneira, Freitas e Galter (2007) colocam que o ensino intelectual, trabalho físico e trabalho produtivo devem estar articulados para proporcionar ao trabalhador o controle e a intervenção no processo educativo por meio da compreensão dos fundamentos, das relações lógicas que os sustentam.

Kuenzer (2007b) afirma que oferecer uma educação mais abrangente não resolve o problema existente mediante a dualidade estrutural do ensino, pois ele é inerente ao sistema que vivemos, de modo que a educação, por si só, não é capaz de promover a superação dessa dicotomia.

Para Kuenzer (1997, p. 9), esse impasse da dualidade do ensino deveu-se ao fato de ele ter duas funções, “[...] preparar para a continuação dos estudos ou para o mercado de trabalho”. A história do Ensino Médio no Brasil sofreu várias transformações devido ao fato de não possuir uma identidade.

2.2 A alienação do homem

A EPT compreende os processos de formação baseados na associação entre ciência, tecnologia, trabalho e cultura, ou seja, conhecimentos básicos para a investigação científica. Essas dimensões são fundamentais para a autonomia do indivíduo na atuação profissional, adquirida com a interação entre ensino, pesquisa e extensão. Então, faz-se necessário, no presente estudo, o enfoque bibliográfico das bases conceituais da EPT, relacionando-as ao NEMN, considerando que ambos são conceitos que se entrelaçam, caracterizados como itinerários formativos, proporcionando ao aluno uma formação plena, dentro do contexto de formação humana.

A EPT pode ter como respaldo as concepções marxistas e, portanto, essa investigação traz reflexões acerca dos principais pensamentos marxistas e as possíveis aproximações com a educação. Karl Marx (1818-1883) – filósofo, economista e socialista alemão – defende que a natureza foi transformada pelo homem, visto que, para onde quer que olhemos, vemos a marca humana. Nesse sentido, o homem passou a transformar o mundo com seu trabalho e sua práxis e, nesse movimento, passou a transformar a si mesmo.

Porém, a história da EPT é repleta de contradições, com uma formação voltada para atender anseios mercadológicos e arranjos produtivos do modelo de desenvolvimento econômico, ao mesmo passo em que tem um viés mais humanista

e integral, de modo a formar um trabalhador de maneira integral, defendendo, portanto, uma educação pautada na formação humana, integral e politécnica.

Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que o homem transformava o mundo com seu trabalho, foi se perdendo na história, se desumanizou, se desnaturalizou, enfim, se tornou 'alienado'. Um exemplo está no homem da idade média, o artesão detinha todo o conhecimento da fabricação do produto. Com o surgimento da industrialização, o operário era apto a exercer e trabalhar em uma só função, ou seja, em uma parte da fabricação do produto, de modo que o trabalhador não participava de todo o processo da produção e não compreendia o que estaria ajudando a produzir, tinha apenas que cumprir sua parte. O indivíduo alienado não se reconhece no seu trabalho, isso ocorre devido à citada divisão social do trabalho, com a qual surge a separação entre os que dirigem e os que executam o processo de trabalho. Ao fazer de sua capacidade de trabalho um meio para atingir determinados fins, a sua atividade deixa de ser uma atividade livre e torna-se trabalho alienado.

De acordo com Mézáros (2006), a 'alienação' é um conceito eminentemente histórico, pois as preocupações com essa problemática estão presentes na Bíblia Sagrada, em trabalhos literários, bem como em tratados sobre direito, economia e filosofia, que refletem tendências objetivas do desenvolvimento europeu, que vai desde a escravidão até a era da transição do capitalismo para o socialismo. Marx entende que

[...] se o homem é alienado, ele deve ser alienado com relação a alguma coisa, como resultado de certas causas – o jogo mútuo dos acontecimentos e das circunstâncias em relação ao homem como sujeito desta alienação, que se manifesta num contexto histórico. Do mesmo modo, a transcendência da alienação é um conceito inerentemente histórico, que vislumbra a culminação bem sucedida de um processo em direção a um estado de coisas qualitativamente diferente (MÉSZÁROS, 2006, p. 40).

Marx (1983) criticou alguns dos problemas da alienação. Especulou sobre a 'individualidade isolada', a intensa cisma hostil (estranhamento) da filosofia com relação ao mundo. O caráter contraditório⁵ do mundo está no centro das atenções

⁵ Marx assinala que a história é um movimento constante, mas que não acontece apenas no pensamento, a exemplo da dialética hegeliana. O movimento é o antagonismo de classes, das relações materiais de existência e, desse modo, do esgotamento das forças produtivas geradas pelas contradições internas.

em Marx (1983), quando ele analisa a filosofia epicurista. O autor ressalta que Epicuro está principalmente interessado na contradição, que ele determina a natureza do átomo como inerentemente contraditória. Pontua Mészáros (2006) que é assim que o conceito de alienação surge na filosofia de Marx, ressaltando a contradição que se manifesta na existência que contradiz sua ideia; ele é posto como um ser alienado, separado da sua essência.

Na obra 'Manuscritos Econômico-Filosóficos', Marx (1983) também discorre sobre o conceito de alienação, que, segundo ele, corresponde a um processo de exteriorização de uma essência humana e do 'estranhamento' dessa atividade enquanto tal, ou seja, a partir da lógica capitalista no processo da divisão do trabalho.

Nessa direção, Marx (1983) consegue formular a problemática de alienação por meio das investigações sobre a natureza do Estado Moderno. A atenção dele concentrou-se principalmente nos problemas de Estado. A alienação, segundo ele, é a condição do inconsciente da humanidade. Marx e Engels (1993) investigam tanto os aspectos históricos quanto os sistemáticos-estruturais da problemática da alienação, em relação às complexidades duais da 'vida real' e dos seus reflexos nas várias formas de pensamento. Então eles analisam:

Até agora, os homens formaram sempre ideias falsas de si mesmos, sobre aquilo que são ou deveriam ser. Organizaram as suas relações mútuas em função das representações de Deus, do homem normal etc., que aceitavam. Estes produtos do seu cérebro acabaram por os dominar; apesar de criadores, inclinaram-se perante as suas próprias criações. Libertemo-los portanto das utopias, das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários cujo jugo os faz degenerar. Revoltemo-nos contra o império dessas ideias. Ensinemos os homens a substituir essas ilusões por pensamentos que correspondam à essência do homem, afirma um; a ter perante elas uma atitude crítica, afirma outro; a tirá-las da cabeça, diz um terceiro, e a realidade existente desaparecerá (MARX; ENGELS, 1993, p. 17).

Marx (1983) definiu que a alienação na realidade é a perda do sentido da existência humana. Em outras palavras, a alienação é o fenômeno que tem a relação com o mundo repetitivo e sem sentido, a perda do sentido de pertencimento do homem na sociedade. O indivíduo alienado perde o vínculo social, perde o senso social. Dessa forma, o homem alienado leva a alienação para todas as esferas: religião alienada, família alienada e educação alienada.

Marx (1983) acreditava que o saber do indivíduo é produto das ideias, dúvidas e intuições presentes nos desafios do cotidiano. O indivíduo torna-se crítico pela

ação da teoria e mediação da prática que ele chama de práxis, é um movimento circular, retornado ao cotidiano como saber dinâmico e crítico que determina sua realidade no seu ambiente e nas relações sociais. Sendo assim, as relações sociais não exigem nada além de bater o ponto no início e no fim do expediente. Além disso, o trabalhador vê o produto do seu trabalho como algo estranho e não se apropria dele. O indivíduo alienado perde a dimensão de totalidade e leva esse modo de ser para toda a sua vida (amor, família, sexo etc.).

Para Marx (1983), estava no âmbito da alienação tudo aquilo que fragmentava o ser humano, que o apartava do mundo, de si mesmo, das coisas que ele criara, e o que o separava da consciência que deveria ter. Segundo o autor, a alienação humana está no fato de haver no processo de produção uma relação que impede e constringe a realização do trabalho como 'objetivação', ou seja, como realização da natureza humana (MARX, 1983).

Sendo assim, o sujeito alienado é aquele que perdeu o sentido da existência humana, vive em um mundo robotizado, infeliz, sem criatividade e sem sentido. Esse sujeito não tem relação com o mundo que o cerca, não tem pertencimento social. Marx e Engels (1993) apontam como única saída a emancipação, por parte dos próprios trabalhadores, desse processo que gera o trabalho alienado.

2.3 Panorama histórico sobre o Ensino Médio e sua dualidade com a Educação Profissional e Tecnológica

Para compreender a estrutura e os conceitos do NEMN, é preciso entender que o objeto de estudo é fruto de processo histórico. Portanto, faz-se necessário buscar na história da educação o apoio para aprofundar nos conceitos que envolvem atualmente o Novo Ensino Médio.

Os primeiros registros sobre a educação de nível secundário surgiram durante a República Velha (1889-1930). Os governantes desse período mantiveram a instrução pública paralisada. Haidar e Tanuri (2004) apontam que não houve inaugurações de ideias educacionais, e muito menos obteve destaque na Constituição de 1891. O ensino superior já existia desde o Império e estava equiparado pelo Ato Adicional de 1834 e, posteriormente, foi assegurado pela União. Para melhor entendimento sobre o surgimento da instrução no Brasil, Haidar e Tanuri (2004, p. 79), explicam que:

A ausência dessa política nacional era agravada pela inexistência de um Ministério especificamente destinado aos negócios da educação. O que se criara em 1890 - Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos - tivera pouco mais de um ano de duração, passando a instrução para uma das diretorias do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Acrescente-se ainda que, com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1906), as escolas técnicas-profissionais passaram para sua alçada, o que se repete no interior de cada estado, no âmbito da correspondente Secretaria.

Para as autoras, o ensino secundário também não sofreu alterações positivas, ao contrário, o ensino era fraco, subordinado pela União tornava-se “[...] um instrumento de ação normativa e fiscalizadora da União e de uniformização do ensino em todo o país” (HAIDAR; TANURI, 2004, p. 77). Segundo as autoras, com a reforma Rivadávia Corrêa, que foi sancionada em 1911, a instrução secundária e superior deixou de ser função dos órgãos federais e passou a ser dever dos estados a responsabilidade e a manutenção da instrução primária e profissional. Porém, houve dificuldades por causa da ausência do governo central em todos os sentidos, seja no financeiro, seja na organização. No entanto, de acordo com Haidar e Tanuri (2004) não faltaram projetos de lei que exigiam a presença da União com a intervenção efetiva no âmbito da educação popular.

Dessa forma, é possível entender que a educação estava sendo manipulada, durante a República Velha, pelas camadas dominantes, para conseguirem manter-se no poder. Sendo assim, a educação era intencionalmente conduzida pelos donos do conhecimento (elite), que manipulavam uma população com percentual altíssimo de analfabetismo. Desse modo,

No Brasil, até o final da década de 1920, as camadas dominantes, com objetivo de servir e alimentar seus próprios interesses e valores, conseguiram organizar o ensino de forma fragmentária, tomando o país como um todo, e ideal, considerado o modelo proposto de educação (ROMANELLI, 1991, p. 30).

De acordo com Claudino Piletti e Nelson Piletti (1997), o Estado estava interessado apenas na formação das elites, por meio dos cursos secundário e superior, havendo um alto investimento nelas. O ensino primário foi delegado para os estados e municípios, pois o intuito era diminuir o analfabetismo no Brasil. Ao mesmo tempo, a educação foi muito utilizada como ferramenta política, pois se um governante investia no ensino primário, era visto com bons olhos pela população e

conseguia manter-se no poder. Nessa mesma perspectiva,

A forma como se organiza o poder também se relaciona diretamente com a organização do ensino, em princípio porque o legislador é sempre o representante dos interesses políticos da camada ou facção responsável por sua eleição ou nomeação e atua, naquela organização, segundo esses interesses ou segundo os valores da camada que ele representa (ROMANELLI, 1991, p. 14).

A função específica do ensino secundário era orientar e preparar os estudantes para o ingresso nos cursos superiores. Para ingressar no ensino secundário, não precisava ter cursado o ensino primário. O ensino técnico profissional foi tangenciado ao longo do período imperial do Brasil, mas a quantidade de alunos matriculados ilustrava o descaso com essa modalidade (ROMANELLI, 1991).

Iniciou-se, de 1889 a 1930, um novo período da educação brasileira, que foi rico em reformas que adotaram o modelo político americano baseado no sistema presidencialista, no qual ensino secundário é tema central. Durante a primeira república, ocorrem cinco reformas de ensino, sendo a primeira realizada pelo ministro da Instrução Pública, Benjamim Constant, promovendo a unificação do currículo da escola secundária, acrescentando o estudo das ciências por intermédio de disciplinas como sociologia, moral, direito e economia política.

Em 1911, com a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, os anseios positivistas são atendidos de maneira mais direta, pois acaba com o controle do Estado sobre a concessão de diplomas, volta com os exames admissionais nas faculdades e desqualifica o ensino secundário (PILETTI; PILETTI, 1997). Alguns autores criticam a educação nesse período, por haver uma descentralização, conforme mostra Piletti e Piletti (1997, p. 177):

Se, por um lado, tais atribuições constituíram o início da construção de um sistema nacional de educação, por outro lado assinalaram uma profunda centralização das competências. A autonomia dos Estados e dos diversos sistemas educacionais foi limitada; quase tudo passou a depender da autoridade superior; multiplicaram-se os órgãos, as leis, os regulamentos, as portarias, etc., a limitar a ação das escolas e educadores; as funções de controle, supervisão e fiscalização tornaram-se burocráticas e rígidas, assumindo, muitas vezes, um caráter “policialesco”: tal ênfase em aspectos legais, normativos, burocráticos, muitas vezes levaram a esquecer ou relegar a um plano secundário o objetivo fundamental da educação, que é o de criar condições para a formação de pessoas humanas.

É válido ressaltar que, durante a Primeira República, houve vários manifestos em prol da educação para todos. Nagle (1974) mostra que, com a introdução das ideias socialistas e anarquistas, uma parte da população passou a ter um espírito reivindicatório, buscando melhoria no âmbito social e econômico. Entendia-se que a educação básica poderia mudar o rumo do país, lembrando que, principalmente no final da Primeira República, o Brasil passou por mudanças relevantes, como a imigração, a urbanização e a industrialização. O objetivo era a erradicação do analfabetismo, planejada pelo menos no papel, seria o elemento principal para o progresso do país, o que não condizia com a realidade.

Segundo Nagle (1974, p. 47), os anarquistas tiveram um papel significativo nos movimentos sociais, pois era esse grupo que estava nas ruas, nas praças e movimentos grevistas, pois, se dependessem dos socialistas, estariam restritos a discussões em grupos e periódicos, “[...] o momento era de ação, de arregimentação de forças para provocar a aceitação de algumas regras ou regalias”. No entanto, foram os socialistas que fundaram os partidos. Em 1902, instituiu-se em São Paulo o Partido Socialista, porém, de pouca duração, pois as ideias socialistas eram feitas por intelectuais e homens públicos, com produções mínimas que não chegavam para a população em massa. O que se predominou no primeiro decênio da Primeira República foi o anarco-sindicalista.

O movimento anarquista conquistou na Primeira República um razoável número de acordos e leis que favoreciam a classe operária, pois o operariado era uma parcela menor da população. No entanto, era uma classe organizada e tinha muita experiência com movimentos sociais, já que a maioria das pessoas do movimento era imigrantes europeus. E foi assim que o movimento anarquista passou a ser repreendido, com propagandas mentirosas que descaracterizava e desmoralizava todo o movimento. Como ressaltava Nagle (1974, p. 50), “[...] a década de 1920 recebe uma herança que não é, de modo algum, desprezível, em termos de vitórias alcançadas, de arregimentação conseguida e, principalmente, de experiência acumulada”, ou seja, o proletariado começa a demonstrar a força social estimada pela sociedade brasileira naquele período. E com a pressão da massa operária, os governantes tiveram que demonstrar seu posicionamento, adotando algumas medidas:

As medidas adotadas pelos setores públicos para imobilizar a atuação de movimentos socialistas, anarquistas e comunistas tiveram o beneplácito dos diversos setores da sociedade, pois a infiltração no meio operário não poderia ser bem recebida pelos grupos dominantes; além disso, os poderes públicos procuravam enquadrar, na legislação social que vai aparecendo, a nova classe operária, encontrando, assim, o instrumento não só para evitar descontentamentos, como para impedir que ela se tornasse presa dos movimentos socializantes em geral (NAGLE, 1974, p. 53).

Portanto, a escolarização mostrou várias facetas na Primeira República. Uma delas é a tentativa de construir um novo país com pessoas alfabetizadas, mas ao mesmo tempo doutrinadas para servir a elite, em que “[...] a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)” (NAGLE, 1974, p. 115), isto é, modular a população conforme a elite desejava, não esquecendo que a escolarização também era útil para o avanço do capitalismo.

Nagle (1974) pontua que, a partir de 1920, a sociedade brasileira desenvolveu um ‘entusiasmo pela educação’, aprimorando os ideais pedagógicos, que o autor denomina de ‘otimismo pedagógico’, respaldado no princípio do liberalismo, contribuindo para o crescimento das instituições educacionais, colocando o Brasil no caminho das grandes nações do mundo. Segundo Nagle (1974, p. 117),

O entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, que tão bem caracterizam a década de 1920, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de ideias e movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, em seus diversos níveis e tipos.

Em 1927, os ideais da Liga modificam com consolidação do Partido Democrático de São Paulo. Com a vitória nas eleições de 1927, a prioridade era a ordem política, econômica e social, assim, a escolarização deixa de ser valorizada (SOUSA; OLIVEIRA; LOPES, 2008).

Outro fator importante que Nagle (1974) pontua é a participação da Igreja Católica na educação, uma vez que a Igreja difundia o cristianismo e o nacionalismo, provocando muitas críticas e sendo acusada de não colaborar em acabar com o analfabetismo. Então, o Governo retirou o vínculo com a Igreja, criando escolas leigas.

De acordo com Kuenzer (2007a), o Ensino Médio começou a ganhar força nos anos 40, com o advento da Reforma Capanema. Segundo a autora, o ministro

da educação, Gustavo Capanema, fez ajustes pedagógicos, voltando a atenção para a classe trabalhadora com fins mercadológicos.

É significativo observar que o crescente interesse do governo Vargas em promover a industrialização do país, a partir de 1937, refletiu no campo educacional. Embora o ministro Capanema tenha promovido uma reforma do ensino secundário, sua maior preocupação se concentrou em organizar um ensino industrial. Um decreto-lei janeiro de 1942, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial com o objetivo de preparar mão de obra fabril qualificada. Pouco antes surgira o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI), destinado ao ensino profissional do menor operário. Subordinado ao Ministério da Educação, o SENAI ficou sob a direção da Confederação Nacional da Indústria (FAUSTO, 1995, p. 367).

Há que se observar que tal reforma, ocorrida por meio da Lei Orgânica n.º 4.244/42, traz em seu bojo uma proposta que continuava atuando na preparação para o ensino superior, estruturando em dois ciclos o ensino secundário: o ginásio, com duração de quatro anos, e o colegial, com três anos – esse último era dividido em ramo científico e clássico, podendo-se estudar as ciências da natureza e as ciências humanas. Na prática, o curso encaminhava para faculdades de Direito, Filosofia, Ciências e Letras, enquanto o científico encaminhava para Medicina, Farmácia e Odontologia, de modo que o curso secundário era visto como um preparatório para o vestibular (PALMA FILHO, 2005).

Com o advento das “Leis Orgânicas” ou da “Reforma Capanema”, conjunto de normas educativas estabelecidas pelo Governo de Vargas, que constituem oito Decretos-Lei elaborados por Gustavo Capanema, o maior objetivo era padronizar a Educação Nacional que abrangia o ensino secundário (1942), o ensino comercial (1942) e o ensino primário, normal e agrícola (1946). Para o governo, essas reformas correspondiam à solução para a situação econômica do país, o que, de acordo com as autoras, só saiu com as Leis Orgânicas em 1946, após a queda de Vargas (HAIDAR; TANURI, 2004).

A reforma Capanema enfatizou o dualismo do ensino brasileiro. Entretanto, após o Estado Novo, ou seja, após 1946, finalmente ocorre a Reforma do Ensino Primário, que implementa o ensino supletivo de dois anos, importante para a diminuição do analfabetismo no país. Mesmo assim, o país mergulha no populismo e inicia-se um debate sobre a educação que se prolongaria por 13 anos consecutivos, na tentativa de desenvolver um anteprojeto da LDB n.º 4.024/61.

Conforme assinala Félix (1986), foi adotada pela primeira vez uma atitude que

estabeleceu uma relação mais direta entre a escola e a indústria, pois, por causa da II Guerra Mundial, houve uma escassez da mão de obra qualificada e, por meio da Lei Orgânica e da inauguração do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), possibilitou-se uma organização de serviços para agradar as empresas.

Nesse sentido, afirma Silva (2001, p. 230, grifo do autor):

Com o ensino destinado à formação técnica dirigido principalmente à população menos favorecida, o governo criou as *leis orgânicas*, que constituíram os ramos de ensino, pensados e organizados automaticamente uns em relação aos outros, dificultando e mesmo impedindo o trânsito dos estudantes entre os mesmos. As escolas de aprendizagem, tais como SENAI E SENAC, constituem-se, ao lado das escolas técnicas, em mecanismos de formação de mão-de-obra qualificada, estando aquelas voltadas para as populações mais carentes.

Posteriormente, após a era Vargas, em 1945, o país passa pela redemocratização. Como observou Haidar e Tanuri (2004, p. 93), a União ficou responsável por legislar sobre “[...] as diretrizes e bases da educação nacional e de organizar o sistema federal de ensino”, então se tem o advento das chamadas “leis da equivalência” – Leis n.º 1.076, de 31/03/1950, e n.º 1.821, de 02/03/1953, que possibilitaram o entrosamento entre o ensino técnico e o ensino secundário.

Em 1961, foi promulgada a primeira LDB, Lei n.º 4.024, que, para Haidar e Tanuri (2004), não trouxe soluções inovadoras para o país. Apresentando como ponto negativo a manutenção do poder do ensino privado no ensino secundário, os cursos que davam acesso a universidades eram de uso das escolas caras, de elite, excluía, portanto, aqueles que não podiam pagar por eles. Além de manter os Estados Sociais, pois o ensino era desvinculado, havia o ensino comercial, o ensino industrial e o ensino agrícola, que não davam acesso à universidade, mantendo o industrial como industrial e o agricultor como agricultor. Apresentando como ponto positivo a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino público.

Já para Piletti (1988), foi somente após a aprovação da Lei n.º 4.024/61 que verdadeiramente passou a haver uma equivalência entre o ensino técnico, o ensino normal e o secundário, pois esses passaram a fazer parte do Ensino Médio. Essa Lei deu a liberdade de flexibilização nos currículos das escolas, pois elas podiam definir os currículos rigidamente padronizados. Cada unidade de ensino podia montar sua própria matriz a, Matemática e Ciências.

Para Germano (1993), o Regime Militar (1964-1985) foi o alicerce para produção monopólica, intensificando a administração racional tecnocrata, o Estado Militar esforçou-se em cuidar dos interesses capitalistas, um governo centralizado, direcionando para o desenvolvimento da mão de obra adaptada às recém-criadas indústrias brasileiras.

Nesse sentido, Félix (1986, p. 134) afirma que “[...] o Estado desempenhava uma dupla função, planejar o desenvolvimento da indústria e garantir o setor privado nacional e internacional às condições políticas e econômicas favoráveis à acumulação do capital”.

Em 1971, com o governo de Médici, foi instituída uma nova LDB, a Lei n.º 5.692/71, que estava em conformidade com as diretrizes e ideologia do regime militar e em consonância com a política desenvolvimentista alicerçada no incentivo à industrialização. O Regime Militar programou a reforma educacional com o objetivo de preparar os trabalhadores para o mercado de trabalho urbano, principalmente para os setores produtivos voltados para indústria e comércio (FÉLIX, 1986). Portanto, uma das características mais marcantes da Lei n.º 5.692/71 era a de tentar dar formação educacional de cunho profissionalizante em conformidade com as necessidades do mercado de trabalho.

Nessa perspectiva,

A reforma Universitária de 1968 e a reforma de 1º e 2º graus, em 1971, atingiram a organização do sistema escolar em todos os níveis com objetivo de torná-lo mais racional, capaz de adequar o ensino às necessidades do desenvolvimento econômico do país, tornando produtiva a escola brasileira (FÉLIX, 1986, p. 22).

A Lei n.º 5.692/71 priorizou o ensino técnico profissionalizante, e conseqüentemente ocorreu uma significativa expansão das escolas técnicas no Brasil. Segundo Félix (1986), o governo pretendia obter o controle sobre as questões educacionais, pois se tratava de manipular as questões econômicas e políticas. O capitalismo necessitava urgentemente de mão de obra qualificada para o crescente mercado em expansão e a educação foi então a melhor estratégia para dar continuidade aos planos pretendidos pela classe dominante. As escolas estavam preservando a hegemonia das classes dominantes e ainda se voltavam para atender aos interesses da burguesia.

Pode-se dizer que a Lei n.º 5.692/71 ajudou de forma indireta a delimitar as

classes sociais, ou seja, quem tinha menos condições financeiras cursava o ensino técnico, e assim poderia obter uma vida um pouco melhor; e quem tinha condições financeiras consideráveis, podia optar pelo curso superior, que possibilitava empregos melhores, com maiores salários. Como afirma Moura (2007, p. 7), “[...] com a educação básica brasileira estruturada de uma forma completamente dual na qual a diferenciação entre os percursos educativos dos filhos das elites e dos filhos da classe trabalhadora ocorria desde o curso primário”. Sendo assim, a educação propedêutica, com a finalidade de seguimento nos estudos, destinava-se a atender as classes abastadas, enquanto que a educação constituída por cursos técnicos estava voltada para as camadas da população menos favorecida.

No entanto, com a Reforma de 1971, houve diversas mudanças, tais como a união do ciclo ginásial do Ensino Médio ao curso primário, denominando-se de 1º grau, com duração de oito anos, e o 2º grau com duração de três a quatro anos (PILETTI, 1988). Segundo o autor, essa reforma trouxe vários atrasos e caos para a educação brasileira, em função da falta de organização. O ensino médio passou a não preparar os alunos para a educação superior e tampouco para a formação profissional.

Dessa forma, Germano (1993) afirma que a Lei n.º 5.962/71 exibiu dois pontos essenciais, que são a extensão da escolaridade obrigatória, sendo a junção do primário e ginásio e a generalização do ensino profissionalizante no nível de 2º grau. Segundo Félix (1986), essa última reforma provocou um controle maior do Estado, adequando a educação ao projeto econômico. O alto investimento na qualificação dos trabalhadores fez com que a massificação da educação determinasse novos confrontos entre as classes sociais, sendo que a principal função da classe dominante foi o planejamento do processo de produção, monitorando a qualidade do trabalhador até o controle das ações realizadas por ele. Portanto, a educação foi o precursor para o avanço da modernização, na evolução econômica, política e social do país.

Talvez a principal função da Administração Escolar na etapa atual do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, seja a de, tornando o sistema escolar cada vez mais burocratizado, permitir ao Estado um controle maior sobre a educação, para adequá-la ao projeto de desenvolvimento econômico, descaracterizando-a como atividade humana específica, submetendo-a a uma avaliação cujo critério é a produtividade, no sentido que lhe atribui à sociedade capitalista (FÉLIX, 1986, p. 15).

Nesse sentido, Covre (1990) reafirma a concepção de Félix (1986), pois, com a burocratização educacional, o ensino em si perdeu o sentido pedagógico, tendo como foco principal o desenvolvimento de aptidões, privilegiando a prática, que, segundo Germano (1993, p. 176), “[...] trata-se de subordinar a educação à produção, retirando o verdadeiro valor da educação”, afirmando, ainda, que se estabelece uma relação direta entre sistema educacional e sistema ocupacional.

Covre (1990) sintetiza que o governo buscava soluções para os problemas econômicos do país com a educação. Para a autora, a educação tem função social como formadora de consciência, de formar sujeitos críticos perante a sociedade, o ensino tecnocrata faz justamente o contrário, forma sujeitos alienados e passivos. Dentro dessa mesma linha de pensamento, Freire (1983, p. 95) afirmava que:

Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos.
Esta nos parecia uma das grandes características de nossa educação. A de vir enfatizando cada vez mais em nós posições ingênuas, que nos deixam sempre na periferia de tudo o que tratamos.

Para Freire (1983), a sociedade nesse período estava em fase de transição, na qual a palavra democracia começava a fazer parte do vocabulário brasileiro, entretanto, o povo não sabia seu verdadeiro significado, sobretudo porque as classes desprovidas financeiramente continuavam a se curvar para a classe dominante. Sendo assim, a elite controlava tudo e todos, a massificação escolar, enquanto forma de calar a massa popular por meio do sistema paternalista, foi a melhor solução para que novamente a população se curvasse diante da hegemonia capitalista. Para o autor, essa situação travou um processo, a sociedade não entendeu o verdadeiro significado da palavra democracia, deixando novamente que a burguesia continuasse no poder. Dessa forma, ela controlava também o que a população em massa deveria aprender.

Na tentativa de corresponder às exigências da Lei n.º 5.692/71, foi emitido o Parecer n.º 45, em 1972, e em 1975 o Parecer n.º 76, ambos com foco quase que exclusivamente voltados para a formação técnica, na intenção de garantir o desenvolvimento econômico, uma vez que naquela época a industrialização estava iminente no país.

Com a promulgação da Lei n.º 7.044/82, a obrigatoriedade de formar para uma profissão específica havia terminado, passando a ser opcional, e a educação do

2º grau passou a ter outro sentido. Conforme Silva (2001, p. 232, grifo do autor):

A Lei nº 7.044/82 introduziu o conceito de *preparação para o trabalho*, ao invés de *qualificação para o trabalho*, tal como constava na Lei nº 5.692/71. A *qualificação para o trabalho* supõe a formação do educando para o exercício de uma ocupação específica, geralmente constante dos cadastros de ocupação, com descrição detalhada e com pré-requisitos especificados. A *preparação para o trabalho* faz parte de uma proposta educacional que entende ser necessário educar para a vida produtiva e responsável, para o exercício do trabalho, mediante o qual o educando contribui para a manutenção de sua própria vida e da sociedade, sem, contudo, direcionar-se para uma ocupação específica.

Para Piletti (1988), a industrialização acelerou a profissionalização compulsória no ensino de 2º grau, ao mesmo tempo em que eliminou a bifurcação da educação geral, formação especial e, conseqüentemente, a exigência da predominância da segunda sobre a primeira, isto é, um ensino precário para a profissionalização.

Covre (1990, p. 29) afirmou que “[...] cada vez mais exigem títulos para ocupar cargos que sequer exigem tantas qualificações”, e Kuenzer (1989) salientou que, para o trabalhador, não há necessidade de uma formação adequada para exercer cargos com atividades simples, basta somente saber ler, escrever e sua força de trabalho.

No plano dos fundamentos, a LDB procura apoiar a formação dos profissionais da educação em duas raízes: associação teoria e prática e aproveitamento de formação e experiências anteriores (cujo exemplo acabamos de examinar). Captar novos recursos humanos para a educação pode ser importante, mas a valorização do magistério continua ligada a condições adequadas de trabalho (art. 57, inc. VI) ao piso salarial (art. 67, inc. III), que dependem de medidas concretas, de ordem políticoadministrativa. (CASTRO, 2001, p. 192 apud ANDRADE, 2012, p. 13).

Segundo Germano (1993), houve vários fatores relevantes para a decadência do ensino tecnocrata. Cita, por exemplo, que as escolas de 2º grau tinham custo alto em comparação com as escolas anteriores. A educação tecnocrata não tinha a capacidade de fornecer as bases para continuar aprendendo ao longo da vida, e assim a educação não correspondia às expectativas do mercado.

As próprias empresas explicavam suas resistências, já não absorviam em

grande contingente os formandos do 2º grau, pois, para Germano (1993), as empresas tinham suas próprias estratégias de capacitação, das quais as escolas técnicas estavam desatualizadas, porque os currículos escolares não eram compatíveis com os setores industriais ou com a realidade do mercado.

Nada mais compreensível, portanto, que a fábrica tente controlar as representações e as formas de aquisição de saber teórico/prático, na medida em que, se a ausência do saber teórico obtido na escola ou em outras instituições compromete a acumulação do capital, o excesso desse tipo de educação pode ser igualmente comprometido, por expor os operários a um processo pedagógico que a fábrica já não controla, tornando-se mais difícil o seu disciplinamento (KUENZER, 1989, p. 132-133).

Para Kuenzer (1989), a fábrica é um verdadeiro processo pedagógico que tem por objetivo a educação técnica e política do trabalhador. Consolidando a hegemonia do trabalhador e desvalorizando as habilidades individuais, estas desaparecem diante da ciência, da preocupação para a modernização do país. O que se pretendeu foi resolver no interior da escola, pela homogeneidade, a divisão entre trabalho intelectual e manual e as diferenças de classe que estão postas na sociedade, o que significa, no mínimo, ingenuidade. As condições desiguais de acesso à escola, aliadas à falta de vontade política para assegurar as condições financeiras necessárias, à viabilização da nova proposta, à falta de professores qualificados, às dificuldades metodológicas de articulação entre teoria e prática e ao desinteresse do capital em ampliar e regulamentar as carreiras de nível técnico acabou por impedir a efetivação da proposta. Com a Lei n.º 5.692/71, efetiva-se a consolidação da divisão do trabalho na sociedade moderna, nota-se aqui, claramente, a junção entre a educação e o capitalismo monopolista.

Segundo Covre (1990), o estudo tornou-se tão compulsório, de modo que quem não tinha acesso à educação se sentia marginalizado. Nota-se que, nesse período, procurava-se, por meio da educação técnica, dignidade econômica e social. Porém, a autora destaca que somente uma pequena parcela da população teve acesso a determinadas escolas, a determinadas universidades, a determinados cursos, conseqüentemente, mais uma vez, o povo ficou em desvantagem. Então, Germano (1993, p. 176-177, grifo do autor) afirma que:

O aumento nos anos de escolaridade para, entre outras coisas, conter a força de trabalho “supérflua”, mantendo-a afastada do mercado. Entre nós,

com a reforma do 2º grau, ocorre inverso. A força de trabalho supérflua é transformada também em população escolar “supérflua”, cuja manutenção no sistema custa muito caro para o Estado comprometido com o financiamento de setores que considera verdadeiramente prioritário. Em consequência, trata-se de abreviar a escolarização dos mais pobres empurrando-os mais cedo para o mercado de trabalho, apesar do gigantismo do exército industrial de reserva existente no país.

Subsequentemente, com o advento da atual Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, n.º 9.394/96, estruturou-se uma nova identidade do Ensino Médio. A LDB menciona, em seu art. 39, que “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 1996, n. p.).

Assim, o setor educacional ganhou muito com os movimentos, pois pelas ações desses movimentos revolucionários que foram instituídos os fundamentos teóricos contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9394/96, que favoreceram a população da camada mais pobre, como educação primária para todos. É evidente que a elite tinha uma educação diferenciada, os cursos secundário e superior ainda eram para aqueles que obtinham o poder aquisitivo. Também é válido pensar que, mesmo a educação sendo um direito de todos, ainda assim continuou sendo utilizada pelos políticos na obtenção de votos, como moeda de troca em favor de sua reeleição, principalmente em relação a pessoas analfabetas ou pessoas de classes mais baixas.

Com profundas alterações na organização do currículo, deparou-se com o estreitamento da formação. Sucintamente, as principais mudanças promovidas na LDB (Lei n.º 9.394/96) pela reforma do Ensino Médio foram: a ampliação da carga horária de 800 para 1400 horas, a inclusão obrigatória pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referente ao Ensino Médio de estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia, e a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa e Matemática nos três anos do Ensino Médio.

O impasse da dualidade continuou presente na Lei n.º 9.394/96, o Ensino Médio sofreu novas alterações, denominando-se Novo Ensino Médio. Em fevereiro de 2017, a Lei n.º 13.415 foi sancionada pelo presidente Michel Temer, essa reforma teve a corroboração da BNCC, aprovada em dezembro de 2017.

Nesse sentido, Homem (2015, p. 21) esclarece que não se pode transferir sua “[...] responsabilidade a outros, também é verdade que a imputação de

responsabilidade pelos atos praticados por qualquer indivíduo deverá sempre pressupor sua liberdade em decidir por fazê-lo”. Além disso, o autor destaca acerca da prática da liberdade na formação escolar que poderá redundar em “[...] nova concepção de cidadania, de sociedade e de economia [...]” (HOMEM, 2015, p. 31), necessitando, portanto, uma adaptação sem perda de controle.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018), os currículos do Ensino Médio devem focar na formação integral do educando, envolvendo-o no trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua educação nos aspectos físico, cognitivo e tecnológico.

A Lei n.º 13.415/2017 alterou a LDB, estabelecendo uma mudança na estrutura do Ensino Médio, de modo a ampliar o tempo mínimo do estudante na escola, passando de 800 para 1.000 horas anuais, propondo uma nova organização curricular – flexível e capaz de contemplar a BNCC. Há possibilidades de escolhas para os estudantes, focando em suas áreas de conhecimento e formação técnica e profissional, garantindo a oferta de uma educação de qualidade para os jovens e possibilitando a aproximação das escolas à realidade dos estudantes brasileiros, considerando as demandas atuais e as complexidades que envolvem o trabalho e a vida em sociedade.

A matriz curricular do Novo Ensino Médio é composta pelas propostas da BNCC (BRASIL, 2018) e pelos itinerários formativos, organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a realidade da unidade escolar e seus saberes. Dessa forma, a organização dos currículos ficou da seguinte forma: Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Técnica e Profissional.

Pode-se considerar que essas cinco áreas do conhecimento têm o intuito de fortalecer a formação para o mundo do trabalho e da consciência cidadã, prevista no art. 35 da Lei que reformou o Ensino Médio, Lei n.º 13.415/2017.

2.4 Programa de Fortalecimento do Ensino Noturno (Profen)

Abordamos na presente subseção o Programa de Fortalecimento do Ensino Noturno (Profen), devido ao fato de esse Programa ter sido o antecessor do NEMN. O Profen é um programa nacional que visa assegurar a qualidade do Ensino Médio

noturno e da EJA. De acordo com o Programa,

Para alcançar os objetivos propostos para o ensino médio, especialmente no turno noturno no que se refere à sua universalização com qualidade e no que se refere à diversificação de itinerários formativos conforme propõe a nova reforma para este nível de ensino (Lei nº 13.415, de 2017), exige-se, principalmente na rede pública de ensino, mudanças na política educacional que compreenda os seguintes aspectos: investimentos na infraestrutura, revisão das propostas curriculares, mudanças nos aspectos metodológicos, afim [sic] de cumprir as metas dos Planos (Nacional e Estadual) de Educação ora vigentes (GOIÁS, 2017, p. 3).

Analisando o contexto do Ensino Médio noturno na rede pública de Goiás mantida pela Seduce, constata-se que o número de matrículas (demanda) é grande em relação aos que concluem com aprovação, ocorrendo também evasão, principalmente na 1ª série.

A Secretaria se posiciona sobre o Profen, que fora criado de maneira experimental, objetivando a melhoria dos índices de aprendizagem de jovens/adultos no turno noturno:

O PROFEN é amparado pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que estabelece novas regras para o Ensino Médio no país. Entre as novidades da legislação, prevê que os Estados desenvolvam projetos voltados ao fortalecimento do ensino no turno noturno. Elaborado pela SEDUCE Goiás, o PROFEN foi aprovado em abril de 2017 pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). O órgão, segundo os artigos 24 e 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), tem competência para aprovar projetos, como foi o caso do PROFEN. Em 2017, 17.600 alunos da 1ª série do Ensino Médio do noturno foram inseridos no PROFEN, passando a cursar o Novo Ensino Médio Noturno. Essa migração só pode ser feita em maio, período em que é aberto o Censo Escolar do Ministério da Educação (MEC). Os estudantes, ao final de 2018, terão os certificados e poderão escolher um preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou um curso técnico/profissionalizante, ambos oferecidos pela rede. Já os estudantes que, em 2017, cursaram a 2ª e 3ª séries do Ensino Médio noturno regular, não foram inseridos no PROFEN. A diferença básica entre o Novo Ensino Médio e a EJA está na idade do aluno. Caso o estudante tenha menos de 18 anos e queira estudar no período noturno, ele será encaixado no Novo Ensino Médio. Já aquele maior de 18 anos é encaminhado, automaticamente, à EJA (GOIÁS, 2018, p. 1).

Vale ressaltar que, de acordo com o MEC, o turno noturno responde por 20% a 21% das matrículas do Ensino Médio, um total de mais de 2 milhões de jovens entre 15 e 17 anos, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Houve uma especial atenção em relação às metodologias utilizadas, ao currículo e matriz propostos, uma vez que os alunos do período noturno já estão

inseridos, na sua maioria, no mundo do trabalho. Partindo desse contexto, a necessidade de melhoria do Ensino Médio noturno, especialmente no que se refere aos quesitos redução da evasão e garantia de melhor aprendizagem por parte dos alunos e, aproveitando-se das oportunidades geradas pelas mudanças na política e nas diretrizes educacionais acima referidas, a Seduce de Goiás propôs a Reforma Educacional.

A Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que substituiu a Medida Provisória n.º 746/2016, em seu Art. 24, §2º, haja vista as especificidades do turno noturno e do público nele atendido, reconhecia a necessidade de os sistemas de ensino proporcionarem as mudanças com vistas ao melhor atendimento desse público, nos seguintes termos:

Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando. Isto, por si, baliza legalmente a proposta de reforma aqui apresentada. A literatura sobre o assunto aponta que, para os alunos que frequentam a escola no turno noturno, os conteúdos [...] deveriam ser mais interessantes, adequados, críticos, transmitidos de forma mais simples e, principalmente, mais numerosos (BRASIL, 2017, n. p.).

De acordo com o Profen (GOIÁS, 2017), o ensino noturno precisa ter tratamento diferenciado. Não se pode simplesmente transpor a estrutura curricular, as metodologias e os tempos próprios do turno diurno para o noturno.

É preciso se pensar novos arranjos, novas estratégias, novos tempos para que a realidade do ensino noturno acompanhe a evolução e dinâmica educacionais exigidas dos sistemas de ensino, objetivando a melhoria na aprendizagem e a permanência do aluno na escola. Nessa perspectiva, propomos uma reformulação curricular para o ensino médio noturno, com flexibilidade no horário de entrada conforme as necessidades dos alunos de cada escola e readequação do quadro de horários, respeitando as particularidades desse público (GOIÁS, 2017, p. 7).

García *et al.* (2021) ressaltam que ampliar o acesso às escolas brasileiras não foi suficiente para reduzir as disparidades educacionais, pois o governo fez por meio de estruturas escolares muito desiguais. Dentre as subdivisões objetivas e simbólicas do sistema educacional brasileiro, uma das principais é a segmentação entre ensino público e privado. As estatísticas oficiais, embora imperfeitas, servem para dimensionar o problema. Em 2006, cerca de 80% da população escolar

brasileira estava matriculada em escolas públicas. No entanto, esses 20% dos alunos de escolas privadas acabaram ocupando 60% das vagas em conceituadas universidades públicas brasileiras. García *et al.* (2021) explicam que em carreiras como medicina, engenharia e direito, a proporção de alunos de escolas privadas era ainda maior. À noite (das 19h às 22h30min), realizam-se, ainda hoje, estruturas de ensino secundário e de educação de adultos decisivas para a redução dos níveis de analfabetismo no país e para o reinício da escolaridade interrompida precocemente. Predominam condições de ensino e aprendizagem muito desfavoráveis, cujos efeitos se fazem sentir no desempenho escolar. Isso contrasta fortemente com o universo protegido das escolas particulares.

Nesse sentido, a importância do ensino noturno está em levar a jovens e adultos uma educação de qualidade para aqueles que já trabalham e buscam aperfeiçoar seus conhecimentos, sem deixar de lado a criticidade.

2.5 O trabalho na sociedade capitalista

A discussão do ‘mundo do trabalho ou mundos do trabalho’ traz os trabalhadores e sua organização, como classe trabalhadora, em sua dimensão ampla, conforme descreve Hobsbawm (2000, p. 11): “a história de qualquer classe não pode ser escrita se a isolarmos de outras classes, dos Estados, instituições e ideias que fornecem sua estrutura, sua herança histórica [...]”.

Nesse sentido, Hobsbawm (2000) aponta para a relevância de compreender os contextos sociais nos quais a classe trabalhadora constrói sua própria história. Para atender às novas exigências do mundo do trabalho da sociedade moderna, a partir das relações de produção e divisão do trabalho, com o desenvolvimento do sistema de produção capitalista, fez-se necessário ‘moldar’ o homem de acordo com os interesses da ideologia burguesa capitalista. Desse modo, foi preciso criar um sistema educacional com os parâmetros das exigências capitalistas imediatistas, alimentando cada vez mais a alienação do trabalhador.

Portanto, a questão da educação não pode ser pensada como se fosse um sistema inerente à vida social. Conceber a educação em seu sentido ontológico é relevante para a compreensão do seu papel na sociedade, independente de um determinado período histórico. Tal exercício de abstração é importante para que tenhamos claro o limite da educação, na forma como ela apresenta: capitalista de

sociabilidade, mas, também, as suas possibilidades.

Lukács (2018) entende que a educação, a linguagem, a política etc. não são trabalho (na perspectiva ontológica), pois não possuem como objetivo a transformação direta da natureza, já que a função que tais atividades exercem na complexidade social é diferente do trabalho.

Marx (2011) compreendeu, no treinamento funcional das fábricas, fincado pelo capitalismo, qualidades a serem incorporadas em um ensino transformador do ponto de vista do rigor em que este atingia o exercício para o trabalho. Sendo que a intenção era estritamente imprescindível para o exercício de determinado segmento do ofício sem se ater ao todo e à capacitação universal do operário.

Para o pensador Marx (2011), a educação necessitava ser concomitante intelectual, física e técnica, sendo que essa percepção, chamada de múltipla, se diferencia da visão de formação integral, porque esta tem uma simbologia moral e afetiva que não carecia de ser abordada pela escola, mas por outros adultos.

Marx (2011) defendia a educação compulsória. No entanto, criticava severamente todo currículo que se apropriasse da distinção de classe, pois pregava a educação técnica e industrial, em detrimento de um processo vocacional delimitado pela burguesia. O Estado burguês-capitalista e o currículo pedem para alienar basicamente os indivíduos, transformando-os em instrumentos subalternos e submissos aos desejos da classe dominante.

Nesse sentido,

Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesse e forças que gravita sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado [...] é uma opção historicamente configurada, que sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar, está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar (SACRISTÁN, 2000, p. 17).

Em sua obra 'Manifesto', Marx e Engels (1998) retratam que, por intermédio da educação, seriam elaborados meios de superação das relações sociais burguesas e que seria necessário extirpar de seu cerne o ponto de vista burguês, sob pena de modificar os infantes em simples objetos de comércio e instrumentos de trabalho.

O pensamento marxiano remete à construção da sociedade comunista, na qual seriam implementadas ações voltadas para a concepção de uma educação de

caráter público, gratuito, universal e consoante à utopia revolucionária que visa desencadear a emancipação do cidadão e sua libertação do caráter capitalista.

É válido ressaltar que Marx (2011) era defensor da escola politécnica e da integração trabalho-escola, sendo imprescindível instituir-se sobre as competências que visem ao esclarecimento sobre o mundo físico e social. Sua maior preocupação era o risco de a escola doutrinar alunos submissos à interpretação de partidos ou classes, além de requerer a valorização da educação gratuita e sua independência quanto à vinculação com políticas de Estado, o que se iguala à subordinação do ensino à religião ou outros dogmas.

Portanto, a educação deve voltar para a formação política-emancipatória, a favor da mobilização popular pelas causas e interesses populares, por meio de uma geração com consciência orgânica, e não por meio de manipulação com discursos historicamente construídos que visam apenas atender interesses da classe dominante.

Busca-se, aqui, distinguir o trabalho como categoria específica do ser social – dimensão ontológica das formas que assume, que o trabalho disponibiliza em duas dimensões e sempre articuladas: “[...] trabalho como o mundo da necessidade e trabalho como mundo da liberdade” (FRIGOTTO, 2001, p. 74). O autor analisa, ainda, que:

O primeiro está subordinado à resposta das necessidades imperativas do ser humano enquanto um ser histórico-natural. É a partir da resposta a essas necessidades imperativas que o ser humano pode fruir do trabalho propriamente humano – criativo e livre (FRIGOTTO, 2001, p. 74).

Diante dessas reflexões é que podemos perceber a relação do homem com a ciência e com a tecnologia, quando tomadas como valores de uso, no compromisso da melhoria das condições de vida e possibilidade de dilatar o tempo livre: “Nessa perspectiva constituem extensões de sentido e membros dos seres humanos” (FRIGOTTO, 2001, p. 74). Desde as primeiras manufaturas até as mais avançadas máquinas tecnológicas, a ciência e a tecnologia constituíram-se em resultados fabulosos produzidos pelo homem para a melhoria da condição humana.

Para Frigotto (2001), as relações sociais capitalistas nos dias atuais servem como uma força mutiladora do trabalhador, cortando pela raiz a essência do ser humano com trabalhos exaustivos e anti-criativos.

Para aprofundar no conceito de educação integrada, Ciavatta (2005, p. 2) defende que a educação profissional e a educação integrada devem acontecer de forma inseparável “[...] em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior”. Isto é, conduzir o ser humano a reconhecer-se como integrante da natureza e que necessita elaborá-la, transformá-la pelo trabalho, em prol de satisfazer às suas necessidades vitais, biológicas, sociais e culturais. Para Ciavatta (2005), obstruir o direito do trabalho ao ser humano é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a própria vida, sendo assim, o capitalismo consegue ser fidedigno a essa tarefa de mutilação do trabalhador.

O objetivo é diluir o trabalho como o princípio educativo, na intenção de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de preparar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (GRAMSCI, 1999). Sendo assim, a formação integrada contribui para a constituição de um ser íntegro, inteiro, o ser humano enquanto dirigente do seu próprio pensar, organizar e agir, pela sua própria força de trabalho.

Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 2-3).

De acordo com Ciavatta (2005), os termos formação integrada, formação politécnica e educação tecnológica buscam compreender as exigências do mundo do trabalho, ancorados pela ciência e tecnologia como forças produtivas, construtoras de valores, fontes da riqueza. No entanto, a gênese do capitalismo faz com que as forças produtivas gerem exclusão, subemprego, perda de vínculos comunitários e das próprias identidades.

Diante do que foi exposto pela autora, na busca pela superação do dualismo tradicional da sociedade brasileira, ela acredita que, para reverter esse quadro, são necessários mecanismos mais efetivos. Tais mecanismos perpassam pela esteira da base da cultura científica e humanista. Nessa perspectiva,

[...] o trabalho como atividade ontológica, estruturante do ser social, como um valor intrínseco à vida humana e ao conhecimento, que ele proporciona na relação com a natureza e com os demais. É o trabalho como um princípio de cidadania, no sentido de participação legítima nos benefícios da riqueza social, que se distingue das formas históricas e alienantes, de exploração do trabalhador, presentes na produção capitalista (CIAVATTA, 2005, p. 8).

A autora aponta que o dualismo pode estar alimentado em diversas áreas, inclusive nos currículos escolares, dividindo a formação geral com a formação profissional, “[...] cerceando a formação integrada do conhecimento que embasa a técnica e as tecnologias, sedimentando uma política curricular equivocada do ponto de vista da educação *omnilateral*” (CIAVATTA, 2005, p. 9, grifo da autora).

Em outro artigo de Ciavatta (2014), ela traz a reflexão sobre os embates políticos para o Ensino Médio e a educação profissional. Segundo a autora, com as novas configurações do mundo do trabalho e os debates em bases teórico-metodológicas, a defesa de uma educação científica e tecnológica sem compromisso com a lógica do mercado passou a requerer uma educação geral, recolocando os conceitos de politecnia e omnilateralidade nas construções curriculares. De acordo com a referida autora, o Conselho Nacional de Educação (CNE) sugere que a elaboração dos currículos para a educação profissional deve ser pautada por princípios, flexibilidade da interdisciplinaridade e da contextualização (CIAVATTA, 2014).

Na mesma esteira de Ciavatta (2014), Jantsch e Azevedo (2012) também se debruçaram na investigação acerca da educação profissional dos tecnólogos a partir dos conceitos de politecnia e omnilateralidade, que, para ele, são elementos decisivos para uma educação além do capital. Buscando a profundidade da sociabilidade do capital e sendo fato de existência de um grande contingente de profissionais, os quais têm sido sistematicamente pelo âmbito empresarial, o autor firmou posição epistemológica e politécnica em favor da formação tecnológica ancorada nesses conceitos.

Nesse contexto, os representantes do CNE entenderam que a educação profissional deve ser vista para além das demandas do trabalho. Dessa forma, fez-se necessário a criação do Parecer CNE/CP n.º 29/2002, que expressa as seguintes informações:

O grande desafio é o da oferta de uma educação profissional de nível superior, fundamentada no desenvolvimento do conhecimento tecnológico em sintonia com a realidade do mundo do trabalho [leia-se: na sociabilidade do capital], pela oferta de programas que efetivamente articulem as várias dimensões da educação, trabalho, ciência e tecnologia (BRASIL, 2002, p. 6-7).

Mediante o exposto, o autor trouxe para a reflexão que é preciso transpor a realidade do trabalhador unilateral, adotando perspectiva radical, que implique a formação total da estreita articulação dos conceitos de politecnicidade e de omnilateralidade. O CNE não faz mais do que destacar que as instituições educacionais responsáveis pela formação humana se pautarão no processo de educação que transforme o conhecimento em bens e serviços em prol da sociedade.

2.6 Reflexões acerca do mundo do trabalho

Hobsbawm (2000) declara a relevância de analisar os contornos sociais nos quais a classe trabalhadora constrói sua própria história. No decorrer da construção histórica, o indivíduo se humaniza nas relações desenvolvidas com a natureza, com os outros homens e com a produção dos bens materiais para a sobrevivência, realizada pelo trabalho.

[...] o animal apenas utiliza a Natureza, nela produzindo modificações somente por sua presença; o homem a submete, pondo-a a serviço de seus fins determinados, imprimindo-lhe as modificações que julga necessárias, isto é, domina a Natureza. Esta é a diferença essencial e decisiva entre o homem e os demais animais; e, por outro lado, é o trabalho que determina essa diferença (ENGELS, 1991, p. 223).

A ação-trabalho torna-se determinante na maneira de ser na vida humana, é organização social, maneira como o homem conduz seu pensamento, suas ideias e representações, enfim, sua consciência.

O trabalho é uma ação exclusiva do ser humano. Para executá-lo, o homem idealiza, projeta e depois materializa, estabelecendo relações concretas de produção. O trabalho, conforme Lukács (2018, p. 43), é “[...] fato ontológico fundante do ser social [...]”. Os animais apenas reproduzem a si mesmos, o homem produz e reproduz a natureza e a si mesmo.

Perante a sociedade capitalista, o processo do trabalho aparece desconfigurado. Para Marx e Engels (1998), compreender a lógica capitalista e seus

efeitos negativos sobre o homem é perceber a alienação do homem como ser genérico, raso, e concentrando o distanciamento do próprio homem. De acordo com os autores (MARX; ENGELS, 1998, p. 113), “[...] quanto mais civilizado o produto, mais desumano o trabalhador, quanto mais poderoso o trabalho, mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza”.

A perversa forma de intensificação de exploração dos trabalhadores impõe uma situação de subemprego e desemprego de grande parte da população. E isso se intensifica ainda mais quando se tem uma escolarização precária. No que tange à educação dos trabalhadores, historicamente falando, a qualificação e as formas de trabalho têm assumido diversas características desde a Primeira Revolução Industrial. Nota-se que, quando houve a Terceira Revolução Industrial, iniciada em 1970, exigiu-se uma qualificação muito mais pautada na configuração tecnicista, em que já não se explorava tanto nas mãos dos trabalhadores, e sim o intelecto.

O novo tipo de produção racionalizada demandava um novo tipo de homem, capaz de ajustar-se aos novos métodos da produção, para cuja educação eram insuficientes os mecanismos de coerção social; tratava-se de articular novas competências a novos modos de viver, pensar e sentir, adequados aos novos métodos de trabalho caracterizados pela automação, ou seja, pela ausência de mobilização de energias intelectuais e criativas no desempenho do trabalho. [...] O novo tipo de trabalho exigia, portanto, uma nova concepção de mundo que fornecesse ao trabalhador uma justificativa para a sua alienação e, ao mesmo tempo, suprisse as necessidades do capital com um homem cujos comportamentos e atitudes respondessem às suas demandas de valorização (KUENZER, 2007b, p. 1155).

Kuenzer (2005, p. 80) diz que a capacitação dos trabalhadores é de suma importância para o atendimento das demandas de um processo produtivo “[...] cada vez mais esvaziado, onde a lógica da polarização das competências se coloca de forma muito mais dramática do que a ocorrida sob o taylorismo/fordismo”. Como afirma a autora, é preciso que o trabalhador se torne subserviente ao capital.

Portanto, o intuito da escolarização na era do capital é facilitar os trâmites entre o processo trabalho-capitalista e o treinamento para a vida social e produtiva. “A pedagogia dominante, orgânica às formas de divisão social e técnica do trabalho e da sociedade no taylorismo/fordismo [...]” (KUENZER, 2005, p. 80).

Houve um fator intercorrente durante a realização da presente pesquisa: o fato de que a humanidade está em plena pandemia da Covid-19 e em Regime Especial de Aulas Não Presenciais (Reanp). Isso significa que os alunos estão sendo atendidos por meios digitais e virtuais, modalidade a distância. Segundo

Oliveira (2019), alguns autores são ferrenhos críticos quanto a essa formação precária. Em termos do que é possível dentro de uma situação limitante como a que é enfrentada desde 2020, o projeto inicial desta pesquisa também foi adaptado para atender a essa nova realidade.

Dessa forma, os estudantes trabalhadores do Novo Ensino Médio merecem receber uma atenção especial no processo pedagógico, que deve ser humanizado e libertário, pois a escola é o espaço de formação de opiniões e cidadãos ativos, responsáveis e coerentes nas transformações da sociedade.

3 MÉTODO

Foi proposta, para a realização deste estudo, uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa. De acordo com os estudos de Minayo (2007, p. 14), a pesquisa qualitativa “[...] abordam o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados”. É possível afirmar que a pesquisa qualitativa lida com fenômenos mais comuns nas ciências sociais. Nesse tipo de pesquisa, o foco está em fenômenos sociais que envolvem a realidade humana, as limitações vivenciadas em dado meio, bem como as ações e atitudes dos indivíduos envolvidos no fenômeno.

Sobre o estudo de caso, Lakatos e Marconi (2003, p. 108) expõem que “[...] consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades [...], observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos”. Esse tipo de estudo preserva o caráter unitário do objeto, observando-o como algo único, sendo possível promover ações transformadoras, a partir de então.

Dessa forma, a presente dissertação contempla a abordagem qualitativa em seu desenvolvimento e discussão de resultados. Foi utilizado, como instrumento de coleta de dados, um questionário semiestruturado, aplicado a docentes e discentes de um determinado colégio estadual de Piracanjuba-GO.

Como citado anteriormente, nas novas mudanças do NEMN algumas disciplinas foram acrescentadas e outras retiradas ou tiveram reduções de cargas horárias. Desse modo, é notório que estão havendo dúvidas na condução de tais disciplinas, no sentido teórico e metodológico. E a disciplina ‘Introdução ao Mundo do Trabalho’, anteriormente denominada ‘Fundamentos do Trabalho’, se encaixa nesses problemas citados. Dessa forma, escolhemos alunos de uma turma do 3º ano do NEMN para realizar a pesquisa e para desenvolver o produto educacional. O motivo da escolha deu-se pelo fato de eles se encontrarem na última etapa da educação básica, portanto, terão que fazer escolhas sobre o futuro no que tange ao trabalho e, também, levou-se em consideração que a maioria já possui trabalho, seja ele formal ou informal.

A pesquisa foi realizada com 16 alunos e com 8 professores, em uma turma

do 3º ano do Ensino Médio Noturno de uma unidade educacional da rede estadual de ensino em Piracanjuba-GO. Devido ao contexto mundial atual, com a pandemia da Covid-19, foram tomados todos os cuidados, respeitando os protocolos sanitários, a fim de evitar a contaminação, assegurando a proteção de todos os envolvidos na pesquisa. Dessa forma, o recrutamento dos participantes (alunos e professores) e todas as etapas foram realizadas por meio de recursos digitais, tais como *WhatsApp*, *Google Meet*, e *e-mail*.

Como procedimento de coleta de dados para a pesquisa, foi utilizada a aplicação de questionário aos alunos e aos professores, os quais foram criados para fins diagnósticos e serviram de base para a construção da dissertação, dialogando com o produto educacional. Os questionários foram enviados aos alunos por meio do *WhatsApp* e para os professores por *e-mail*, dados estes solicitados à secretaria da escola.

Por causa da pandemia da Covid-19, a presente pesquisa seguiu todos os protocolos de segurança estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a fim de evitar o contágio da doença. Portanto, as etapas da pesquisa (coleta de dados e aplicação do produto educacional) ocorreram de acordo com as etapas descritas a seguir.

Na primeira etapa, realizou-se a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de coletar as pesquisas empíricas mais recentes sobre a temática na base de artigos científicos disponíveis, periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), relacionados com o Novo Ensino Médio Noturno. Realizou-se, também, pesquisa documental, foram coletados e analisados os seguintes documentos escolares na escola: ficha de matrícula do aluno; o Projeto Político Pedagógico (PPP); plataforma do Goiás 360; Resolução CEE/CLN n.º 030, de 25/01/2018; Matriz do Novo Ensino Médio Noturno, que, em 2019 e 2020, era semestral e, em 2021, passou a ser anual, contendo outras disciplinas (Projeto de Vida e Introdução ao Mundo do Trabalho I e II).

A segunda etapa foi iniciada com o convite para participação na pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram enviados via *WhatsApp* e *e-mail* o convite, o questionário e o TCLE, sendo este assinado de forma eletrônica pelos participantes, quando eles marcaram o campo “Eu aceito”, ao final da página *Web* que continha esse Termo. Destaca-se que não foi possível o

participante responder o questionário sem que, primeiramente, aceitasse participar da pesquisa, pois o TCLE estava localizado na primeira página que aparecia quando os participantes acessassem o *link* do *Google Forms*, antes de iniciar o questionário.

Na terceira etapa, os alunos e os professores que aceitaram colaborar com a pesquisa responderam o questionário, sendo um para os docentes e outro para os discentes. Na quarta etapa a pesquisadora enviou o produto educacional aos professores e aos alunos, durante o mês de agosto de 2021, com uma combinação no grupo criado para uma roda de conversa, ocasião em que o produto educacional seria desenvolvido.

Na quinta etapa, após a análise de dados dos questionários respondidos, professores e estudantes que aceitaram colaborar com a pesquisa participaram de uma roda de conversa por meio do aplicativo *Google Meet* com o tema formação omnilateral. A roda de conversa foi realizada em junho de 2021, a pesquisadora mediou o debate sobre o produto educacional, discutiu com os docentes e discentes acerca do mundo do trabalho e a formação omnilateral. Os diálogos proporcionaram à pesquisadora uma observação não participante, da qual foi possível abstrair informações fundamentais para a pesquisa em andamento. Finalmente, na sexta etapa os alunos e professores avaliaram o produto educacional.

Os questionários encontram-se nos apêndices B e C da presente pesquisa. A parte 1 pedia que docentes e discentes marcassem objetivamente o nível de satisfação, tendo a variação de escala 1 a 5, sendo: 1 muito satisfeito, 2 satisfeito, 3 parcialmente satisfeito, 4 insatisfeito e 5 muito insatisfeito. A parte 2 pedia que docentes e discentes relatassem sua resposta acerca das percepções gerais em termos de mudanças pessoais, profissionais e sugestões.

Segundo Yin (2014), o estudo de caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas ‘a olho nu’. Além disso, o estudo de caso favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real. Nesse sentido, a análise dos resultados ponderou pontos de convergência e de divergência existentes nas respostas dos questionários. Por esse motivo, os questionários possuíam perguntas semelhantes.

Em termos de organização, foi feita a leitura dos questionários anexados a

esta dissertação. Em seguida, foi realizada a leitura das respostas aos questionários e, a partir daí, foi providenciada uma classificação unindo respostas de alunos às de professores para as questões compatíveis.

A partir disso, foi feita a tabulação das respostas objetivas, a tabulação das respostas subjetivas e os alinhamentos possíveis, considerando semelhanças e diferenças. Finalmente, foram construídos indicadores por meio das tabelas relevantes. Nesse sentido, a categorização foi traduzida em análise propriamente dita, por meio de um diálogo entre os resultados encontrados e o referencial teórico visto.

Os dados coletados foram tabulados e, em seguida, analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2016), esse método consiste em um conjunto de técnicas de análise que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens coletadas. Franco (2018) esclarece que o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa ou figurativa, documental ou diretamente provocada. Com base na mensagem que responde às perguntas, é possível o pesquisador fazer inferências sobre os elementos de comunicação.

A análise documental foi feita por meio da revisão com fichamento dos documentos pedagógicos escolares para o NEMN: Projeto Pedagógico, Regimento Escolar e Plano de Ação 2020. A análise foi realizada em três etapas: organização, categorização e tratamento dos resultados, observando as teorias revisadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa em diálogo com a teoria revisada por meio das discussões nas seções anteriores, composta pelos subitens: 1) Contexto, 2) Dados coletados e educação omnilateral no formato do primeiro questionário enviado para docentes e discentes com a devida análise, e 3) Análise da recepção do produto educacional por docentes e discentes.

Piracanjuba-GO tem sua história brevemente contada por Pacífico Filho (2016). O autor ensina que a cidade é originada no arraial de Pouso Alto e abrange da aquisição de área à constituição de sua municipalidade, tendo passado por significativas mudanças, desde o surgimento da legislação imperial voltada para a regulamentação da vida urbana no Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de Piracanjuba possui uma população estimada em 2020 de 24.548 pessoas e densidade demográfica de 9,99 habitantes por quilômetro quadrado, com taxa de escolarização entre 6 a 13 anos de 97,8%. Conta em 2020 com um total de 2640 crianças matriculadas no Ensino Fundamental e 700 adolescentes e jovens no Ensino Médio. Conta, ainda, com um total de 210 professores.

Diante do tema estudado e das questões levantadas, ficou definido que, do ponto de vista teórico-metodológico, a análise que se privilegia nesta pesquisa é qualitativa de cunho exploratório, uma vez que neste estudo busca-se compreender a integração do NEMN à EPT, no Colégio Estadual José Feliciano Ferreira, localizado em Piracanjuba-GO.

O critério da seleção dos participantes foi pelo fato de a turma do 3º ano do Ensino Médio Noturno estar passando pela transição do Novo Ensino Médio, e também é a série que contém a disciplina 'Introdução ao Mundo do Trabalho', que é elemento chave do objeto de estudo. Disciplina esta que, por meio da cidadania e da ética, objetiva levar os discentes a refletirem, estimulando e orientando o compromisso com a construção de uma participação social, como cidadão, em sua vida cotidiana pessoal ou em comunidade, entendendo, assim, seu real papel como cidadão no desenvolvimento da sociedade em que vive, para uma vida assertiva e responsável. Os docentes da turma fizeram parte da pesquisa, pois foram eles que contribuíram com a coleta de dados e aplicação do produto educacional.

No Brasil, o artigo 26 da LDB, Lei n.º 9394/96, preconiza que:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, n. p.).

E o artigo 36, na Seção I, destaca as diretrizes do Ensino Médio. Um currículo que dá acesso ao conhecimento tecnológico e científico, às diferentes formas de linguagem e ao exercício da cidadania.

Assim, é importante ressaltar que a unificação formal do currículo não assegura a equalização das oportunidades educacionais, uma vez que configuram situações bem diferentes as aulas no período diurno e as aulas no período noturno, principalmente após uma jornada de trabalho, o que representa a turma selecionada para a amostra.

Considerando os dados do Inep referentes ao quantitativo de alunos matriculados no Ensino Médio (700 adolescentes e jovens), observa-se que o presente estudo de caso, no município de Piracanjuba-GO, torna-se interessante pelo fato de que a amostra analisada de estudantes do Ensino Médio Noturno se apresenta como considerável, sendo que, no primeiro semestre do ano de 2021, a turma possuía 19 estudantes, desses, 9 são meninas e 10 meninos (cerca de 3% do total de jovens matriculados).

4.1 Avaliação do Ensino Médio Noturno por professores e alunos

O sistema produtivo brasileiro assume o lugar da produção e da existência humana contrapondo com a educação profissional que assume a formação humana como uma educação unitária, integral e omnilateral. Nos dias atuais, diante da carência de perspectivas de trabalho e renda para jovens de classes populares, principalmente, torna a educação profissional e noturna uma necessidade.

Considerando que as escolas precisam atender às expectativas dos alunos, por meio do cumprimento do seu projeto pedagógico, ressalta-se que não basta estar no papel, o projeto precisa ser praticado na sala de aula.

As funções docentes passam por constantes mudanças, de modo que os docentes precisam assumir uma posição crítica diante da realidade. Na prática, as

aulas no Ensino Médio Noturno deveriam ter uma relação indissociável entre a base propedêutica e o conhecimento técnico, com os conceitos sendo voltados para sua aplicação na vida prática dos alunos. Desse modo, há a necessidade de investimentos em equipamentos, laboratórios, contratação de pessoal e todos os aparatos necessários para desenvolver uma formação que acompanhe as mudanças sociais e do mundo do trabalho, de acordo com o discurso da BNCC.

A avaliação das respostas nos questionários aplicados vem consolidar com o objetivo geral do presente estudo, que propõe analisar como professores e alunos do Novo Ensino Médio Noturno percebem a Educação Profissional e Tecnológica, mais especificamente relacionado à formação omnilateral.

Os questionários aplicados, tanto aos docentes quanto aos discentes, foram estruturados em duas etapas, a saber: 1. Nível de satisfação e 2. Percepções gerais (mudanças pessoais, profissionais e sugestões). Os resultados serão apresentados para cada uma dessas etapas, considerando as impressões de ambos os grupos, por meio de comparações entre as mesmas.

O Quadro 1, a seguir, apresenta os dados tabulados de um item da primeira parte do questionário, envolvendo alunos e professores, em que foi solicitado aos entrevistados que avaliassem o Novo Ensino Médio Noturno oferecido, considerando o nível de sua satisfação diante do quesito ‘preparação para a profissão’, identificando a satisfação entre 1 e 5, sendo: 1 Muito Satisfeito; 2 Satisfeito; 3 Parcialmente satisfeito; 4 Insatisfeito; 5 Muito Insatisfeito.

Quadro 1 – Avaliação sobre preparação para profissão

Opções	Alunos	Percentual	Professores	Percentual
1 Muito Satisfeito	1	6,1%	1	12,5%
2 Satisfeito	3	18,8%	1	12,5%
3 Parcialmente satisfeito	5	31,3%	5	62,5%
4 Insatisfeito	4	25%	1	12,5%
5 Muito Insatisfeito	3	18,8%	0	0,0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

No que se refere à preparação para uma profissão, verificou-se que 31,3% dos discentes mostram-se parcialmente satisfeitos com o que lhes é ofertado para alcançarem os objetivos que necessitam para estarem prontos para o mundo do trabalho. Nota-se que apenas 6,1% declaram-se muito satisfeitos, mostrando que o NEMN, em suas reformulações, necessita melhorar para atingir um público-alvo

maior.

Referindo-se aos docentes, 62,5% declaram-se parcialmente satisfeitos com a grade curricular e a forma que ela vem sendo desenvolvida. Nenhum professor se declara insatisfeito. Dessa forma, é visível a dissonância entre a opinião dos docentes e dos discentes.

O fato de a maioria dos discentes estar de parcialmente satisfeita a muito insatisfeita demonstra que há um caminho a percorrer para que haja a realização da formação omnilateral em sua plenitude. O produto educacional pretende contribuir, criando um elo entre teoria e prática, quando o aluno precisar optar por sua profissão. Nessa perspectiva, o conhecimento, como representação abstrata da realidade concreta do mundo, expressa as duas dimensões da práxis social dos homens, isto é, a relação dialética entre teoria e prática, tal como afirmaram Marx e Engels (1993, p. 25):

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material.

Sequencialmente, o Quadro 2 apresenta resultados referentes à questão ‘preparação para a universidade ou faculdade’, apontando resultados do questionamento em termos de satisfação para docentes e discentes.

Quadro 2 – Avaliação sobre preparação para a universidade ou faculdade

Opções	Alunos	Percentual	Professores	Percentual
1 Muito Satisfeito	1	6,1%	1	12,5%
2 Satisfeito	2	12,5%	1	12,5%
3 Parcialmente satisfeito	7	43,8%	4	50%
4 Insatisfeito	3	18,8%	2	25%
5 Muito Insatisfeito	3	18,8%	0	0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Verificou-se que 43,8% dos discentes declararam estar entre parcialmente satisfeitos a muito insatisfeitos, em termos da preparação para a universidade propiciada pelo NEMN. O que ressalta novamente a importância de uma revisão a ser feita no currículo disposto e na forma que ele vem sendo desenvolvido.

Em concordância com as respostas dos discentes, os docentes corroboraram

que a proposta do NEMN acaba por se restringir a uma mera preparação para a universidade. Tal fato percebe-se por mais de 50% deles declararem estar de parcialmente satisfeitos a insatisfeitos.

O Quadro 3, abaixo, traz a 'integração da teoria com a prática nas disciplinas de formação geral (Português, Matemática, Ciências, História...)', avaliada pelos discentes e docentes.

Quadro 3 – Avaliação sobre a integração da teoria com a prática nas disciplinas de formação geral

Opções	Alunos	Percentual	Professores	Percentual
1 Muito Satisfeito	2	12,5%	1	12,5%
2 Satisfeito	3	18,1%	1	12,5%
3 Parcialmente satisfeito	3	18,8%	5	62,5%
4 Insatisfeito	5	31,8%	1	12,5%
5 Muito Insatisfeito	3	18,8%	0	0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Nota-se que, enquanto docentes, em sua maioria (62,5%), estão parcialmente satisfeitos, a maioria dos discentes (31,8%) encontra-se insatisfeita quanto à interação das matérias curriculares obrigatórias, demonstrando que falta maior integração de conteúdo.

Os quadros 4 e 5 avaliam respectivamente o 'direcionamento dos conteúdos ao mundo do trabalho e ao vestibular/Enem', trazendo:

Quadro 4 – Avaliação sobre o direcionamento dos conteúdos ao mundo do trabalho

Opções	Alunos	Percentual	Professores	Percentual
1 Muito Satisfeito	1	6,2%	1	12,5%
2 Satisfeito	3	18,8%	1	12,5%
3 Parcialmente satisfeito	8	50%	3	37,5%
4 Insatisfeito	2	12,5%	3	37,5%
5 Muito Insatisfeito	2	12,5%	0	0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Quadro 5 – Avaliação sobre o direcionamento dos conteúdos ao vestibular/Enem

Opções	Alunos	Percentual	Professores	Percentual
1 Muito Satisfeito	2	12,5%	1	12,5%
2 Satisfeito	2	12,5%	3	37,5%
3 Parcialmente satisfeito	4	25%	1	12,5%
4 Insatisfeito	6	37,5%	3	37,5%
5 Muito Insatisfeito	2	12,5%	0	0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Quando se refere ao mundo do trabalho, 50% dos discentes acreditam que os conteúdos se mostram satisfeitos, conseguindo ajudá-los em sua vida laboral diária, uma vez que eles, como já foi afirmado anteriormente, já se encontram inseridos no mundo do trabalho, seja ele formal ou informal. Ao passo que 37,5% dos docentes encontram-se parcialmente satisfeitos e a mesma quantidade insatisfeitos, acreditando ser possível melhorar.

Em relação a estarem sendo adequadamente preparados para o vestibular/Enem, os discentes e docentes corroboram em estarem insatisfeitos, deixando claro que são necessárias mudanças que os motivem.

No Quadro 6, os docentes e discentes equilibram-se em nível de satisfação de 12,5% e apresentam discrepância em insatisfação, sendo 37,5% para os discentes e 12,5% para os docentes, no que se refere ao material didático utilizado.

Quadro 6 – Avaliação sobre o material didático

Opções	Alunos	Percentual	Professores	Percentual
1 Muito Satisfeito	2	12,5%	1	12,5%
2 Satisfeito	2	12,5%	1	12,5%
3 Parcialmente satisfeito	4	25%	4	50%
4 Insatisfeito	6	37,5%	1	12,5%
5 Muito Insatisfeito	2	12,5%	1	12,5%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

O Quadro 7 apresenta o percentual referente ao quesito ‘estrutura física (laboratório, biblioteca, sala de vídeos, oficinas, sala de aula)’, docentes em 37,5% e discentes em 56,3% demonstram-se satisfeitos.

Quadro 7 – Avaliação sobre a estrutura física

Opções	Alunos	Percentual	Professores	Percentual
1 Muito Satisfeito	0	0%	1	12,5%
2 Satisfeito	2	12,5%	2	25%
3 Parcialmente satisfeito	9	56,3%	3	37,5%
4 Insatisfeito	2	12,5%	0	0%
5 Muito Insatisfeito	3	18,8%	2	25%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Em suas particularidades, docentes e discentes, ao voltarem o olhar aos espaços físicos e material educativo complementar à sala de aula – biblioteca, no Quadro 8, mobiliário no Quadro 9, acervo da biblioteca no Quadro 10 e sala de vídeo

no Quadro 11, trazem equilíbrio em suas respostas, demonstrando que tais espaços deixam todos parcialmente satisfeitos. Sabendo que podem ser melhorados, para que o ensino-aprendizagem ocorra cada vez mais de forma omnilateral, ou seja, em sua integralidade.

Quadro 8 – Avaliação sobre os espaços físicos e material educativo complementar à sala de aula (Biblioteca)

Opções	Alunos	Percentual	Professores	Percentual
1 Muito Satisfeito	3	18,8%	1	12,5%
2 Satisfeito	1	6,1%	2	25%
3 Parcialmente satisfeito	5	31,3%	3	37,5%
4 Insatisfeito	4	25%	1	12,5%
5 Muito Insatisfeito	3	18,8%	1	12,5%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Quadro 9 – Avaliação sobre os espaços físicos e material educativo complementar à sala de aula (Mobiliário)

Opções	Alunos	Percentual	Professores	Percentual
1 Muito Satisfeito	0	0%	1	12,5%
2 Satisfeito	2	12,5%	3	37,5%
3 Parcialmente satisfeito	6	37,5%	3	37,5%
4 Insatisfeito	6	37,5%	1	12,5%
5 Muito Insatisfeito	2	12,5%	0	0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021)

Quadro 10 – Avaliação sobre os espaços físicos e material educativo complementar à sala de aula (Acervo da biblioteca)

Opções	Alunos	Percentual	Professores	Percentual
1 Muito Satisfeito	0	0%	1	12,5%
2 Satisfeito	2	12,5%	3	37,5%
3 Parcialmente satisfeito	8	50%	3	37,5%
4 Insatisfeito	3	18,8%	1	12,5%
5 Muito Insatisfeito	3	18,8%	0	0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021)

Quadro 11 – Avaliação sobre os espaços físicos e material educativo complementar à sala de aula (Sala de vídeo)

Opções	Alunos	Percentual	Professores	Percentual
1 Muito Satisfeito	1	6,1%	2	25%
2 Satisfeito	2	12,5%	2	25%
3 Parcialmente satisfeito	5	31,3%	2	25%
4 Insatisfeito	5	31,3%	2	25%
5 Muito Insatisfeito	3	18,8%	0	0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021)

Em todo esse contexto, observa-se que há várias décadas a escola vem transformando as desigualdades sociais e culturais em desigualdades nos resultados escolares, devido à sua ‘indiferença pelas diferenças’. Atualmente, novas ferramentas estão sendo utilizadas para demonstrar que o fracasso escolar não é uma fatalidade, aí estão: a pedagogia de suporte, a pedagogia diferenciada, a individualização dos percursos de formação, o ensino por ciclos, os estudos dirigidos e módulos no ensino médio, entre outras. Considerar as diferenças é oportunizar aos alunos o acesso e a apropriação de uma cultura básica comum, por meio de situações eficientes de aprendizagem, sem que o aluno tenha que renunciar à diversificação (PERRENOUD, 2000).

Na parte II do questionário aplicado aos discentes, foram feitas duas questões, respectivamente: ‘O que motivou a optar pelo Ensino Médio Noturno e não optou pelo ensino convencional?’ e ‘Pensa em fazer algum curso profissionalizante ou superior ou pensa em ir direto para o mercado de trabalho?’

Os discentes foram coesos em dizer que, em virtude de já se encontrarem no mundo do trabalho, o ensino noturno é a opção que melhor se encaixa, devido à disponibilidade de horário. Afirmando também que necessitam da conclusão do Ensino Médio para uma melhor qualificação e crescimento. Dessa maneira, conseguem conciliar o estudo e o trabalho.

Tais respostas apontam para o fato de que a maioria dos discentes demonstrou estar realmente pensando em persistir nos estudos, buscando um curso superior, nas áreas exatas, humanas e cursos técnicos. O percentual dos que não demonstraram interesse em seguir na carreira acadêmica é irrisório, sendo apresentado apenas por um único discente, o que mostra um bom resultado dentro da amostra estudada. Apesar de muitos considerarem que o estudo fornecido está aquém do necessário, há uma perspectiva de futuro que envolve a continuidade do estudo formal, corroborando com o fato de o estado de Goiás ter ficado em primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Ainda na parte II, percepções gerais dos docentes, foi questionado se eles pensam que o currículo está adequado às necessidades do estudante do NEMN no que tange a torná-lo preparado, em relação aos que optam pelo ensino convencional. Os docentes responderam que o currículo busca, em partes, atender

às necessidades do estudante do Ensino Médio Noturno, mesmo em meio a algumas contradições no que se refere à carga horária, a aspectos metodológicos e ao currículo, de acordo com o grau de capacidade de cada um.

4.2 A percepção dos participantes sobre a integração do Novo Ensino Médio Noturno e a formação omnilateral

Ressalta-se, aqui, que, para Ramos (2017), existem três sentidos para se ter um Ensino Médio Integrado: a formação omnilateral, a indissociabilidade entre a educação básica e a educação profissional e a integração entre os conhecimentos gerais e específicos como uma totalidade. Porém, vários são os desafios existentes para se ter uma consolidação da estrutura educacional capaz de emancipar os sentidos do trabalhador por meio da formação omnilateral, proporcionada por um Ensino Médio Integrado que possa romper com o imediatismo do mercado de trabalho.

Observa-se que há, no NEMN, uma educação profissional e tecnológica que se relaciona na perspectiva dos docentes e discentes com a formação omnilateral, porém, de forma parcial, porque os entraves políticos e burocráticos são obstáculos para essa total integração.

Tanto para os docentes quanto para os discentes, a formação omnilateral deve abranger a educação em todos os sentidos, de modo a formar um indivíduo dentro da totalidade histórica, superando a fragmentação do conhecido, a divisão do trabalho manual e intelectual, ao reunificar as estruturas científicas com as da produção. Portanto, o indivíduo deve ter a oportunidade de acessar o conhecimento de maneira integral, desenvolvendo sua inteligência ao mesmo tempo em que se desenvolve culturalmente.

A universalização do Ensino Médio com qualidade deve estabelecer metas no que concerne à infraestrutura física e pedagógica das instituições, articuladas com a profissionalização da atividade docente, visto que a formação indevida e a infraestrutura imprópria contribuem para que as atividades não favoreçam ao bom andamento da educação e, conseqüentemente, dos discentes.

Por meio da pesquisa não participante, nos diálogos realizados na roda de conversa, a pesquisadora pôde abstrair as principais dificuldades apresentadas

pelos docentes referentes à implementação do Novo Ensino Médio Noturno com formação omnilateral:

- Falta de trabalho diferenciado para o público atendido no NEMN, buscando a erradicação da evasão, aumentando o interesse nos estudos, além da garantia da permanência com a efetiva aprendizagem dos alunos até a conclusão do Ensino Médio;
- Captação de demanda e organização dos tempos de trabalho dos gestores escolares para o atendimento a todos os turnos;
- Falta de entendimento da proposta do NEMN com relação às especificidades da demanda e articulação das ações do noturno como parte integrante da escola;
- Falta de acompanhamento e valorização de alunos e professores no Ensino Médio Noturno;
- Falta de capacitação específica para atender as demandas do público do Ensino Médio Noturno, buscando promover a diversidade, a inclusão e o mundo do trabalho;
- Falta de vinculação entre o Ensino Médio Noturno e cursos técnicos profissionalizantes e qualificação profissional.

Além das dificuldades acima apontadas, é importante que os discentes sejam constantemente levados a uma participação ativa, sendo consultados e ouvidos em suas escolhas, encontrando um ambiente lúdico e flexível, aumentando o engajamento no processo educacional.

4.3 Produto educacional

Em seu regulamento, o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) exige a apresentação e aplicação de um produto educacional. Na visão de Moreira (2004, p. 134), um trabalho de conclusão de curso deve ser o resultado de uma pesquisa “[...] aplicada, descrevendo o desenvolvimento de processos ou produtos de natureza educacional, visando à melhoria do ensino na área específica”. Por sua vez, Kaplún (2003, p. 46) esclarece que material educativo (ou produto educacional) refere-se a algo que “[...] em determinado contexto, facilita ou apoia o desenvolvimento de uma experiência de

aprendizado [...]”, podendo ser um “[...] objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro)”.

A partir da pesquisa bibliográfica e levando em consideração o fato de que a EPT tem como finalidade a formação integral (omnilateral) dos sujeitos, o produto educacional deve servir para levar aos estudantes e profissionais da educação conceitos e teorias que possam contribuir para o ensino e o desenvolvimento crítico frente ao mundo do trabalho. Além disso, os questionários respondidos por alunos e professores também serviram de base para a construção do produto educacional, um *e-book* com o tema ‘formação omnilateral’. Ele serviu de base para a roda de conversa e foi aplicado aos alunos, sendo avaliado por meio de questionário.

Uma das bases do produto educacional se assenta nas teorias de Vygotsky, Luria e Leontiev (2017), que buscam afirmar que o conhecimento se dá nas interações com o outro e com o meio, pelos signos que materializam o conhecimento. A palavra é um signo essencial nesse processo, pois vem carregada de significados, história e cultura, além de auxiliar na formação da consciência e outros atos do pensamento. A discussão do conceito de formação omnilateral tem que partir dos alunos e professores, com as palavras que eles conhecem, de modo a trazer a realidade deles para o entendimento desse conceito.

Outra das bases teóricas é fornecida por Paulo Freire (1983) e o conceito de educação dialógica. O diálogo entre alunos e professores é uma forma de aprendizado extremamente enriquecedora, pois parte da realidade e nela se conversa para se refletir o estar no mundo. Ela se contrapõe a uma educação do tipo bancária, em que o professor apenas deposita informação nos alunos, sem crítica nem discussão. Para Freire (1983, p. 43, grifo do autor):

Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens que são falsos “seres para si”.

Tendo em vista os aspectos observados, deve-se considerar que o produto educacional necessita ser desafiador e atrativo, ponderando as especificidades e os desafios da realidade do aluno. Portanto, o produto educacional teve a finalidade de

formação de alunos críticos, participativos e reflexivos para desempenharem o papel de sujeitos ativos na sociedade, com compromisso e responsabilidade.

O *e-book* teve o propósito de despertar o diálogo entre os temas da educação, do mundo do trabalho e da formação omnilateral, além de apresentar o conceito aos alunos, permitir que eles relacionassem a formação omnilateral ao que eles estudaram, de modo que pudessem apontar aproximações e/ou distanciamentos entre a teoria e a prática.

O *e-book* 'O mundo do trabalho na perspectiva da formação omnilateral' discorreu sobre o mundo do trabalho, educação e Ensino Médio sob a ótica do conceito da formação omnilateral. Em sua construção, a preocupação estava em estabelecer uma conversa com os alunos e professores, e também a associação da teoria e prática, de modo que os novos saberes pudessem representar uma ressignificação do conhecimento escolar e profissional.

Quanto à organização, o *e-book* teve três tópicos:

- **Educação e trabalho:** item que discorreu sobre a importância da educação para o mundo do trabalho;
- **Ensino Médio e o mundo do trabalho:** nesta seção, o tema foi a expectativa dos alunos do Ensino Médio entre suas condições familiares, econômicas, sociais e educacionais frente ao mundo do trabalho;
- **A formação omnilateral:** se a EPT tem como um de seus objetivos a formação omnilateral, aqui se apresentou seu conceito e uma relação com o Ensino Médio.

O produto educacional foi aplicado em uma roda de conversa com professores e alunos do 3º ano do Ensino Médio Noturno de uma escola estadual do município de Piracanjuba-GO, que ministraram/cursaram a disciplina 'Introdução ao Mundo do Trabalho'. Para Silva e Bernardes (2007, p. 54):

A roda de conversa é um meio profícuo de coletar informações, esclarecer ideias e posições, discutir temas emergentes e/ou polêmicos. Caracteriza-se como uma oportunidade de aprendizagem e de exploração de argumentos, sem a exigência de elaborações conclusivas. A conversa desenvolve-se num clima de informalidade, criando possibilidades de elaborações provocadas por falas e indagações.

Conforme Moura e Lima (2014, p. 99), em termos de produção de dados, quando o pesquisador realiza a conversa e participa, ele se torna também sujeito da

pesquisa, sendo assim, essa atitude possibilita “[...] a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares [...]”, facilitada por espaço de diálogos internos e pelo silêncio observador e reflexivo.

Devido à pandemia do coronavírus, a roda de conversa aconteceu via internet, por intermédio da plataforma do *Google Meet*, com os docentes e discentes convidados. Ao questionar os docentes, durante o trabalho com o produto educacional – *e-book*, se conheciam e procuravam compreender os aspectos físicos, acadêmicos, emocionais e tecnológicos, no que se refere à educação omnilateral, eles responderam, em sua maioria, que o conceito era novo e, ao tomarem conhecimento, acreditavam ser de grande valia, necessitando de um embasamento melhor para que sua prática pudesse ser posta em prática. Sendo esse conceito um desejo almejado por eles, pois a vivência de uma educação plena é uma utopia buscada, como afirma Galeano (1994, p. 310):

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Portanto, mesmo sendo uma ‘utopia’, a busca pela formação omnilateral dos sujeitos não pode deixar de ter centralidade no processo educativo. O caminho para a criticidade e para a verdadeira consciência da realidade em que se vive segue esse mesmo caminho da educação plena, em todos os sentidos, e é justamente nesse aspecto que o produto educacional foi pensado e elaborado.

O *e-book* ‘O mundo do trabalho na perspectiva da formação omnilateral’ foi o eixo que norteou a discussão. A partir dele, docentes e discentes relacionaram se o conceito de formação omnilateral foi percebido durante a trajetória na disciplina “Introdução ao Mundo do Trabalho”.

Para avaliação, docentes e discentes receberam, após a roda de conversa, um questionário semiestruturado para aferirem se houve compreensão sobre o conceito proposto, se houve percepção do conceito na disciplina e como ele contribui para a inserção/continuidade no mundo do trabalho.

Nesse sentido, a avaliação buscou de docentes e discentes a compreensão de como o conceito de formação omnilateral foi percebido e como ele poderia ser

aplicado. A partir das respostas do questionário, a pesquisadora recebeu resultados da realização ou não da integração do Novo Ensino Médio Noturno com a Educação Profissional Tecnológica.

4.3.1 Análise do produto educacional

Segundo Kaplún (2003), bons materiais propriamente educativos procuram afastar-se daqueles que não foram realizados com finalidade educativa expressa. Ainda, o autor complementa que o material é o portador ou veículo de uma mensagem. Na etapa inicial da construção do produto educacional, Kaplún (2003) ressalta três eixos norteadores desse processo, são eles: eixo conceitual, que se refere aos conteúdos, sua seleção e organização; o eixo pedagógico, que se refere a uma análise dos receptores da mensagem, propondo identificar suas ideias construtoras e os possíveis conflitos conceituais e, por último, o eixo comunicacional, que, por intermédio de algum tipo de figura retórica ou poética, propõe um modo concreto com os destinatários.

Zabala (1998), que também contribuiu ao ampliar a noção do conteúdo de aprendizagem, escreve uma tipologia que inclui conteúdos conceituais que implicam ao conjunto de fatos, objetos e símbolos, sendo mais abstratos: os procedimentais são as regras, as técnicas, os métodos, as destrezas, ou seja, o conjunto de ações ordenadas; e os atitudinais referindo-se às normas, aos valores e às atitudes de uma instituição em particular. Dessa maneira, o eixo comunicacional presente no produto educacional é o material pedagógico impresso para cada aluno que aborda diversas situações-problemas do cotidiano, relacionados ao mundo do trabalho. Assim, a formação omnilateral é uma formação que busca levar às pessoas uma formação intelectual, física e tecnológica, no sentido de uma formação integral do ser humano, de modo que as relações sociais possam ir além da técnica e se tornar mais humanizadas.

Tendo em vista os aspectos observados, deve-se considerar que o produto educacional necessita ser desafiador e atrativo, ponderando as especificidades e os desafios da realidade do aluno. Portanto, o produto educacional teve a finalidade de formação de alunos críticos, participativos e reflexivos para desempenharem um papel de sujeitos ativos na sociedade, com compromisso e reponsabilidade.

O produto educacional foi apresentado aos docentes e discentes, logo após, foi enviado o *link* com o questionário contendo quatro perguntas⁶ aos discentes e quatro similares aos docentes, para avaliação, sendo compiladas nas análises que seguem.

Na questão referente a informações que completam a formação no NEMN, os discentes foram claros em afirmar que gostaram de saber como um *curriculum vitae* deve ser produzido de forma a investirem em sua carreira profissional e pensar na contribuição que este forneceu, uma vez que os discentes não tiveram aulas presenciais no ano de 2020 e primeiro semestre de 2021, devido à situação de pandemia que o mundo foi acometido.

Em questionamento similar aos docentes, eles foram unânimes em afirmar que o *e-book* trouxe uma clareza de informações e se permitiu ser uma “ferramenta facilitadora do processo de inclusão socioeconômica do mundo do trabalho.” – coloca uma das docentes, corroborando aos demais. Afirmam também que, neste momento em que as aulas *on-line* estão acontecendo, o *e-book* possibilitou complementar e contribuir com a grade curricular.

Em conclusão, as percepções dos discentes apresentam-se no sentido de buscar o conteúdo que vão necessitar a partir do término do Ensino Médio e as dos docentes confirmam que tais informações auxiliam o processo de inclusão.

No âmbito da segunda questão, sobre a importância do material para os próximos passos em relação ao futuro, os discentes colocam que as informações sobre as profissões que atualmente abrem as portas do mercado de trabalho poderiam ter sido mais detalhadas, deixando a saber que o importante seria a forma que devem estar preparados para essa inserção, como afirmam Souza e Assis (2007, p. 12):

[...] a formação do estudante para o mercado de trabalho ainda é um dos principais objetivos do ensino médio brasileiro, malgrado a “relutância” de velhos problemas (como a formação dos professores; a identidade dos jovens, o mercado de trabalho, a violência e as drogas; a falta de livro didático; a política curricular; a gestão democrática da escola, etc.) que ficaram subjacentes no programa de expansão do novo ensino médio.

⁶ A) O *e-book* trouxe informação e/ou ajuda que completa a sua formação no Ensino Médio Noturno? Qual(is)? B) Algo no *e-book* foi importante para os próximos passos que você dará sobre seu futuro? C) Descreva o que gostou e o que não gostou no *e-book*? D) Quais aspectos presentes no *e-book* são relevantes para os próximos passos a serem tomados em relação ao futuro?.

Em questão similar aos docentes, eles ressaltaram a importância do passo a passo do *curriculum vitae*, a fim de facilitar a compreensão e contextualização dessa busca de inserção no mercado de trabalho, das dificuldades enfrentadas pelos jovens alunos nessa busca de qualificação para a realização profissional e também pessoal.

Referente à terceira questão, que solicitava opiniões pessoais sobre o *e-book* e sobre a forma como ele foi apresentado e trabalhado, tanto docentes quanto discentes afirmaram ter gostado de saber sobre as possibilidades oferecidas no mercado de trabalho, sobre as opções de quem decide dar continuidade aos seus estudos no âmbito acadêmico, de que as realizações pessoais e profissionais têm um leque de possibilidades.

Alguns docentes ressaltaram que a explanação do *e-book* em forma de roda de conversa trouxe uma perspectiva de fácil entendimento, ficou clara a diferença entre emprego e trabalho e a possibilidade de cursos de nível técnico e de cursos de nível superior.

Finalizando com as respostas à quarta questão, que permite a ambos, docentes e discentes, apresentarem suas sugestões, os discentes colocaram que a explicação com mais clareza de alguns termos os auxiliaria, visto que tais termos não fazem parte do cotidiano de cada um, a importância de poder, em outro momento, ter acesso a rodas de conversa com profissionais de diferentes áreas, o que contribuiria para o aumento de informações positivas à continuidade da formação profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da presente dissertação foi realizada a partir das impressões dos sujeitos, docentes e discentes, do Novo Ensino Médio Noturno, considerando a possibilidade de articulação com a educação omnilateral. Nesse sentido, ao analisarmos o referencial teórico relacionado à EPT, tentamos buscar equilíbrio, haja vista que, por um lado, há pessoas que criticam o modelo atual de ensino que não avança em reflexividade. Como servidora da rede estadual de ensino de Piracanjuba-GO, apresento posicionamento discordante das políticas de governo que não possuem continuidade em seus projetos e programas, que terminam a cada quatro anos, com a troca do governante.

Somando a essa problemática a alteração da metodologia na matriz curricular que, em 2019 e 2020, era semestral e, neste ano de 2021, passou a ser anual e acrescentou ao componente curricular a disciplina de 'Projeto de Vida' e 'Introdução ao Mundo do Trabalho I e II', visando apresentar e preparar os discentes para o mundo do trabalho, seja ele formal ou informal, para que, como anteriormente discutido, possam seguir na busca de uma continuidade educacional.

A análise dos resultados e discussões dos questionários mostrou ser de interesse, em sua maioria, dos alunos. É um problema de fato na realidade brasileira, as ações positivas e com resultados sofrem o efeito de perda de continuidade, principalmente em detrimento aos jovens que precisam de ensinamentos e de práticas, o desenvolvimento dessas disciplinas visa à busca do rompimento da mencionada descontinuidade.

Tendo como base as mudanças pretendidas pela Lei n.º 13.415/2017 (BRASIL, 2017), que apresenta o pressuposto de que, para a Pedagogia Histórico-Crítica, a educação escolar tem como função promover a socialização de conhecimentos complexos, elaborados, que se tornaram clássicos, ou seja, representativos das máximas conquistas científicas e culturais da humanidade. Conhecimentos que proporcionam e demandam desenvolvimento do pensamento, da linguagem, das capacidades humanas complexas, dos processos funcionais complexos, que somente podem ser apropriados e desenvolvidos pelos alunos quando ensinados pelo professor, quem deve dominar esses conhecimentos, seus signos, sua linguagem e os modos, a pedagogia, para ensiná-los (SAVIANI, 2007).

Apresentando uma proposta que vem introduzir o conceito de omnilateralidade, a problemática levantada consiste em analisar se há uma educação omnilateral no Novo Ensino Médio Noturno e desvelar como a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva dos estudantes, se relaciona com a referida formação.

Diante do exposto nos resultados apresentados neste trabalho, a partir da análise dos questionários aplicados para docentes e discentes, ficou evidenciado que a omnilateralidade no NEMN é apenas parcial, pois é dificultada em razão de obstáculos burocráticos e políticos. É mister que, acima de tudo, haja vontade política para que a presente realidade seja transformada.

Nesse sentido, o objetivo de analisar de que maneira professores e alunos do NEMN percebem a EPT, mais especificamente relacionada à formação omnilateral, foi parcialmente alcançado, uma vez que docentes e discentes discordaram no que se refere ao currículo, que os prepara para o mercado de trabalho e a continuidade dos estudos, lembrando que, mesmo assim, não pretendem abandonar esse seguimento, buscando continuidade acadêmica.

No que se refere à criação e aplicação do produto educacional sobre formação omnilateral, docentes e discentes não tinham conhecimento do conceito, sendo que os professores, ao entenderem, concluíram que é um conceito que procuram pôr em prática diária, todavia, alguns não tinham domínio do vocabulário.

Durante a pesquisa, a principal limitação foi a pandemia da Covid-19. Devido ao protocolo de segurança de isolamento e distanciamento, as aulas passaram a ser remotas e as dificuldades com o acesso à internet e outras que os discentes e suas famílias passaram a enfrentar, como a perda do poder aquisitivo, levando-os a mais empregos informais no mesmo horário das aulas, acabaram ocasionando trancamentos de matrícula e evasão.

Isso ocasionou demora na devolutiva das respostas dos questionários da pesquisa. Dessa forma, para contornar tal situação, realizou-se uma busca ativa desses discentes, a fim de se obter as respostas por meio de ligações telefônicas e por mensagens de *WhatsApp*, realizadas pelos professores e pela equipe gestora da instituição educacional onde esta pesquisa foi feita.

Concluiu-se que o Novo Ensino Médio Noturno, no que tange à Educação a Profissional e Tecnológica, parcialmente consegue se relacionar com a formação

omnilateral, no que diz respeito ao material humano, havendo ainda uma considerável discrepância entre o proposto e a prática. Ao se observar e propor ações que garantam minimamente a permanência e a aprendizagem, com vista na proposta da educação omnilateral, que visa formar um cidadão contemplando seu todo, físico, sócio-emocional e tecnológico. Uma aprendizagem dinâmica valoriza os saberes novos ponderando os existentes e até mesmo abrindo mão dos conceitos que se tornaram arcaicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fabiana Aparecida de. A criação do curso normal até a promulgação da Lei 5.692/71 com foco em Morrinhos. *In: II SEMANA DA LICENCIATURA EM HISTÓRIA DO IFG - GOIÂNIA*, 2., 01 a 04 out. 2012, Goiânia. **Anais Eletrônicos** [...]. Goiânia: IFG, 2012. p. 1-17. Disponível em: http://w2.ifg.edu.br/goiania/2semanahistoria/images/pdfanaishist/fabiana_aparecida_de_andrade-a_criacao_do_curso_normal_ate_a_promulgacao.pdf. Acesso em: 29 nov. 2021.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n.º 29/2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002. 44 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, p. 1-20, 6 dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 14 jan. 2020.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 28 jan. 2020.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **Educação, tecnocracia e democratização**. São Paulo: Ática, 1990.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FÉLIX, Maria de Fátima Costa. **Administração escolar**: um problema educativo ou empresarial? 3. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Cezar Ricardo de; GALTER, Maria Inalva. Reflexões sobre a educação integral no decorrer do século XX. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 2, n. 3, p. 123-138, jan./jun. 2007. DOI: 10.17648/educare.v2i3.660. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/660>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-SCM/documentos/educacao/04_frigotto.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. 4. ed. Tradução: Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 1994.

GARCÍA, José Saturnino Martínez *et al.* Education and inequality in Finland, Spain and Brazil. *In*: LÓPEZ-ROLDÁN, Pedro; FACHELLI, Sandra (ed.). **Towards a Comparative Analysis of Social Inequalities between Europe and Latin America**. Barcelona [Espanha]: Springer, 2021. p. 105-140. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-48442-2>. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-030-48442-2.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Entenda o Programa de Fortalecimento do Ensino Noturno (Profen)**. Goiânia: Seduc, 15 fev. 2018. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/entenda-o-programa-de-fortalecimento-do-ensino-noturno-profen/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte. Superintendência de Ensino Médio. Gerência de Profen/EJA. **Programa de Fortalecimento do Ensino Noturno “Profen”**. Goiânia: Seduce, out./nov. 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/373832838/Projeto-NovoPROFEN-Final-Matrizok>. Acesso em: 29 nov. 2021.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GULLAR, Ferreira. Na vertigem do dia (1975-1980). *In*: GULLAR, Ferreira. **Toda Poesia**. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2015.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto; TANURI, Leonor Maria. A evolução da educação básica no Brasil: política e organização. *In*: MENESES, João Gualberto de Carvalho *et al.* **Educação básica**: políticas, legislação e gestão – leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p. 36- 67.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. Tradução: Waldea Barcellos, Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOMEM, Cléber Fernando. **A reforma da educação e a dimensão da politecnia aplicada no ensino médio**: estudo de caso sobre a prática docente na escola estadual CAAIC Madezatti – São Leopoldo/RS. 2015. 69 f. Dissertação (Mestrado Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/129926/000975160.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 fev. 2021.

JANTSCH, Ari Paulo; AZEVEDO, Luiz Alberto de. Por uma educação profissional de tecnólogos a partir dos conceitos de omnilateralidade e politecnia. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 11, n. 44, p. 18-31, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i44.8639975. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639975>. Acesso em: 22 nov. 2021.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 9, n. 27, p. 46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 02 fev. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional**: as políticas do Estado neoliberal. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007b. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300024>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/sB3XN4nBLFPRrhZ5QNx4fRr/?lang=pt#>. Acesso em: 09 ago. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1989.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MACIEL, Antonio Carlos; JACOMELI, Mara Regina Martins; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. Fundamentos da Educação Integral Politécnica: da teoria à prática. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.38, n. 139, p. 473-488, abr./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017158639>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00473.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MARX, Karl. Instruções aos delegados do Conselho Central Provisório, AIT, 1868. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/ano/mes/ensino.pdf>. Acesso em 02 fev. 2021.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. *In*: FROMM, Erich. **O conceito marxista do homem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MENEZES JUNIOR, Antonio da Silva; BZREZINSKI, Iria. Políticas curriculares na formação médica: aproximações e distanciamentos entre Brasil e Portugal. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 773-796, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00059>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/gtJyx79r9ShCMBLs5ShhG5x/?lang=pt#>. Acesso em: 04 mar. 2021.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOREIRA, Marco Antonio. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 131-142, jul. 2004. DOI: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2004.v1.26>. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Ciencias/Artigos/131_142_o_mestrado_profissional_em_ensino.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria da Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 16 dez. 2020.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Revista Holos**, Natal, v. 2, p. 4-30, 2007. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2007.11>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 01 dez. 2019.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

OLIVEIRA, Mariana. Dermeval Saviani e Ricardo Antunes discutem aspectos do trabalho e da educação. **Comunica**, Uberlândia, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticia/2019/08/dermeval-saviani-e-ricardo-antunes-discutem-aspectos-do-trabalho-e-da-educacao>. Acesso em: 15 jan. 2021.

PACÍFICO FILHO, Valdecir José. **A repartição do chão e as condições administrativas e legais para o surgimento de Piracanjuba (1831/1886)**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3494>. Acesso em: 26 fev. 2021.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: PALMA FILHO, J. C. (org.). **Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP, Santa Clara Editora, 2005. p. 61-74.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PILETTI, Claudino; PILETTI Nelson. **História da educação**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997.

PILETTI, Nelson. **Psicologia educacional**. São Paulo: Ática, 1988.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 27-49, 2017. DOI: <https://doi.org/10.36524/ept.v1i1.356>. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356>. Acesso em: 02 nov. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014. 121 p. (Coleção formação pedagógica). Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wpcontent/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-daeduca%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

SILVA, Jair Militão da. O ensino médio e a educação profissional. In: MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras**. São Paulo: Pioneira, 2001.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; BERNARDES, Nara Maria Guazzelli. Rodas de conversas – Excelência acadêmica é a diversidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 53-92, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/540>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SOUSA, Sandra Zákia Lian; OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de; LOPES, Valéria Virgínia (coord.). **Ensino médio noturno: democratização e diversidade**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 139 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7609-emnot-relatorio-nacional-completo-final-pdf&category_slug=fevereiro-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 fev. 2021.

SOUZA, Euzébio Jorge de. 'No Brasil, o jovem não tem opção de não procurar emprego'. [Entrevista cedida a] Cátia Guimarães. **Fiocruz**, Rio de Janeiro, 02 abr. 2019. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/no-brasil-o-jovem-nao-tem-opcao-de-nao-procurar-emprego>. Acesso em: 08 dez. 2021.

SOUZA, José Arilson Xavier de; ASSIS, Lenilton Francisco de. A inserção transversal do turismo no Ensino Médio de Geografia. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 21, p. 9-17, jun. 2007. Disponível em: <http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br>. Acesso em: 13 jul. 2021.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 15. ed. São Paulo: Ícone, 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2014.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

ALUNOS E PROFESSORES

(Baseado na Resolução nº 466/2012 CNS/CONEP)

Você está sendo convidado, como voluntário, a participar da pesquisa intitulada: **ESTUDO DE CASO SOBRE UMA APROXIMAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NOTURNO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado de forma eletrônica. Se você não quiser participar desta pesquisa, não há nenhum problema. Você tem total liberdade em aceitar ou recusar a participação, e você não sofrerá nenhuma penalidade.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, **SULENY MARIA SILVEIRA**, pelo telefone: **(64) 99223-1535** ou pelo *e-mail* tiasu13@hotmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal Goiano, situado na Rua 88, n.º 310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás, Caixa Postal 50, telefone: (62) 9 9226 3661 e *e-mail* cep@ifgoiano.edu.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (CEP/IF Goiano) é composto por professores de diferentes disciplinas, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). É um comitê independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e visa contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

1. Justificativa, objetivos e procedimentos

A justificativa desta pesquisa se dá pelos interesses da pesquisadora, por ser professora da rede estadual há muitos anos e ter lecionado no Ensino Médio. Agora, há interesse em pesquisar uma relação da Educação Profissional e

Tecnológica com o Novo Ensino Médio Noturno, na perspectiva da formação omnilateral.

A pesquisadora tem o objetivo de analisar como professores e alunos do Novo Ensino Médio Noturno (NEMN) percebem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mais especificamente relacionado à formação omnilateral. A formação omnilateral é uma formação que busca levar às pessoas uma formação intelectual, física e tecnológica, no sentido de uma formação integral do ser humano, de modo que as relações sociais possam ir além da técnica e se tornar mais humanizadas.

As etapas da pesquisa acontecerão da seguinte forma:

Primeira etapa: pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de coletar as pesquisas empíricas mais recentes sobre a temática, na base de artigos científicos disponíveis no portal de periódicos da Capes, e avaliar documentos escolares relacionados com o Novo Ensino Médio Noturno.

Segunda etapa: convite para participação na pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Serão enviados via *WhatsApp* e *e-mail* o convite, o TCLE e questionário. Em função das restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus, o TCLE será assinado de maneira digital, no momento anterior ao início das respostas dos questionários. A assinatura no TCLE, pelos participantes, se dará quando eles marcarem o campo "eu aceito", ao final da página *Web* que contém o Termo. O TCLE será apresentado após clicarem no *link* que dará acesso ao questionário. Destacamos que não será possível o participante responder o questionário sem que, primeiramente, aceite participar da pesquisa, pois o TCLE estará na primeira página que aparecerá quando os participantes acessarem o *link* do *Google Forms*, antes de iniciar o questionário;

Terceira etapa: os alunos e os professores que aceitarem em colaborar com a pesquisa vão responder o questionário, sendo um para os alunos e outro para os professores.

Quarta etapa: a pesquisadora enviará o produto educacional aos professores e aos alunos, com uma data pré-estabelecida para uma roda de conversa, em que o produto educacional será aplicado.

Quinta etapa: após a análise de dados dos questionários respondidos, professores e estudantes que aceitarem em colaborar com a pesquisa participarão

de uma roda de conversa por meio da plataforma do *Google Meet* com o tema formação omnilateral. Nessa roda de conversa, a pesquisadora vai mediar o debate sobre o produto educacional, discutirá com os docentes e discentes acerca do mundo do trabalho e a formação omnilateral.

Sexta etapa: alunos e professores vão avaliar o produto educacional.

Apresentação do Produto Educacional

O *e-book* 'O mundo do trabalho na perspectiva da formação omnilateral' irá discorrer sobre o mundo do trabalho, educação e Ensino Médio sob a ótica do conceito da formação omnilateral. Em sua construção, a preocupação estava em estabelecer uma conversa com os alunos e professores e, também, a associação da teoria e prática, de modo que os novos saberes pudessem representar uma ressignificação do conhecimento escolar e profissional.

1.1 Organização do Produto Educacional

O *e-book* terá três tópicos:

Educação e trabalho: este item discorre sobre a importância da educação para o mundo do trabalho.

Ensino Médio e o mundo do trabalho: nesta seção, o tema é a expectativa dos alunos do Ensino Médio entre suas condições familiares, econômicas, sociais e educacionais frente ao mundo do trabalho

A formação omnilateral: se a Educação Profissional e Tecnológica tem como um de seus objetivos a formação omnilateral, aqui se apresenta seu conceito e uma relação com o Ensino Médio.

1.2 Aplicação do produto educacional

O produto educacional será aplicado em uma roda de conversa com professores e alunos do 3º ano do Ensino Médio Noturno de uma escola estadual do município de Piracanjuba, que ministraram/cursaram a disciplina 'Introdução ao Mundo do Trabalho'.

Devido à pandemia do novo coronavírus, a roda de conversa acontecerá via internet, por meio do programa *Google Meet*, com os alunos e professores convidados. O produto será enviado em data anterior à realização da roda de conversa, e servirá de base para a discussão.

1.3 Avaliação do Produto Educacional

O *e-book* 'O mundo do trabalho na perspectiva da formação omnilateral' é o eixo que norteará a discussão sobre a formação omnilateral. A partir dele, alunos e professores relacionarão se o conceito de formação omnilateral foi percebido durante o curso da disciplina 'Introdução ao Mundo do Trabalho'.

Para avaliação, alunos e professores receberão um questionário semiestruturado após a roda de conversa, para aferirem se houve compreensão sobre o conceito proposto, se houve percepção do conceito na disciplina e como esse conceito poderia servir para a inserção/continuidade no mundo do trabalho.

2 Desconfortos, riscos e benefícios

Neste estudo, serão garantidos aos sujeitos envolvidos a participação voluntária, a total privacidade e o sigilo das informações. Por esse motivo, o projeto será previamente enviado ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal Goiano para aprovação de seu uso científico, os dados só serão coletados mediante prévia aprovação.

Esta pesquisa não apresenta nenhum risco químico ou biológico aos seus participantes. Entretanto, a aplicação de questionários pode vir a apresentar pequeno risco ao participante, relacionados com situações de desconforto, vergonha, ansiedade e receio de ser identificado, danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual ao ser humano, em qualquer etapa da pesquisa. Se algum dos participantes se sentir constrangido em participar desta pesquisa, ele pode se recusar a participar e desistir a qualquer momento.

Para diminuir quaisquer tipos de incômodo, desconforto e constrangimento, a pesquisadora se compromete a arcar com todas as despesas de avaliação psicológica ou médica, além de se comprometer a adotar todas as medidas para

evitar os possíveis danos e desconfortos. A pesquisadora também tomará todas as precauções para evitar o contágio da Covid-19. Sendo assim, todas as etapas serão realizadas via aplicativo *WhatsApp*, *e-mail*, *Meet* e formulários *Google Forms*. Se porventura ocorrer a necessidade do encontro presencial, será respeitado o limite de pessoas, distanciamento, uso de máscaras de maneira adequada, álcool em gel 70% e luvas descartáveis. E os materiais que possivelmente serão utilizados, tais como canetas e papéis, serão devidamente higienizados.

Tendo como base o Art. 19. da Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016, a pesquisadora estará atenta aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, buscando evitar qualquer tipo de constrangimento e desconforto, adotando medidas de precaução e proteção, a fim de evitar danos ou atenuar seus efeitos.

Caso aconteça de perceber ou ser informada sobre qualquer possibilidade de danos aos participantes, por causa da participação na pesquisa, para minimizar os danos serão tomadas medidas como: discussão com os participantes sobre como mudar alguns procedimentos metodológicos para que ele fique mais confortável, se for o caso, encaminhá-lo para ajuda de um profissional, sendo que a pesquisadora irá custear todos os gastos necessários. Caso o dano não seja resolvido, haverá o encerramento da pesquisa e a pesquisadora informará ao sistema CEP/CONEP.

O *WhatsApp* será utilizado exclusivamente para os assuntos da pesquisa. Durante o período em que o grupo não estiver tratando sobre a pesquisa, os administradores do grupo bloquearão os envios de postagens paralelas, sendo assim, ninguém receberá mensagens indevidas, constrangedoras e em horários impróprios. O participante não é obrigado a permanecer no grupo de *WhatsApp* e poderá sair a qualquer momento sem aviso prévio, sem ser questionado ou pressionado.

Durante a roda de conversa com os participantes, todos serão orientados aos cuidados para participar de uma reunião virtual, tais como: escolher um lugar adequado, que goste e sinta à vontade, ficar com a câmera e o áudio desligados para que não passe por situações constrangedoras. O participante, em hipótese alguma, será obrigado ou pressionado a falar, ligar a câmera ou áudio, de modo que não sinta nenhum constrangimento em participar. Caso algum desses casos citados

ocorra, o evento será interrompido imediatamente e as providências cabíveis serão tomadas.

Será assegurada a garantia de assistência total em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Em relação aos benefícios para os participantes, essa cooperação irá trazer contribuições diretas para a pesquisa, com reflexões sobre formação técnica-científica e a formação tecnológica, considerando a interação entre teoria e prática, o mundo do trabalho nos dias de hoje, o aumento das exigências de qualidade na produção e nos serviços, a relevância da justiça social, questões éticas e necessidades sociais. As discussões e resultados, posteriormente, poderão contribuir para torná-lo um cidadão ativo, consciente e crítico, para que possa compreender e atuar de forma plena no trabalho, na educação, na vida civil e na comunidade.

3. Forma de acompanhamento e assistência

Será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Tudo de acordo com o Art. 17, inciso V da Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você poderá tirar dúvidas sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, pessoalmente ou por telefone ou *e-mail*. Você é livre para recusar-se a participar, seja por qual motivo for retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo nem receberá nenhum pagamento ou vantagem.

Caso você sofra algum dano moral e material decorrente desta pesquisa, ou tenha que arcar com algum gasto imprevisto, a pesquisadora responsável garante indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Tendo como base o Art. 3º, inciso X da Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016, a pesquisadora se compromete a providenciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso, sempre e enquanto for necessário.

Após receber esses esclarecimentos/informações, caso aceite participar da pesquisa **ESTUDO DE CASO SOBRE UMA APROXIMAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NOTURNO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, você deverá assinalar que leu e está de acordo com este Termo, antes de iniciar o questionário. Em caso de recusa, deverá encerrar sua participação e não acessar o questionário.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar da pesquisa intitulada de ESTUDO DE CASO SOBRE UMA APROXIMAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NOTURNO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Cidade – Estado, ___ de _____ de 2021.

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES

PARTE I – NÍVEL DE SATISFAÇÃO

Marque com um X o nível de sua satisfação diante dos quesitos abaixo. A satisfação pode variar de 1 a 5 conforme quadro abaixo:

Muito Satisfeito	Satisfeito	Parcialmente satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
1	2	3	4	5

01. AVALIE O NOVO ENSINO MÉDIO NOTURNO OFERECIDO EM SUA ESCOLA

	1	2	3	4	5
A) Preparação para uma profissão					
B) Preparação para a universidade ou faculdade					
C) Integração da teoria com a prática nas disciplinas de formação geral (Português, Matemática, Ciência, História...)					

02. AS DISCIPLINAS CURRICULARES

	1	2	3	4	5
A) Direcionamento dos conteúdos para o mundo do Trabalho					
B) Direcionamento dos conteúdos para o vestibular, Enem					
C) Material didático utilizado (computador, DVD, livro didático, textos complementares)					
D) Infraestrutura física (laboratório, biblioteca, sala de vídeos, oficinas, sala de aula)					

03. AVALIE OS ESPAÇOS FÍSICOS E MATERIAIS EDUCATIVOS COMPLEMENTARES À SALA DE AULA

	1	2	3	4	5
A) Estrutura física da biblioteca (tamanho, iluminação, refrigeração, mobília)					
B) Mobiliário (Cadeiras, mesas, bancadas, armários)					
C) Acervo de livros da biblioteca (qualidade, quantidade para empréstimo, atuais)					
D) Sala de vídeo (tamanho, iluminação, refrigeração)					

PARTE II – PERCEPÇÕES GERAIS (MUDANÇAS PESSOAIS, PROFISSIONAIS E SUGESTÕES)

01. O QUE O MOTIVOU A OPTAR PELO ENSINO MÉDIO NOTURNO (EMN) E NÃO PELO ENSINO MÉDIO CONVENCIONAL (EM)?

02. PENSA EM FAZER ALGUM CURSO PROFISSIONALIZANTE OU SUPERIOR OU PENSA EM IR DIRETO PARA O MERCADO DE TRABALHO?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES

PARTE I – NÍVEL DE SATISFAÇÃO

Marque com um X o nível de sua satisfação diante dos quesitos abaixo. A satisfação pode variar de 1 a 5 conforme quadro abaixo:

Muito Satisfeito	Satisfeito	Parcialmente satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
1	2	3	4	5

01. AVALIE O NOVO ENSINO MÉDIO NOTURNO OFERECIDO EM SUA ESCOLA

	1	2	3	4	5
A) Preparação para uma profissão					
B) Preparação para a universidade ou faculdade.					
C) Integração da teoria com a prática nas disciplinas de formação geral (Português, Matemática, Ciências, História...)					

02. AS DISCIPLINAS CURRICULARES

	1	2	3	4	5
C) Direcionamento dos conteúdos para o mundo do Trabalho					
D) Direcionamento dos conteúdos para o vestibular, Enem					
C) Material didático utilizado (computador, DVD, livro didático, textos complementares)					
D) Infraestrutura física (laboratório, biblioteca, sala de vídeos, oficinas, sala de aula)					

03. AVALIE OS ESPAÇOS FÍSICOS E MATERIAIS EDUCATIVOS COMPLEMENTARES À SALA DE AULA

	1	2	3	4	5
A) Estrutura física da biblioteca (tamanho, iluminação, refrigeração, mobília)					
B) Mobiliário (Cadeiras, mesas, bancadas, armários)					
C) Acervo de livros técnicos (qualidade, quantidade para empréstimo, atuais)					
D) Acervo de livros paradidáticos (qualidade, quantidade para empréstimo, atual)					
E) Acervo de livros didáticos (qualidade, quantidade para empréstimo, atual)					
F) Sala de vídeo (tamanho, iluminação, refrigeração)					

PARTE II – PERCEPÇÕES GERAIS EM CONSONÂNCIA COM AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES

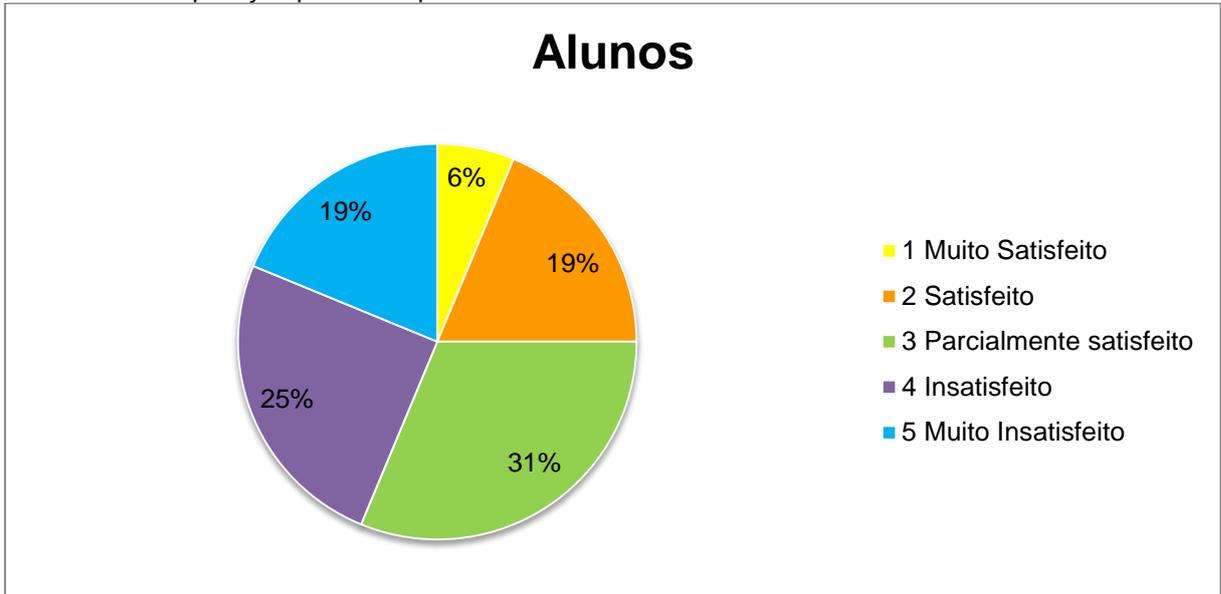
01. O CURRÍCULO ESTÁ ADEQUADO ÀS NECESSIDADES DO ESTUDANTE DO ENSINO MÉDIO NOTURNO (EMN), NO QUE TANGE A TORNÁ-LO COMPETITIVO COM OS ESTUDANTES QUE OPTAM PELO ENSINO CONVENCIONAL (EM)?

02. VOCÊ ACREDITA QUE AS FERRAMENTAS E CONTEÚDOS FORNECIDOS NO CURSO SÃO SUFICIENTES PARA QUE OS ESTUDANTES POSSAM ESCOLHER OS CURSOS PROFISSIONALIZANTES OU CURSOS SUPERIORES QUE GOSTARIAM DE SEGUIR, OU MESMO SEREM ABSORVIDOS NO MERCADO DE TRABALHO?

APÊNDICE D – GRÁFICOS DAS RESPOSTAS (DOCENTES E DISCENTES)

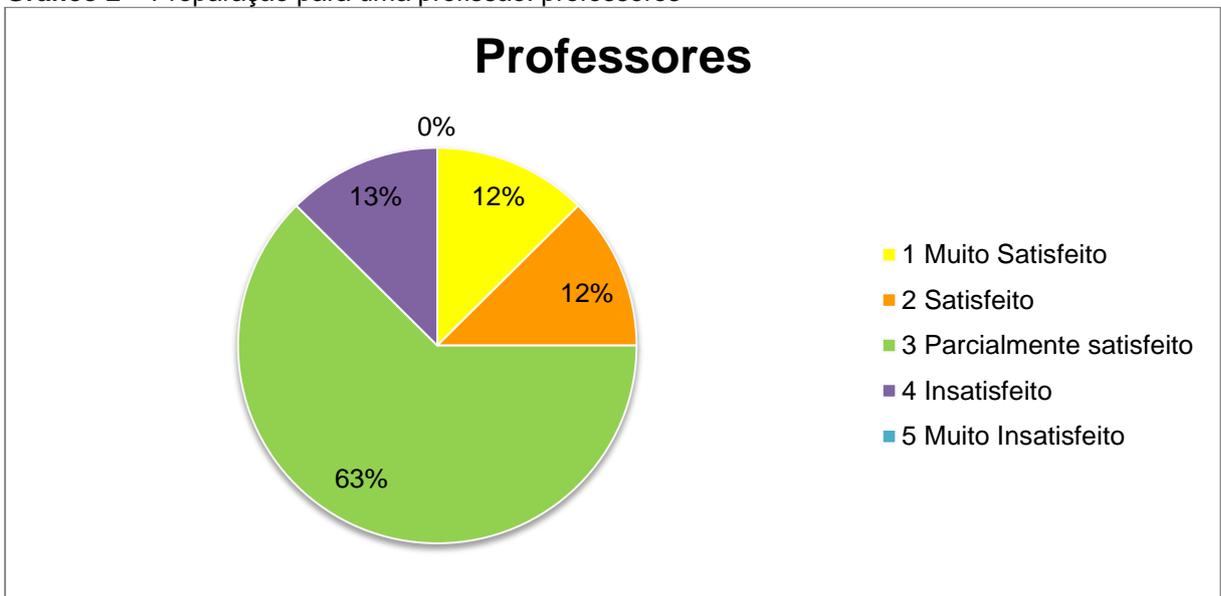
1. AVALIE O NOVO ENSINO MÉDIO OFERECIDO EM SUA ESCOLA

Gráfico 1 – Preparação para uma profissão: alunos



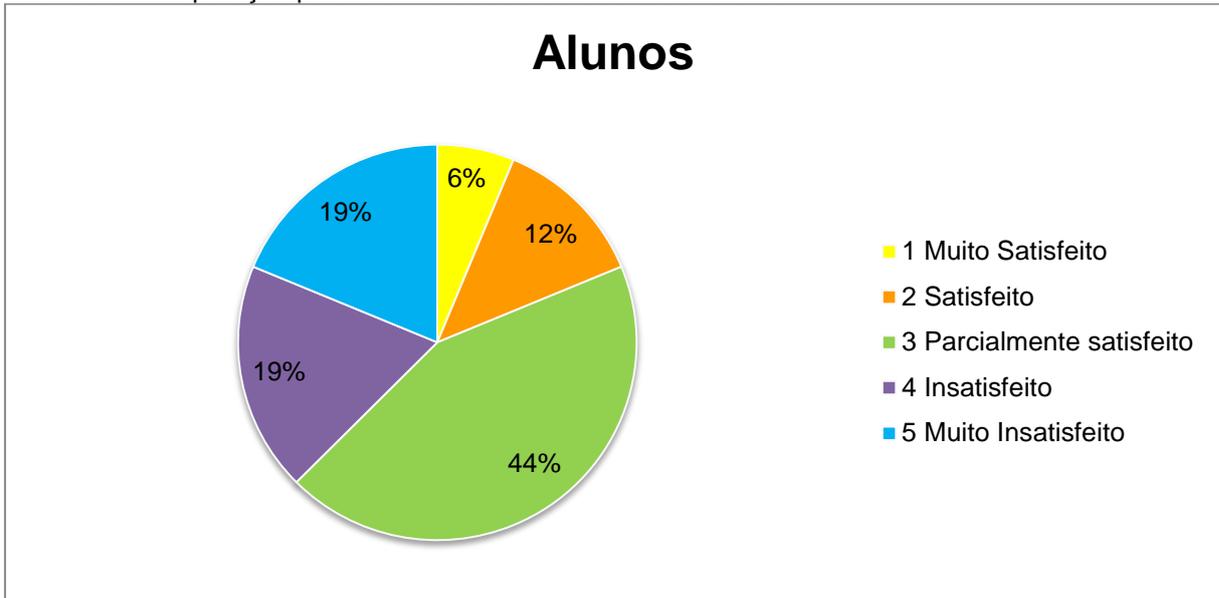
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

Gráfico 2 – Preparação para uma profissão: professores



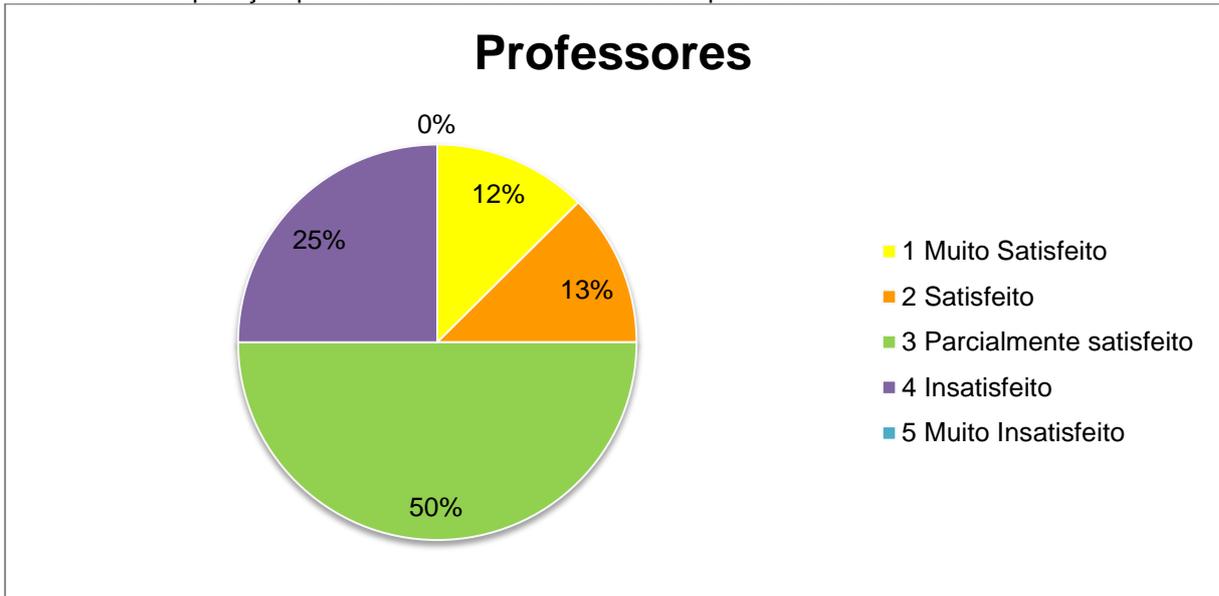
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

Gráfico 3 – Preparação para a universidade ou faculdade: alunos



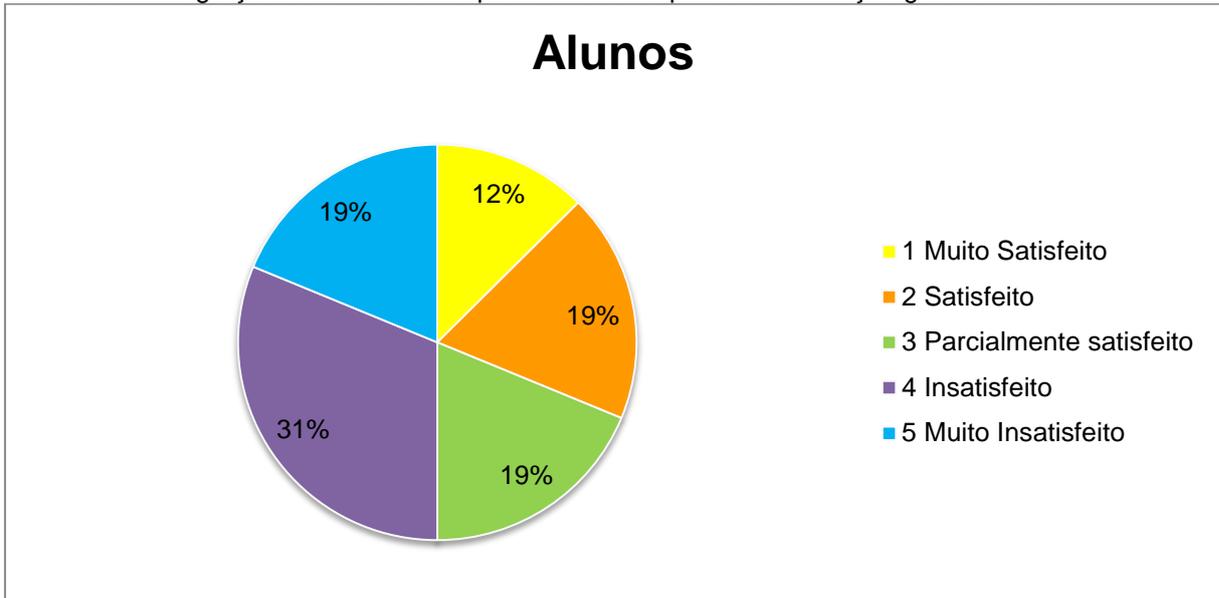
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

Gráfico 4 – Preparação para a universidade ou faculdade: professores



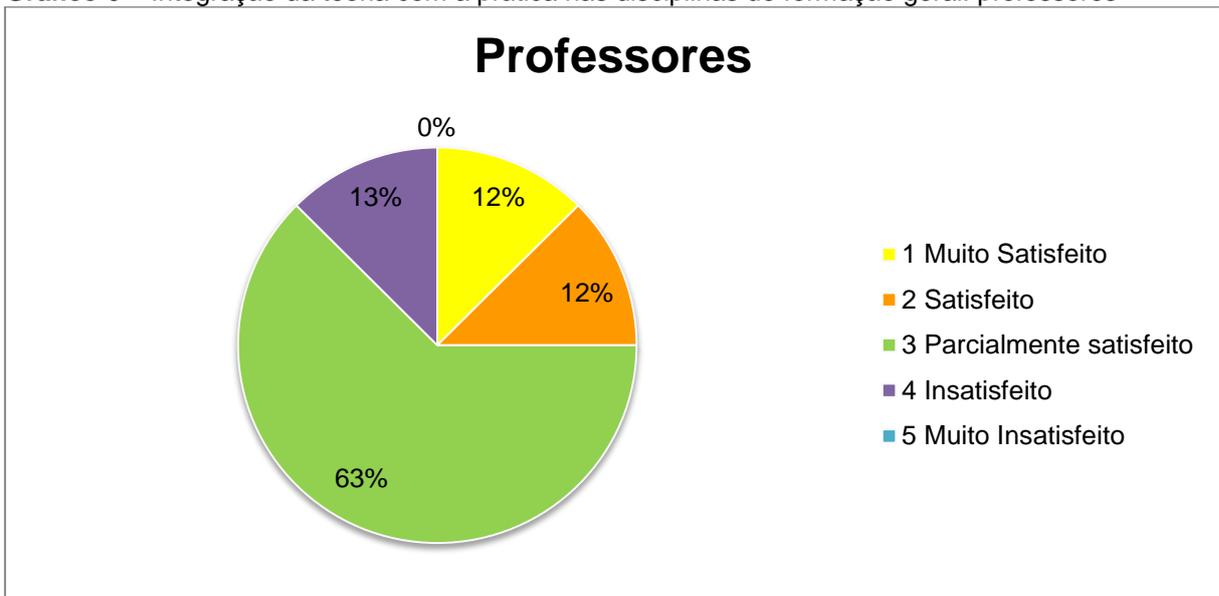
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

Gráfico 5 – Integração da teoria com a prática nas disciplinas de formação geral: alunos



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

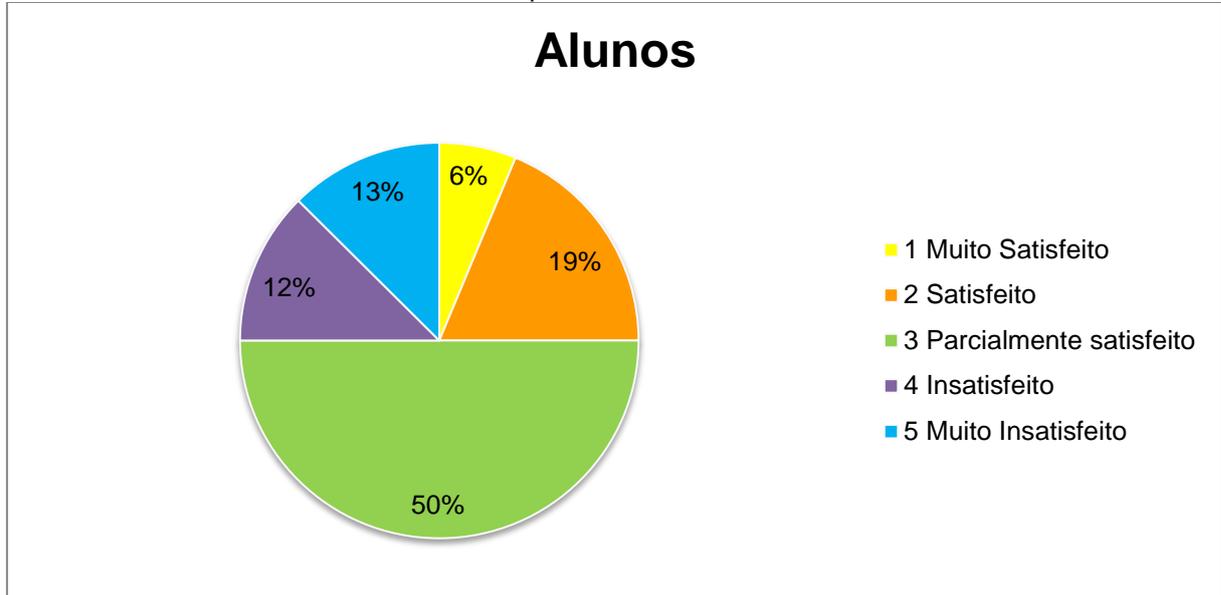
Gráfico 6 – Integração da teoria com a prática nas disciplinas de formação geral: professores



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

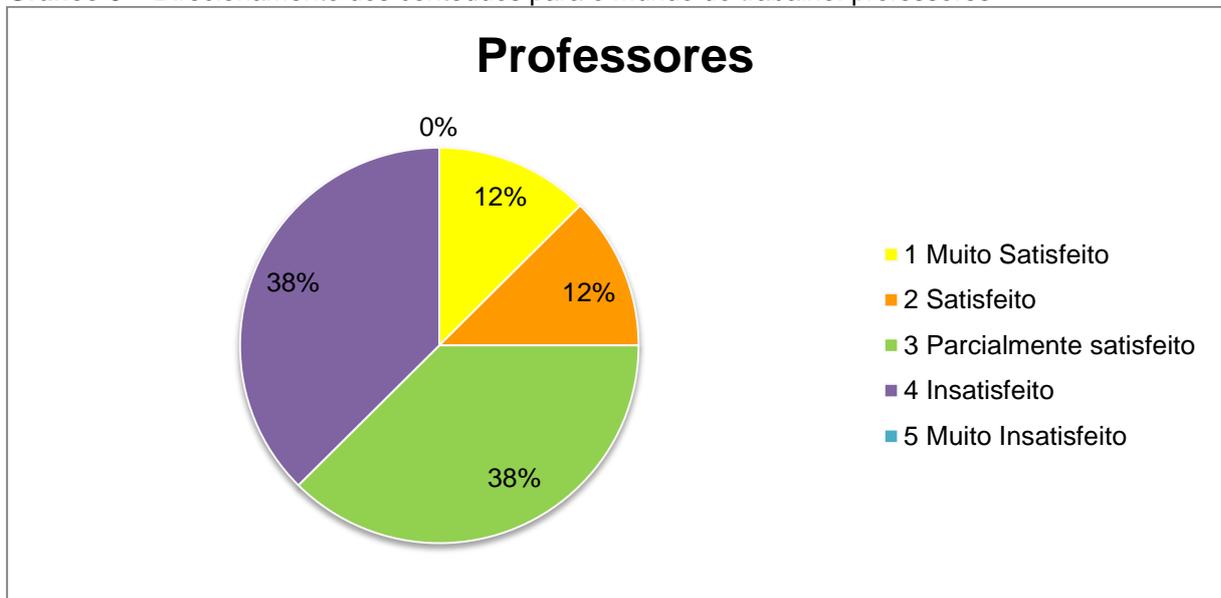
2. AS DISCIPLINAS CURRICULARES

Gráfico 7 – Direcionamento dos conteúdos para o mundo do trabalho: alunos

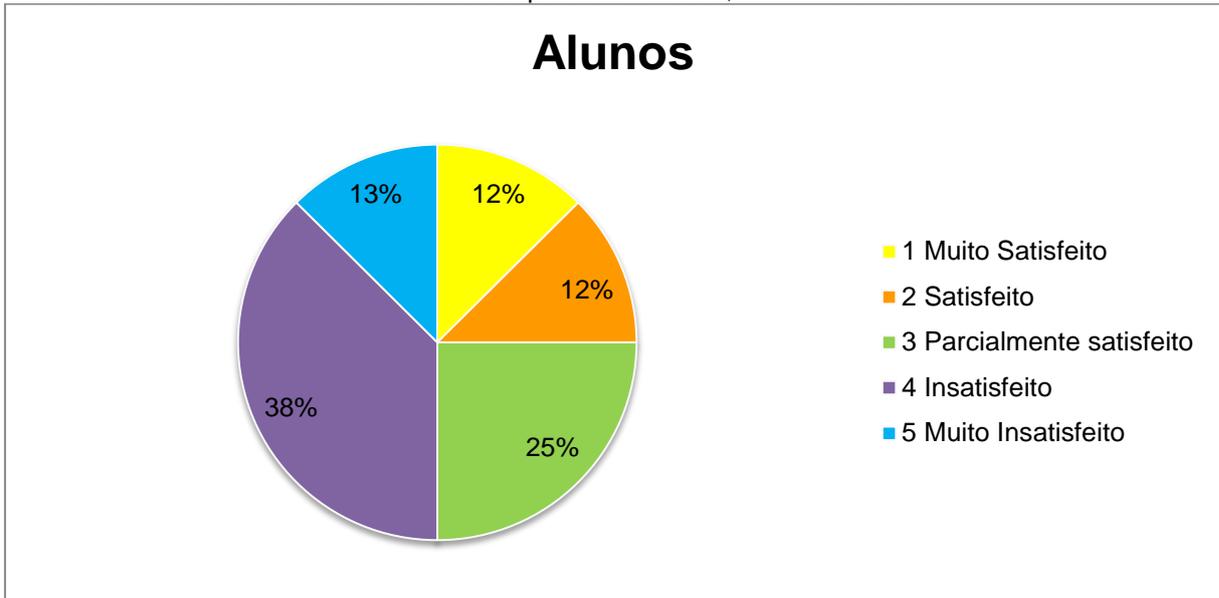


Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

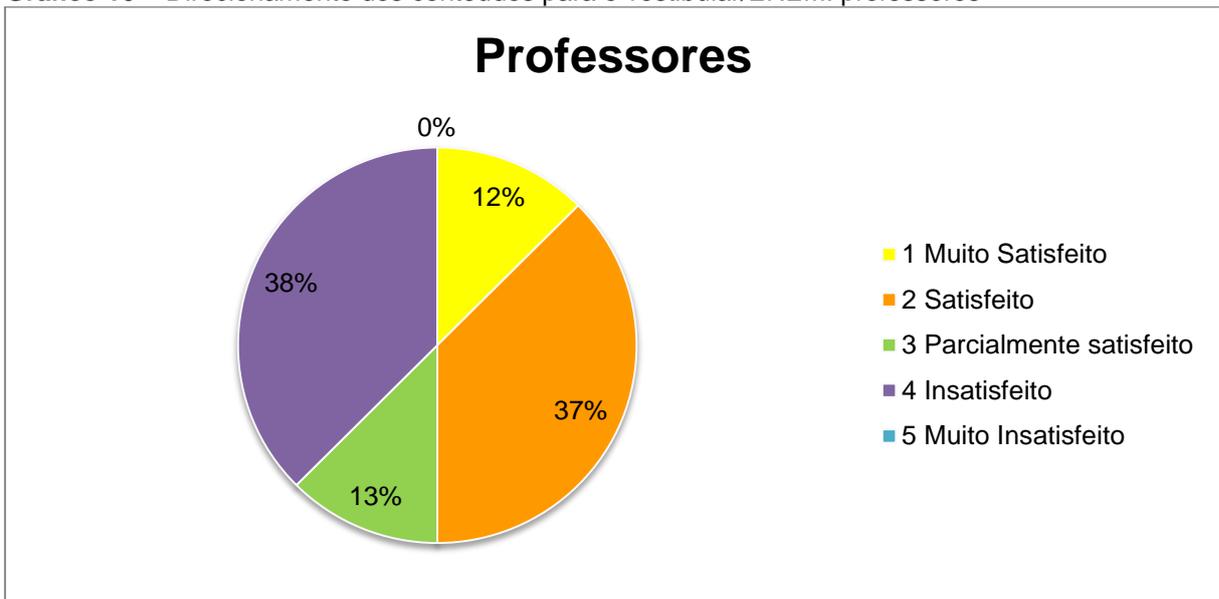
Gráfico 8 – Direcionamento dos conteúdos para o mundo do trabalho: professores



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

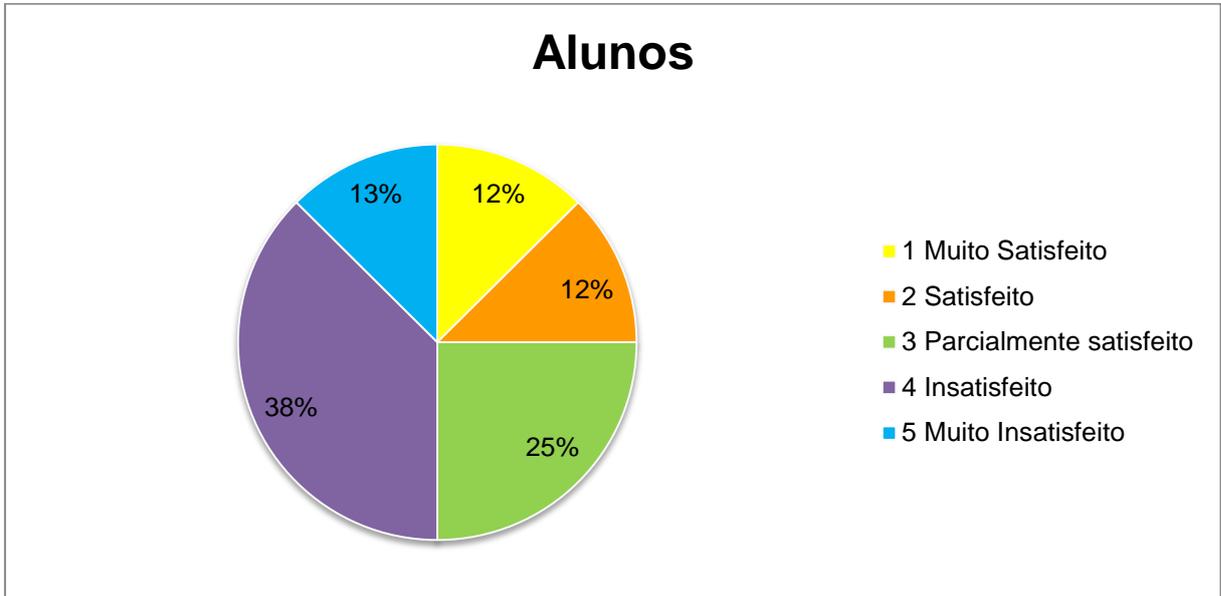
Gráfico 9 – Direcionamento dos conteúdos para o vestibular, ENEM: alunos

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

Gráfico 10 – Direcionamento dos conteúdos para o vestibular/ENEM: professores

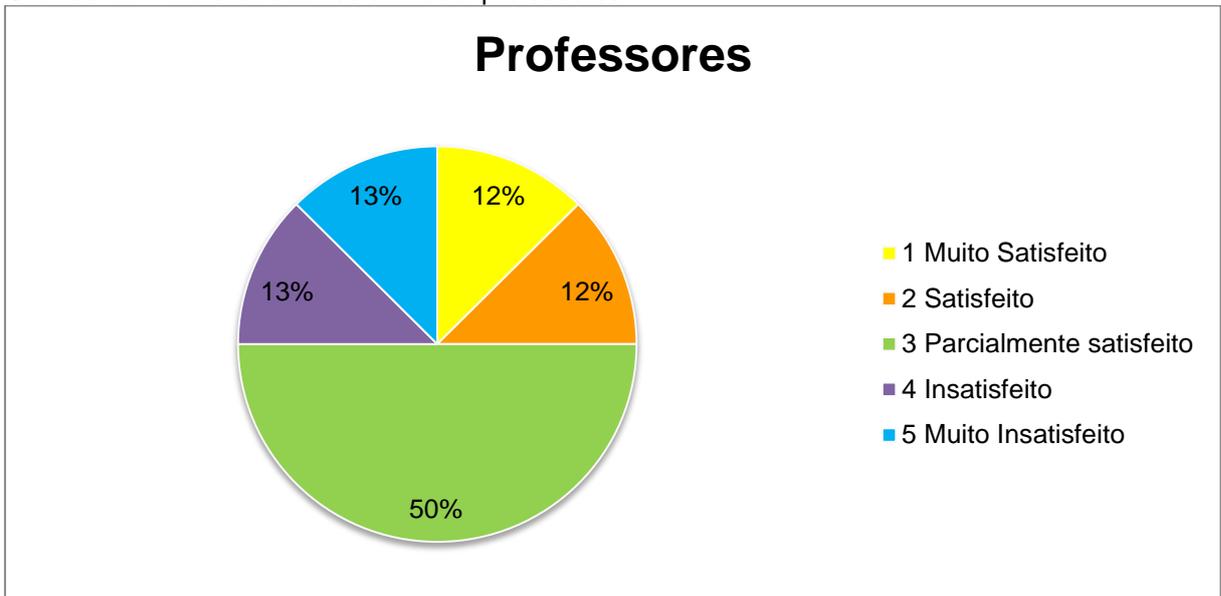
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

Gráfico 11 – Material didático utilizado: alunos

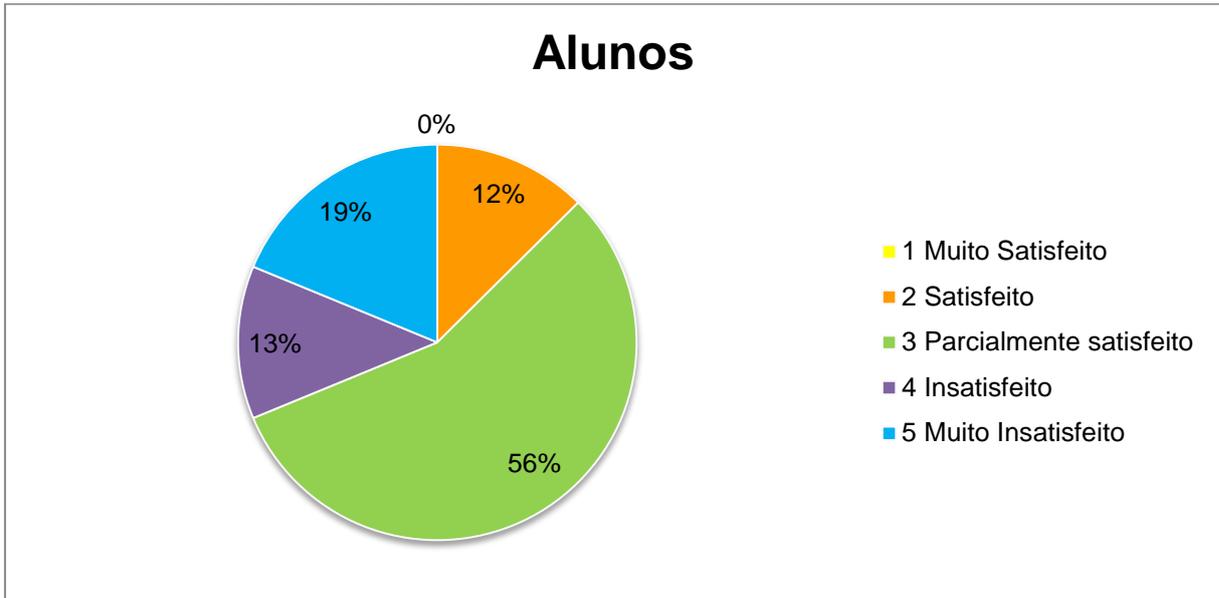


Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

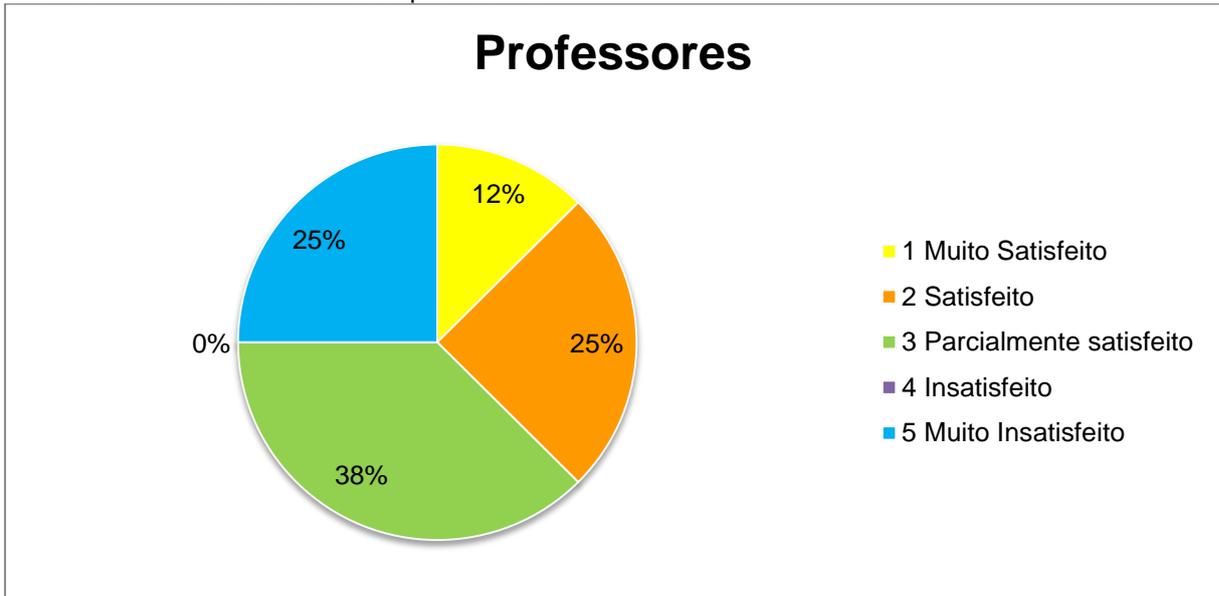
Gráfico 12 – Material didático utilizado: professores



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

Gráfico 13 – Infraestrutura física: alunos

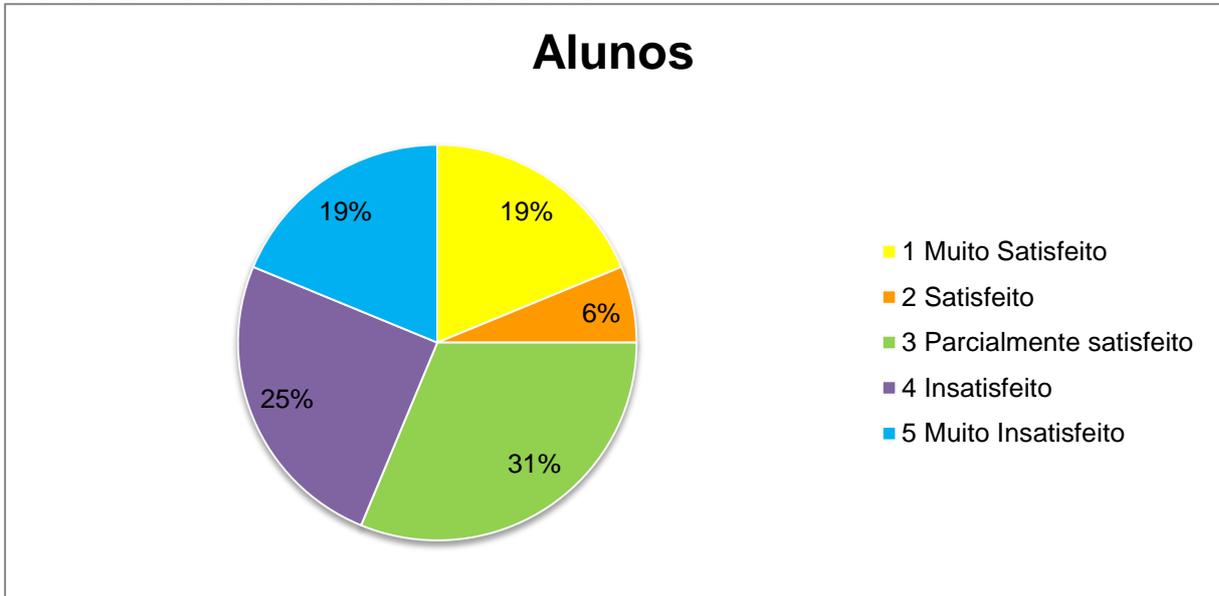
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

Gráfico 14 – Infraestrutura física: professores

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

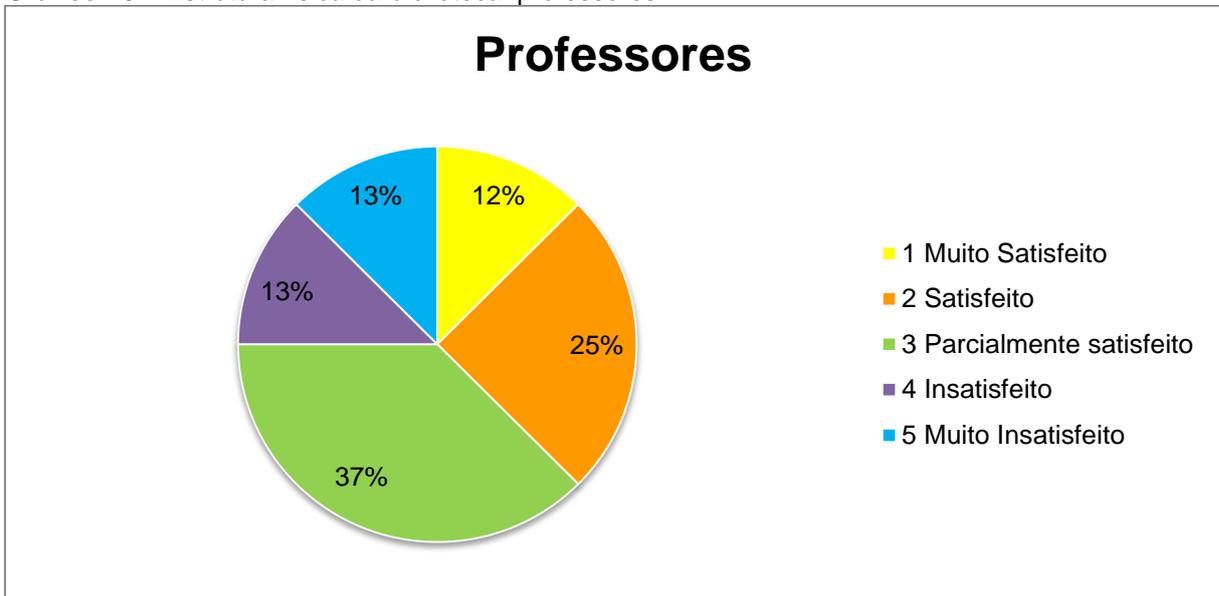
3. AVALIE OS ESPAÇOS FÍSICOS E MATERIAIS EDUCATIVOS COMPLEMENTARES À SALA DE AULA

Gráfico 15 – Estrutura física da biblioteca: alunos

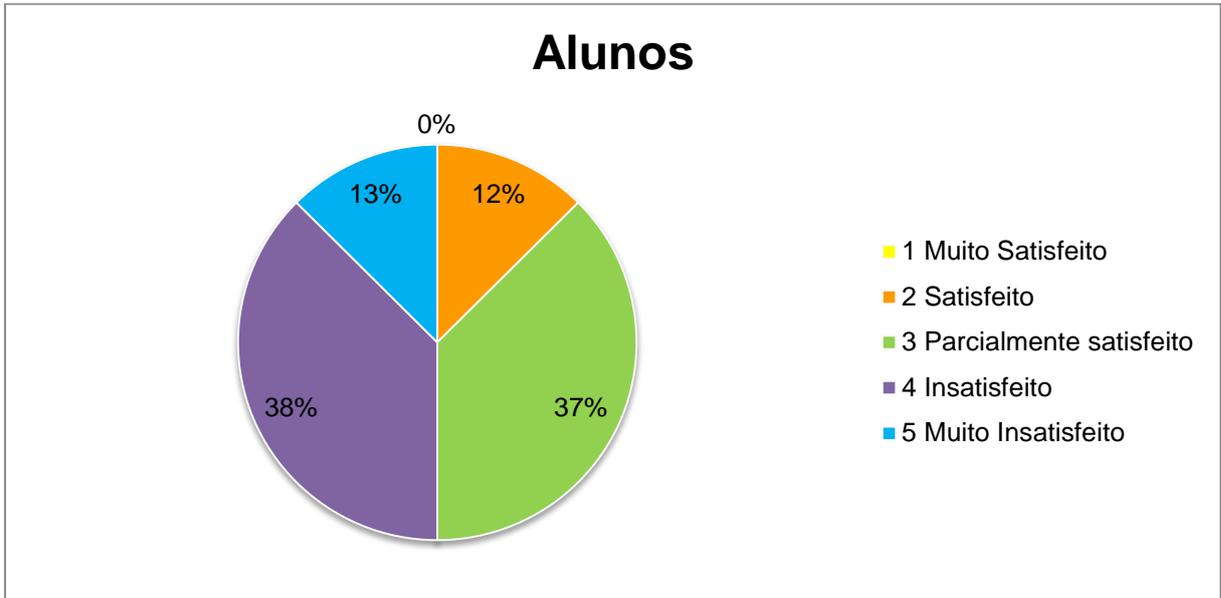


Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

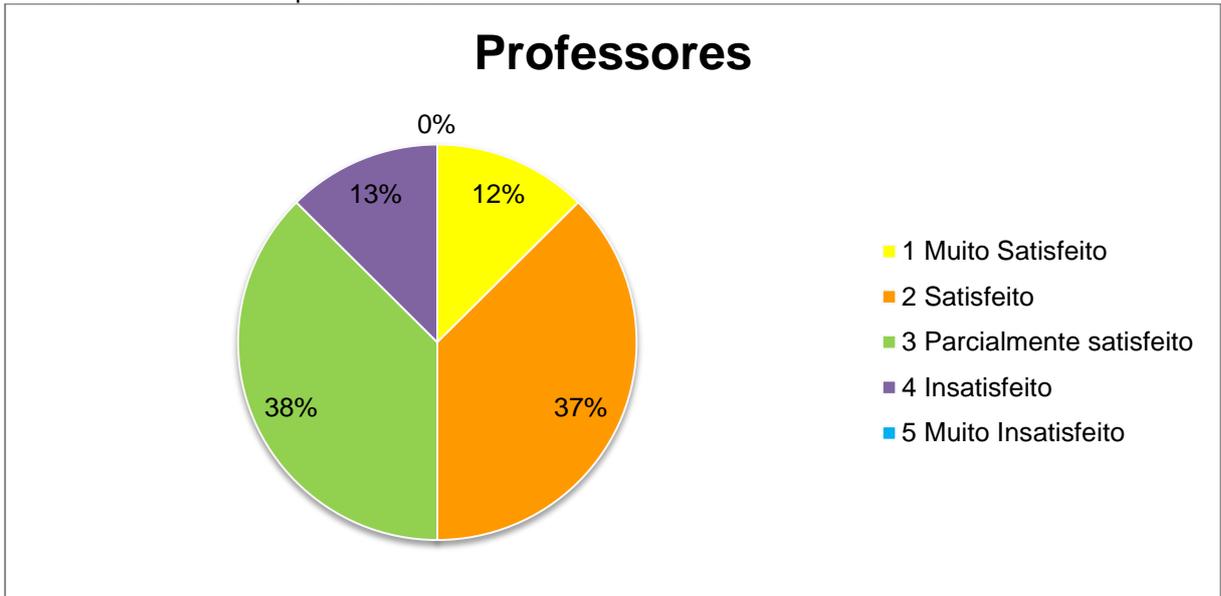
Gráfico 16 – Estrutura física da biblioteca: professores



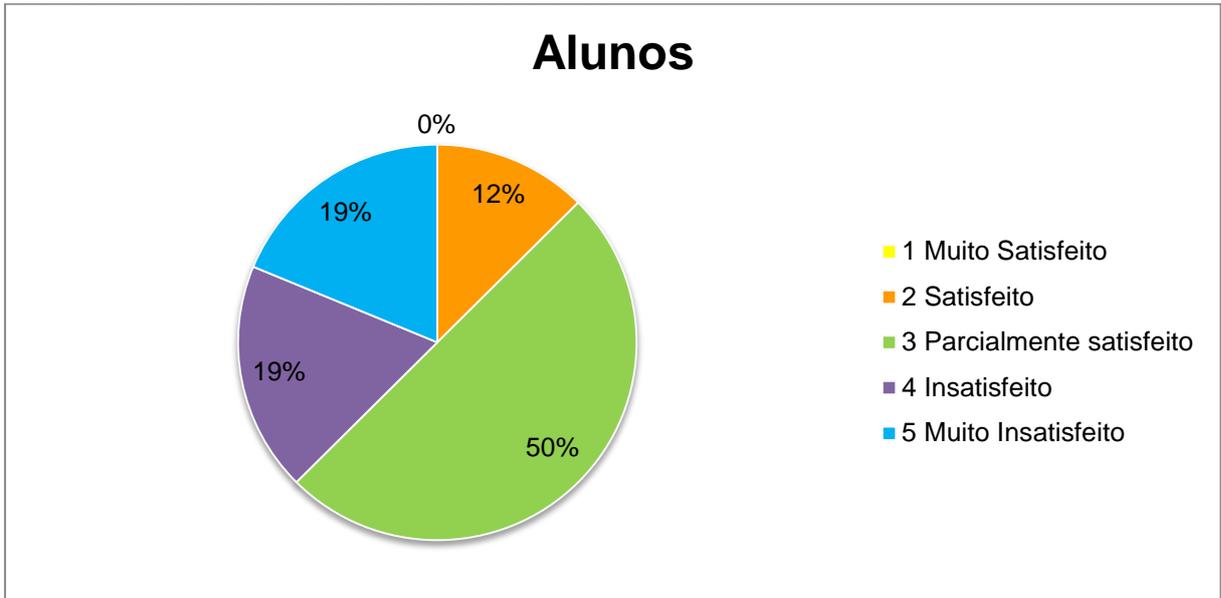
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

Gráfico 17 – Mobiliário: alunos

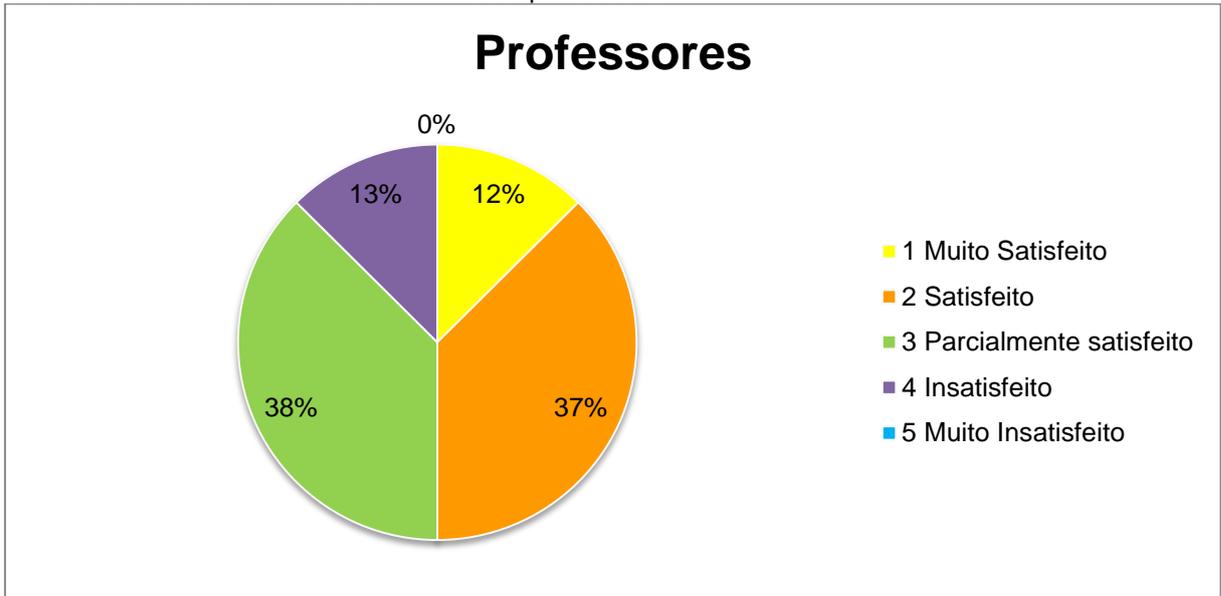
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

Gráfico 18 – Mobiliário: professores

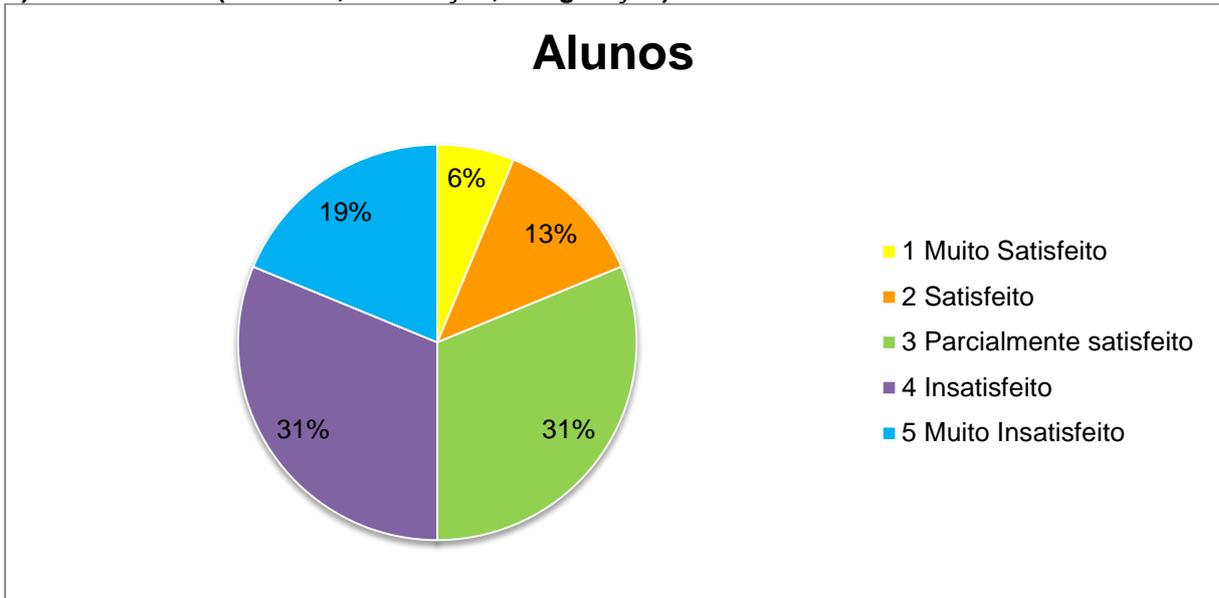
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

Gráfico 19 – Acervo de livros da biblioteca: alunos

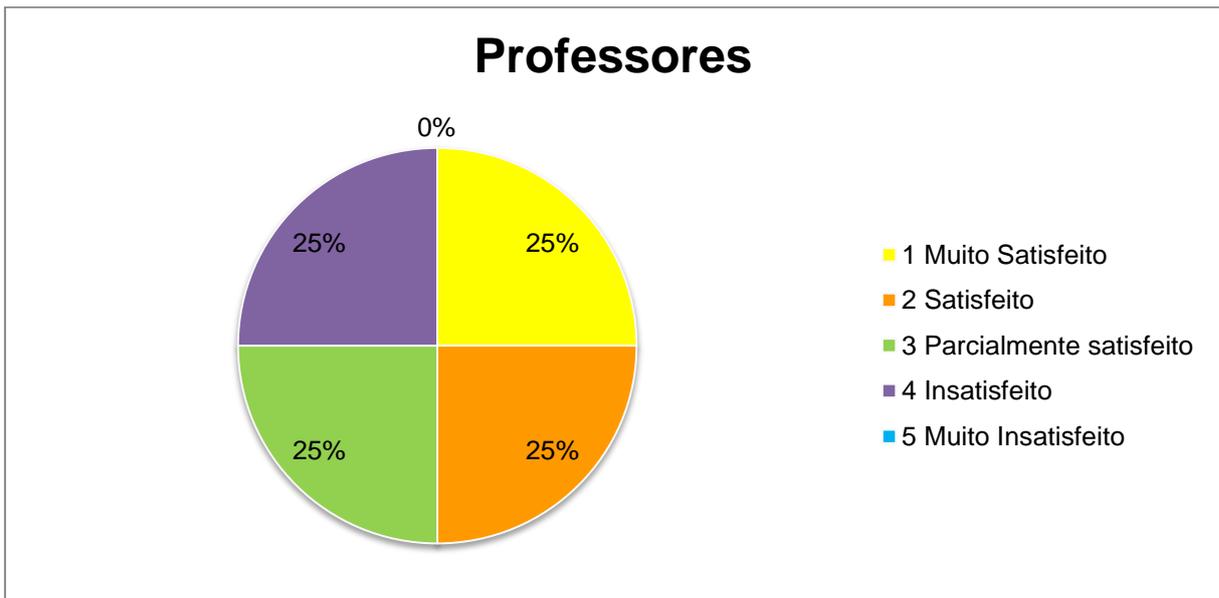
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

Gráfico 20 – Acervo de livros da biblioteca: professores

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

d) Sala de vídeo (tamanho, iluminação, refrigeração)

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos sujeitos participantes (2021).

ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Colégio Estadual
José Feliciano Ferreira
R. R. CEEX 0570/2020

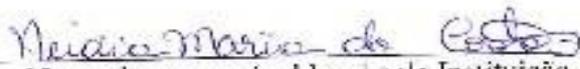
TERMO DE ANUÊNCIA DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaro concordar com o projeto de pesquisa intitulado “**ESTUDO DE CASO SOBRE UMA APROXIMAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NOTURNO (NEMN) COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)**” de responsabilidade da pesquisadora Sulcny Maria Silveira, bem como declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12.

Esta instituição Colégio Estadual José Feliciano Ferreira está ciente de suas corresponsabilidades como Instituição Coparticipante do presente projeto de pesquisa e do seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados.

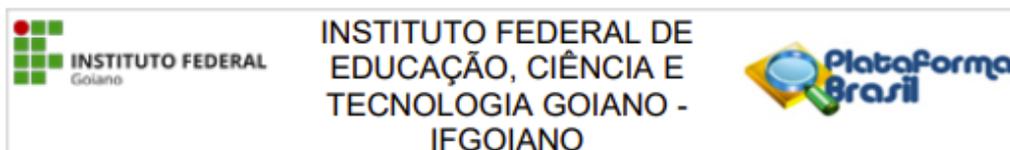
Estou ciente que a execução deste projeto dependerá do parecer consubstanciado enviado pelo CEP/IF Goiano mediante parecer “Aprovado”.

Piracanjuba, 2 de março de 2021.


Nome do responsável legal pela Instituição

Neidia Maria da Costa
- Diretora -
Portaria Nº 0570/2020 - SEDUC

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESTUDO DE CASO SOBRE UMA APROXIMAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NOTURNO (NEMN) COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

Pesquisador: SULENY MARIA SILVEIRA

Área Temática:

Versão: 5

CAAE: 36338320.3.0000.0036

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - campus

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.692.563

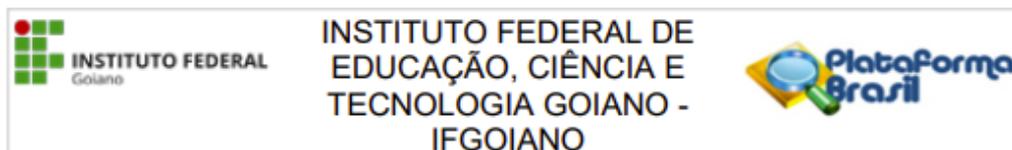
Apresentação do Projeto:

Relata-se: "Este trabalho teve como objetivo analisar como os professores e alunos do Novo Ensino Médio Noturno (NEMN) percebem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mais especificamente a formação omnilateral. A base da investigação sobre o NEMN balizou-se nos pressupostos de novos tempos /espaços e oportunidades que abarcam a educação na perspectiva de desenvolvimento de todas as dimensões do educando. A pesquisa se dá com e professores de uma escola estadual na cidade de Piracanjuba-GO, em uma turma de 3º ano do NEMN. O percurso metodológico utilizado neste trabalho tem abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com revisão bibliográfica. Após a pesquisa teórica, será desenvolvido um produto educacional, no formato de e-book, com a finalidade de dar conhecimento aos alunos o conceito de formação omnilateral. O produto educacional será apresentado por meio de uma roda de conversa, e será aplicado através de um questionário estruturado. Assim, os alunos e professores poderão desenvolver novas práticas educativas de modo a trabalhar todas as dimensões do conhecimento, humanizar as relações educacionais e contribuir para a adoção de valores e atitudes comprometidas com uma sociedade plural."

Objetivo da Pesquisa:

Relata-se: "Objetivo Primário: Analisar como professores e alunos do Novo Ensino Médio Noturno

Endereço: Rua 88, n°280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.692.563

(NEMN) percebem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mais especificamente relacionado à formação omnilateral".

Objetivos Específicos:

- Discorrer sobre: a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil nos últimos 112 anos; a criação do Novo Ensino Médio Noturno (NEMN); o conceito de formação omnilateral e sobre a formação omnilateral no NEMN;
- Desvelar a percepção da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pelos alunos e professores do Novo Ensino Médio Noturno (NEMN);
- Verificar, na perspectiva dos estudantes e professores, como se deu essa integração no Novo Ensino Médio Noturno.
- Criar um produto educacional do tipo e-book sobre formação omnilateral para alunos e professores.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Parecer: Sem alteração mediante parecer anterior. Atende à legislação.

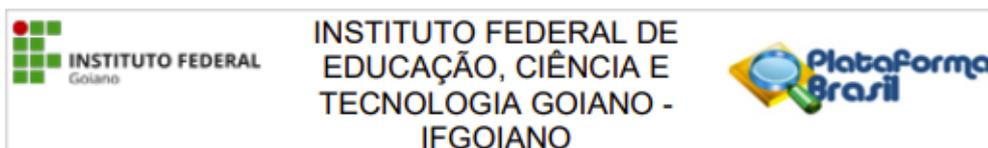
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

4.2- Metodologia, incluindo, se possível, local, população e amostra, métodos de coleta:

Relata-se: "A pesquisa será realizada com 15 alunos e com 5 professores da Unidade Escolar, em uma turma do 3º ano do Ensino Médio Noturno de uma unidade educacional da rede estadual em Piracanjuba-GO. Devido ao contexto mundial atual, com a pandemia Covid-19, serão tomados todos os cuidados, respeitando os protocolos sanitários afim de evitar a contaminação, assegurando a proteção de todos os envolvidos da pesquisa. Dessa forma, o recrutamento dos participantes (alunos e professores) e todas as etapas serão realizadas por meio de recursos digitais, tais como WhatsApp, Google Meet e e-mail. Ou seja, o local é online.

Como procedimento de coleta de dados para a pesquisa, serão utilizadas a revisão bibliográfica, a aplicação de questionário aos alunos e aos professores. Os questionários para alunos e professores foram criados para fins diagnósticos, e servirão de base para a construção da

Endereço: Rua 88, n°280	CEP: 74.085-010
Bairro: Setor Sul	
UF: GO	Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600
	E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.692.563

dissertação, dialogando com o produto educacional. Os questionários serão enviados aos alunos por meio do WhatsApp e para os professores através de e-mail, dados estes que serão solicitados juntos à secretaria da escola.

Por causada Covid-19, a presente pesquisa seguirá todos protocolos de segurança estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) afim de evitar o contágio da doença. Portanto, as etapas da pesquisa (coleta de dados e a aplicação do produto educacional) ocorrerá da seguinte maneira:

Primeira etapa: Pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de: coletar as pesquisas empíricas mais recentes sobre a temática na base de artigos científicos disponíveis no porta de periódicos da CAPES, e, avaliar documentos escolares relacionados com o Novo Ensino Médio Noturno.

Segunda etapa: Convite para participação da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): Será enviado via WhatsApp e e-mail, convite, TCLE e questionário. em que os participantes assinarão de forma eletrônica. Em função das restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus, o termo de consentimento será assinado de maneira digital, no momento anterior ao início das respostas dos questionários. A assinatura no TCLE, pelos participantes, se dará quando estes marcarem o campo "eu aceito", ao final da página Web que contém estes Termos. O TCLE será apresentado após clicarem no link que dará acesso ao questionário. Destacamos que não será possível o participante responder o questionário sem que, primeiramente, aceite participar da pesquisa, pois o TCLE estará na primeira página que aparecerá quando os participantes acessarem o link do Google Forms, antes de iniciar o questionário;

Terceira etapa: os alunos e os professores que aceitarem em colaborar com a pesquisa vão preencher o questionário, sendo um para os alunos e outro para os professores.

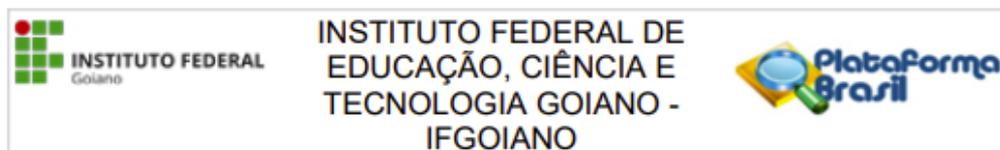
Quarta etapa: A pesquisadora enviará o produto educacional aos professores e aos alunos, com uma data pré-estabelecida para uma roda de conversa, onde o produto educacional será aplicado.

Quinta etapa: Após a análise de dados dos questionários respondidos, professores e estudantes que aceitarem em colaborar com a pesquisa participarão uma roda de conversa por meio do aplicativo Google Meet com o tema formação omnilateral. Nessa roda de conversa com os discentes e docentes, a pesquisadora vai mediar o debate sobre o produto educacional, discutirá com os docentes e discentes acerca do mundo do trabalho e a formação omnilateral.

Sexta etapa: alunos e professores vão avaliar o produto educacional.

Parecer: Atende à legislação

Endereço: Rua 88, n°280	CEP: 74.085-010
Bairro: Setor Sul	
UF: GO	Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600
	E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.692.563

4.3- Avaliação do Processo de Consentimento

Relata-se: "Segunda etapa: Convite para participação da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): Será enviado via WhatsApp e e-mail, convite, TCLE e questionário. em que os participantes assinarão de forma eletrônica. Em função das restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus, o termo de consentimento será assinado de maneira digital, no momento anterior ao início das respostas dos questionários. A assinatura no TCLE, pelos participantes, se dará quando estes marcarem o campo "eu aceito", ao final da página Web que contém estes Termos. O TCLE será apresentado após clicarem no link que dará acesso ao questionário. Destacamos que não será possível o participante responder o questionário sem que, primeiramente, aceite participar da pesquisa, pois o TCLE estará na primeira página que aparecerá quando os participantes acessarem o link do Google Forms, antes de iniciar o questionário;

Terceira etapa: os alunos e os professores que aceitarem em colaborar com a pesquisa vão preencher o questionário, sendo um para os alunos e outro para os professores".

Pendência: atende à legislação.

4.4 Garantias Éticas aos Participantes da Pesquisa

Parecer: Sem alteração mediante parecer anterior. Atende à legislação.

4.5 - Critérios de Inclusão e Exclusão

Parecer: Sem alteração mediante parecer anterior. Atende à legislação.

4.6 - Critérios de Encerramento ou Suspensão da Pesquisa

Parecer: Sem alteração mediante parecer anterior. Atende à legislação.

4.7 - Resultados do Estudo

Sem alteração mediante parecer anterior. Atende à legislação.

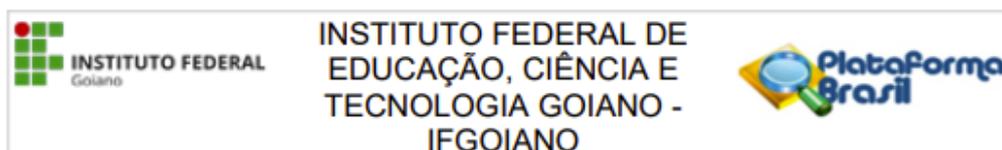
4.8 Cronograma

Relata-se: atende à legislação.

4.9 Orçamento

Parecer: Sem alteração mediante parecer anterior

Endereço: Rua 88, n°280	CEP: 74.085-010
Bairro: Setor Sul	
UF: GO	Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600
	E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.692.563

4.10 Currículo do coordenador da pesquisa

Parecer: Sem alteração mediante parecer anterior

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

5.1- Folha de rosto:

Parecer: devidamente preenchido

5.2- TCLE: (Exigência IV.4, IV.5 , IV.6 - Res. 466/12)

Parecer: atende à legislação.

5.3- Termo de Compromisso:

Parecer: Sem alteração mediante parecer anterior.

5.4- Termos de Anuência das Instituições Coparticipantes

Parecer: Sem alteração mediante parecer anterior.

5.5 - Guarda e descarte de documentos:

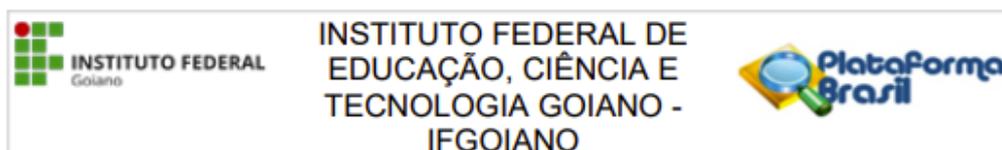
Parecer: Atende à legislação

Recomendações:

Segundo o documento "Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual" publicado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) dia 24 de fevereiro de 2021, recomenda-se:

"Uma vez concluída a coleta de dados, é recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem" ." e " O mesmo cuidado deverá ser seguido para os registros de consentimento livre e esclarecido que sejam

Endereço: Rua 88, n°280	
Bairro: Setor Sul	CEP: 74.085-010
UF: GO	Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.692.563

gravações de vídeo ou áudio. É recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados, não sendo indicado a sua manutenção em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado.”

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado Pesquisador, o CEP IF Goiano aprova seu projeto.

Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira o relatório final na plataforma. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com o documento "ORIENTAÇÕES PARA CONDUÇÃO DE PESQUISAS E ATIVIDADE DOS CEP DURANTE A PANDEMIA PROVOCADA PELO CORONAVÍRUS SARS-COV-2 (COVID-19)", publicado dia 09 de maio de 2020:

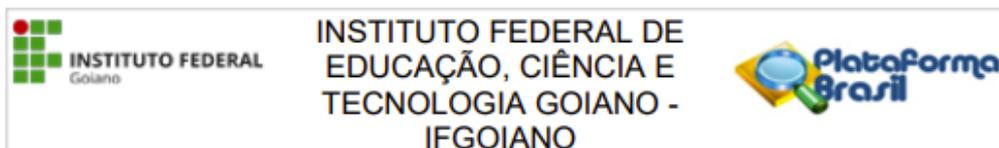
"3.2. Em observância às dificuldades operacionais decorrentes de todas as medidas impostas pela pandemia do SARS-CoV-2 (Covid19), é necessário zelar pelo melhor interesse do participante da pesquisa, mantendo-o informado sobre as modificações do protocolo de pesquisa que possam afetá-lo, principalmente se houver ajuste na condução do estudo, cronograma ou plano de trabalho

3.3. Em virtude disso, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, recomenda-se que os CEP e toda a comunidade científica adotem, para a condução dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, as orientações da Conep, observando, ainda, no que couber, as diretrizes adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)"

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1584916.pdf	26/04/2021 19:35:53		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	PreProjetoSuleny.docx	26/04/2021 19:35:21	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito

Endereço: Rua 88, n°280
 Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.692.563

Investigador	PreProjetoSuleny.docx	26/04/2021 19:35:21	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito
Outros	RespostasAsPendencias.docx	26/04/2021 18:54:33	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	26/04/2021 18:54:18	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_ CEP_4637406.pdf	26/04/2021 18:29:09	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoDeConsentimentoLivreEsclarecidoSuleny.docx	26/04/2021 18:26:44	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito
Outros	CurriculoLattesSulenyMariaSilveira.pdf	23/03/2021 14:24:48	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito
Outros	CurriculoLattesCinthiaMariaFelicio.pdf	22/03/2021 18:03:35	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito
Outros	CurriculoLattesMarcosdeMoraesSousa.pdf	22/03/2021 18:03:04	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito
Outros	TermoAnuencialInstituicaoCoparticipante.pdf	22/03/2021 18:02:03	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito
Declaração de concordância	TermoCompromissoSuleny.pdf	22/03/2021 17:54:51	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoSuleny.PDF	22/03/2021 17:54:35	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito
Orçamento	OrcamentoSuleny.docx	22/03/2021 17:53:48	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoSuleny.pdf	22/03/2021 17:50:34	SULENY MARIA SILVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 05 de Maio de 2021

Assinado por:
Luiza Ferreira Rezende de Medeiros
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 88, n°280
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br